Faculdade de Goiana

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO

GOIANA/PE 2026

Sumário

APRESENTAÇÃO 6
1. DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA 7
1.1.1 Inserção RegionalEstado de Pernambuco 7
Divisão do PIB por setores 8
Economia do Estado 8
Infraestrutura 9
Forças de PernambucoPolo de Saúde 10
Informática 11
SUAPE 12
Turismo 12
Qualidade de Vida 15
Educação 16
Município de Goiana Dados socioeconômicos 16
Saúde 17
Economia 17
Educação 17
Infraestrutura 18
1.1.2 Contextualização do CursoNOME DO CURSO 20
ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO: 20
ATOS LEGAIS DE AUTORIZAÇÃO 20
TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO 20
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO 20
REGIME ACADÊMICO DE OFERTA 20
IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO 21
Contexto Educacional 21
1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso 23
1.3 OBJETIVOS DO CURSO 25
1.3.2 Objetivos Específicos 26
1.3.3 Objetivos do Curso e as práticas emergentes para buscar a sua adequada implantação considerando perfil do Egresso, estrutura curricular, contexto educacional e características locais e regionais 29
1.4 PERFIL PROFISSIOGRÁFICO 30
1.5 Forma de acesso ao curso 33
1.6 ESTRUTURA E CONCEPÇÃO CURRICULAR 34
1.7 Conteúdos curriculares 34
1.8 Organização curricular 35

1.9 Responsabilidade Social e Componentes Curriculares 37
Direito Ambiental 38
Direitos Humanos 38
LIBRAS ±Língua Brasileira de Sinais (optativa) 39
Atividades Complementares 39
1.10 Ementas e bibliografia 39
2 METODOLOGIA 147
Aprendizagem autodirigida 149
Aprendizagem baseada em problemas ou casos 150
Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria 151
Aprendizagem orientada para a comunidade 151
Aprendizagem interdisciplinar 152
3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR 152
4 COMPOSIÇÃO DAS PRÁTICAS JURÍDICAS DA FACULDADE DEGOIANA 154
5 DA COORDENADORIA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS 154
5.1 São atribuições do Coordenador do NPJ/FAG: 154
6 DA SECRETARIA 155
6.1 São atribuições da secretaria: 155
7 DOS ADVOGADOS ORIENTADORES 155
7.1 São funções próprias dos advogados orientadores: 156
8 DOS DISCENTES 156
8.1 São deveres dos discentes: 157
8.2 São direitos dos discentes: 157
9 DA AVALIAÇÃO DOS DISCENTES 157
9.1 O sistema de avaliação das Práticas Jurídicas I (Cível), II (Penal), III (Empresarial e Trabalhista) e IV (Administrativo e Tributário), denominadas práticas simuladas, que acontecem sob a orientaçãode professores em salas de aula, será composto da seguinte forma: 157
9.2 O sistema de avaliação do Estágio Supervisionado, de I a IV, denominado práticas reais, será composto por um conjunto de 05 (cinco) tarefas para cada Etapa do semestre, que valerão 2,0 (dois) pontos cada uma, totalizando 10,0 (dez) pontos. 158
10 DAS CARTEIRINHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS DISCENTES 159
11 DAS OMISSÕES 160
12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES 160
ANEXO I 161
ANEXO II 162
ANEXO III 163
13 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES 164

13.1 DO CONCEITO E PRINCÍPIOS 164
14 DAS ESPÉCIES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES 166
15 DA VALIDAÇÃO E DO REGISTRO ACADÊMICO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES 167
16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 168
17 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 169
18 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 170
19 ESTUDO DIRIGIDO 179
20 POLÍTICAS DE PESQUISA 180
21 INICIAÇÃO CIENTÍFICA 181
22 REGULAMENTO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA 183
23 MONITORIA 186
24 REGULAMENTO DA MONITORIA 187
25 POLÍTICAS DE EXTENSÃO 189
26 REGULAMENTO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO 191
27 APOIO AO DISCENTE 196
27.1 Núcleo de atendimento ao discente (NAD) 196
27.2 Apoio psicopedagógico 197
27.3 Mecanismos de nivelamento 197
27.4 Atendimento extraclasse 198
27.5 Acompanhamento ao egresso 198
27.6 Estímulos às produções acadêmicas 198
27.7 Programas de bolsa 199
27.8 Núcleo de talentos 199
27.9 Atividades de monitoria 199
27.10 Atividades de extensão 200
27.11 Relações e parcerias com a comunidade e instituições 201
28 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DOCURSO 201
29 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NOPROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 203
30 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM 204
31 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA FAG 206
32 NÚMERO DE VAGAS 210
33 DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE 210
33.2 Titulação e formação acadêmica do NDE (titulação e formação acadêmica do NDE - núcleo docente estruturante) e Regime de Trabalho. 210
33.3 Atuação do coordenador do curso 211

33.4 Experiência profissional, de magistério superior e de gestãoacadêmica do coordenador 211
33.5 Regime de trabalho do coordenador do curso 212
33.6 Titulação do corpo docente do curso 212
33.7 Titulação do corpo docente do curso – Percentual de doutores 213
33.8 Regime de trabalho do corpo docente do curso 214
RELAÇÃO DOCENTE X DISCIPLINA 215
33.10 Experiência de magistério superior do corpo docente 217
33.11 Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente 217
33.12 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OUTECNOLÓGICA 220
34 DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA 220
34.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviçosacadêmicos 220
34.3 Sala de professores 221
34.4 Salas de aula 221
34.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática 221
34.6 Bibliografia básica 221
34.7 Bibliografia complementar 222
34.8 Periódicos especializados 222
34.9 Base de dados 233
34.10 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais 235

APRESENTAÇÃO

A proposta de ofertar o Curso de Bacharelado em Direito decorre da busca de uma consolidação da FAG - Faculdade de Goiana, como instituição formadora de profissionais competentes em áreas que se mostrem comprovadamente estratégicas para o desenvolvimento do Estado de Pernambuco.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito foi concebido buscando atender aos fundamentos legais e à necessidade social da implantação do curso, tomando-se por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior do Bacharelado em Direito, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico Institucional da FAG.

Neste sentido, parte-se da concepção de que formar profissionais competentes significa habilitá-los a compreender e resolver situações complexas e interdependentes dentro de seu contexto social, político e econômico. A necessidade de atualização constante tornou-se crucial, visto que o dinamismo da própria realidade torna-a cada vez mais complexa e o conhecimento necessário para compreendê-la e modificá-la é relativamente instável. Assim é fundamental a formação de um indivíduo autônomo, comprometido coletivamente com seu entorno.

Sob esta perspectiva, o papel das IES se configura na produção e socialização de conhecimentos e informações, bem como na formação de profissionais críticos e reflexivos, tecnicamente competentes, em condições de corresponder às exigências políticas, sociais e técnicas da sociedade atual.

Este Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito subdivide- se nos seguintes capítulos: justificativa, em que se apresenta o curso e sua necessidade social; objetivos do curso; perfil profissiográfico do curso; campos de atuação profissional; estrutura e concepção curricular do curso; concepção e princípios metodológicos do curso; avaliação do processo ensino- aprendizagem; administração acadêmica do Curso; critérios de aproveitamento e procedimentos de avaliação de competências profissionais anteriormente desenvolvidas; avaliação e acompanhamento do desempenho do curso; um capítulo específico sobre a biblioteca e finalmente a infraestrutura física e os recursos materiais necessários para o funcionamento do curso na FAG.

Entende-se que para a consolidação desta proposta, emerge a necessidade do envolvimento da direção geral, do corpo docente, pessoal técnico-administrativo e corpo discente desta Instituição, todos comprometidos com a formação de profissionais aptos a atuarem no mercado de trabalho com competência, senso crítico e compromisso com a sociedade na qual estão inseridos.

1. DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.1 Contexto Educacional

1.1.1 Inserção Regional

Estado de Pernambuco

Localizado a Centro-Oeste da Região Nordeste do Brasil, Pernambuco é um dos Estados mais privilegiados da região. O Estado conta com um pouco mais de 98 mil km² de área, que se estendem longitudinalmente do litoral ao Sertão. São 7,9 milhões de habitantes e PIB de 32 bilhões, distribuídos em 184 municípios, agrupados em três mesorregiões ±Zona da Mata, Agreste e Sertão, e o território de Fernando de Noronha. Pernambuco, nos últimos anos, vem apresentando taxas médias de crescimento superiores a média nacional. Isso decorre de uma combinação de fatores ±co m o a localização estratégica, capital humano de alta qualidade técnica e uma política de atração de investimentos focada no desenvolvimento das vocações econômicas.

Pernambuco se destaca pela sua posição estratégica e pela sua vocação em vários setores produtivos e tecnológicos. Algumas vantagens do Estado o potencializam como o portão de entrada para o turismo no Nordeste, tais como: posição geográfica, riqueza de patrimônio histórico e construído, beleza natural e paisagística e variada cultura popular.

Pernambuco em Números

ξ População Total: 9.058.931 habitantes
ξ Urbana: 76,51%
ξ Rural: 23,49%
ξ População Economicamente Ativa:3.202.921 habitantes
ξ Área do Estado: 98.311 km2
ξ Principais bacias hidrográficas: São Francisco, Capibaribe, Ipojuca, Una, Pajeú, Jaboatão.
ξ Cidades mais populosas (Censo de 2020): Recife (1.488.920), Jaboatão dos Guararapes (644.037), Olinda (349.976), Paulista (342.167),Caruaru (378.048).
ξ Localização geográfica: Centro-leste da região Nordeste do Brasil.
ξ Densidade demográfica: 92,37 hab/km2

ξ Relevo: Planície litorânea, Planalto Central, Depressões à Oeste e à Leste.
ξ Vegetação: mangue (litoral), floresta tropical (zona da mata), caatinga (agreste e sertão).
ξ Clima: tropical atlântico (litoral), semi-árido (agreste e sertão).
ξ Número de municípios: 184
ξ Participação no PIB brasileiro: 2,47%
ξ Principais produtos agrícolas: Mandioca, feijão, cana-de-açúcar e milho.
ξ Principais produtos minerais: Calcário e gipsita.
ξ Maiores indústrias: transformação de minerais não metálicos,confecções, mobiliário e curtume.
ξ Setores de ponta: Pólo médico, pólo gesseiro, pólo de informática e póloturístico.

Divisão do PIB por setores

ξ Agricultura/Pecuária: 8,28 %
ξ Indústria: 29,09 %
ξ Serviços: 62,63 %
ξ PIB per capita: US$ 2, 54 mil.
ξ Orçamento estadual: R$ 5,7 bilhões
ξ Arrecadação do ICMS: R$ 1,61 bilhão
ξ Número de empresas: 27.236
ξ Balança comercial
ξ Exportações: US$ 372,6 milhões
ξ Importações: US$ 879,8 milhões
ξ Saldo: US$ 507,2 milhões
ξ Expectativa de vida ao nascer, em anos:
ξ Homens: 58,03
ξ Mulheres: 67,05
ξ Informações gerais:ξ Número de eleitores: 5.255.487
ξ Extensão das rodovias: 5.405 km
ξ Frota de veículos: 766.753
ξ Terminais telefônicos: 431.543

Economia do Estado

A economia de Pernambuco consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das mais dinâmicas da Região Nordeste, combinando uma forte base de serviços, expansão industrial, polos de inovação, atividades portuárias e logísticas, agricultura irrigada e turismo. Em 2023, o Produto Interno Bruto do Estado alcançou aproximadamente R$ 270,5 bilhões, representando cerca de 2,5% do PIB brasileiro e

mantendo Pernambuco entre as principais economias do Nordeste.

Pernambuco, sozinho, representa o segundo maior mercado consumidor da Região Nordeste. Mas, por conta da sua localização privilegiada, Pernambuco se tornou o pólo logístico do Nordeste - concentrando a maioria das importações da Região e sendo responsável pelo abastecimento de vários Estados. Isto porque, em um raio de 800 quilômetros, a partir do Recife, estão as principais cidades do Nordeste e um mercado consumidor equivalente a 90% do PIB do Nordeste.

Dentre as potencialidades mais evidentes do Estado, podemos destacar:

- ‡ Núcleos de formação, profissionalização e qualificação da mão-de-obra, em segmentos produtivos de ponta;
- ‡ Nichos de produção artesanal, localizados em pontos diversos do território estadual;
- ‡ Forte presença do "3º Setor", que potencializa a ação do poder público nessa área de atuação;
- ‡ Densidade de universidades e centros de pesquisa de excelência;
- ‡ Dinamismo do setor serviços com tendência ao crescimento e diversificação;
- ‡ Tradição de planejamento;
- ‡ Capacidade técnica instalada;
- ‡ Concentração de 21*qVue se constituem em apoio potencial à sociedade para inserção no processo de descentralização e democratização;
- ‡ Experiência em gestão pública participativa, vivenciada, sobretudo em prefeituras da Região Metropolitana do Recife;
- ‡ Tradição de organização popular, com atuação disseminada por todo o estado e em diversos segmentos sociais.

Infraestrutura

A infraestrutura é um dos principais diferenciais competitivos de Pernambuco, especialmente em razão de sua localização estratégica no centro-leste do Nordeste, da presença de importantes corredores rodoviários, do Complexo Industrial Portuário de Suape, do Aeroporto Internacional do Recife, da expansão da rede de gás natural, da disponibilidade de energia elétrica e do avanço das telecomunicações.

Além disso, Pernambuco tem excelência na oferta de energia elétrica, uma vez que seu território é cortado por linhas de transmissão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) que seguem para os Estados ao norte da Região Nordeste. São três linhas de 500 mil volts e 9 de 230 mil volts, levando energia de qualidade a todo o território de Pernambuco. O fornecimento de energia elétrica conta com o reforço da Termopernambuco ± uma termelétrica localizada no Complexo de Suape, com capacidade de 520 MW.

O gás natural é um componente importante da matriz energética de Pernambuco. Graças aos investimentos realizados pela Copergás, 12 municípios contam com acesso a gasodutos. Diariamente, somente a Termopernambuco consome 2,15 milhões de m3 de gás natural. Outros 810 mil m3 são comercializados para diversas indústrias do Estado. Ainda em 2004, será iniciada expansão da rede rumo ao agreste, com a construção do gasoduto Recife/Caruaru, com 120 km de extensão, beneficiando vários municípios e distritos industriais pelo trajeto. No quesito comunicação, 75% da população residem em áreas com cobertura de telefonia, com acesso a terminais móveis e fixos.

Forças de PernambucoPolo de Saúde

Atualmente, Recife é o principal polo médico do Norte / Nordeste, emprega 111 mil pessoas e atrai pessoas de todas as regiões. Todos vêm em busca da alta qualidade nos serviços prestados do setor, aliadas às mais modernas técnicas de tratamento com equipamentos de última geração.

O polo médico hospitalar do Recife consegue oferecer mais empregos do que o setor de turismo. Todo esse desenvolvimento e a notoriedade dos serviços, pela qualidade e sofisticação no atendimento, devem-se à iniciativa privada que vem investindo nessa área. Atualmente, é o segundo polo médico do Brasil, depois de São Paulo, com 320 hospitais. A autogestão pernambucana significa uma fatia considerável de consumidores deste mercado, que vem mantendo a sua colocação no ranking nacional através do esforço comum, da parceria e acima de tudo do investimento em ferramentas cada vez mais avançadas. Serviços avançados, tecnologia de ponta e instalações modernas integram o seu mercado de saúde privada.

O polo médico do Recife deixou de ser caracterizado apenas pela quantidade de hospitais e passou a se destacar também pela sofisticação dos serviços, pelo uso de equipamentos modernos, pela presença de especialidades de alta complexidade, pela integração com universidades e centros de formação, bem como pela expansão de unidades privadas de alto padrão. A área da saúde segue sendo um dos segmentos mais importantes para a geração de empregos formais, renda, arrecadação municipal e atração de investimentos.

Informática

Hoje, Pernambuco se insinua no cenário mundial por seu capital humano, empreendedorismo e inovação na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Dos engenhos de açúcar para uma economia baseada em serviços e com uma participação crescente do setor de TIC no PIB pernambucano. Essa é a transição econômica que torna o estado um modelo de referência para as economias emergentes.

Nesse contexto surgiu o Porto Digital. Um projeto de desenvolvimento econômico que reúne investimentos públicos, iniciativa privada e universidades, compondo um sistema local de informação que tem, atualmente, 68 instituições entre empresas de TIC, serviços especializados e órgãos de fomento.

Atualmente, o Porto Digital reúne mais de 540 empresas embarcadas, emprega mais de 24 mil colaboradores e registrou faturamento de aproximadamente R$ 7,4 bilhões em 2025. O parque tecnológico ocupa uma área de cerca de 171 hectares no Recife e contribuiu para a reabilitação urbana do Bairro do Recife, com mais de 230 mil metros quadrados de imóveis históricos restaurados desde sua implantação.

O ecossistema do Porto Digital integra empresas de tecnologia da informação e comunicação, economia criativa, serviços digitais, inteligência artificial, cibersegurança, design, jogos digitais, consultorias, centros de pesquisa, universidades, startups e grandes empresas nacionais e multinacionais. Entre suas principais características estão a formação de capital humano, a articulação entre setor público, iniciativa privada e academia, e a criação de um ambiente favorável à inovação e aos novos negócios.

O movimento de interiorização do Porto Digital, com atuação também em Caruaru, fortalece a descentralização da inovação e contribui para a formação de profissionais, atração de empresas e desenvolvimento de novos negócios no Agreste pernambucano.

Essa plataforma de negócios diversificada e dinâmica recebeu infraestrutura tecnológica de última geração, incentivos governamentais e um investimento inicial do Governo do Estado para transferir algumas das atividadesdo setor para o local e financiar a formação de capital humano. Tem como principais objetivos:

- ‡ Criar um polo de negócios e inovação;
- ‡ Integrar empresas, centros de pesquisas e instituições de tecnologia da informação e comunicação;

- ‡ Consolidar Recife como centro de referência em novas tecnologias;
- ‡ Estruturar e gerenciar o mais competitivo ambiente de negócios do Brasil.

O papel da rede é incentivar o aparecimento de novas empresas em áreas como biotecnologia, tecnologias da informação e comunicação, tecnologias ambientais, tecnologias de saúde, fotônica, novos materiais, design, produção artística, gesso, fruticultura irrigada e vitivinicultura, laticínios, indústria têxtil e confecções, turismo e petróleo.

SUAPE

Responsável por atrair novos negócios e investimentos para Pernambuco, o Porto de Suape (www.suape.pe.gov.br), consolida-se como um dos maiores e mais modernos dopaís. Grande distribuidor e concentrador decargas de amplitude nacional e internacional, Suape foi escolhido para sediar um dos maiores estaleiros do Hemisfério Sul e a refinaria Abreu e Lima, construída pela Petrobrás e pela PDVSA.

A descrição antiga, que tratava a Refinaria Abreu e Lima e outros empreendimentos como projetos futuros, deve ser atualizada. Atualmente, Suape abriga operações consolidadas, inclusive a Refinaria Abreu e Lima, terminal de contêineres, terminais de granéis líquidos, unidades industriais, empreendimentos logísticos e empresas de diferentes cadeias produtivas.

Suape vem mantendo posição de destaque entre os portos públicos brasileiros. Em 2025, foi apontado como o 6º porto público mais movimentado do país e manteve liderança na movimentação de granéis líquidos. Também se consolidou como hub de automóveis do Norte e Nordeste, com 83.992 unidades movimentadas em 2025.

O complexo segue recebendo investimentos em infraestrutura, modernização, dragagem, ampliação de capacidade operacional, transição energética, sustentabilidade e atração de novos negócios. Para os próximos anos, a estatal portuária planeja investimentos expressivos em infraestrutura, reforçando o papel de Suape como plataforma estratégica para a economia pernambucana e nordestina.

A relevância de Suape vai além da atividade portuária. O complexo gera efeitos diretos e indiretos sobre emprego, renda, arrecadação, comércio exterior, transporte, indústria, serviços especializados e cadeia de fornecedores. Sua localização permite integração com importantes mercados consumidores do Nordeste e fortalece Pernambuco como centro logístico regional.

Turismo

O turismo em Pernambuco mantém importância estratégica para a economia estadual, com destaque para o turismo de lazer, turismo cultural, turismo de negócios,

eventos, gastronomia, turismo religioso, turismo náutico, turismo de natureza e turismo de sol e mar. O setor passou por forte recuperação após a pandemia e voltou a registrar crescimento no volume de atividades e na receita dos serviços turísticos.

Dados recentes da Secretaria de Turismo e Lazer/Empetur indicam que os serviços relacionados ao turismo registraram crescimento em receita nominal em 2024 e mantiveram desempenho positivo em 2025. A movimentação do Aeroporto Internacional do Recife também reforça a posição do Estado como porta de entrada do Nordeste, tendo superado a marca de 9,9 milhões de passageiros em 2025.

A atividade turística tem a sua importância estratégica assegurada pela posição privilegiada de ser Pernambuco portão de entrada e distribuição do fluxo de visitantes para a região. Isso se deve ao fato de Recife situar-se numa posição eqüidistante a Fortaleza e Salvador, Natal e Maceió.

Pernambuco apresenta vantagens competitivas pela sua beleza natural e construída, diversidade cultural, oferta turística instalada, infraestrutura portuária e condição histórica de entreposto comercial. Destaca-se no cenário nacional com eventos culturais e técnico-profissionais, o que, associado ao dinamismo dos pólos de informática, médico e educacional, favorece o turismo de convenções.

Localizada no litoral do Nordeste, Pernambuco apresenta uma das mais exuberantes paisagens brasileiras, possuindo desde praias urbanas a paraísos quase intocados, turistas e pernambucanos encontram uma terra rica em belezas naturais com sol o ano inteiro.

A arquitetura colonial de Olinda convive com a arquitetura pós-moderna de Recife. O meio ambiente pernambucano preserva tesouros. As mais belas praias do litoral do Brasil estão próximas dos encantos serranos do agreste e daforça do sertão. Caruaru sedia a maior feira popular do interior nordestino e, em Petrolina, o rio São Francisco transforma áreas de seca em enormes plantaçõesde frutas para exportação.

Na zona da mata, belíssimos engenhos contamtoda a história da exploração do açúcar. Com uma diversidade cultural sem igual em todo o Brasil, Pernambuco faz desfilar nas suas festas tradições como o maracatu, o bumba-meu-boi, o caboclinho, o pastoril. São influências européias, africanas e indígenas ainda vivas, como a celebração do Toré na reserva Fulniô.

No carnaval, o frevo anima milhares de foliões que fazem do Recife o palco da maior festa popular espontânea das Américas. A tradição agrícola do estado também deixou sua marca nos festejos de São João, que atraem turistas de todo o país. A culinária, também, é especial e exclusiva, destacando-se o sabor de frutas tropicais. No Recife, está o terceiro pólo gastronômico do Brasil.

Recife continua sendo a principal porta de entrada do turismo pernambucano, articulando aeroporto internacional, rede hoteleira, centros de convenções, polo gastronômico, patrimônio histórico, eventos culturais, turismo de negócios e serviços especializados. Olinda, com seu sítio histórico, igrejas, ladeiras, ateliês e carnaval, permanece como um dos principais destinos culturais do Brasil.

No litoral, destacam-se Porto de Galinhas, Muro Alto, Maracaípe, Carneiros, Itamaracá, Maria Farinha, Cabo de Santo Agostinho, Paulista, Recife e Fernando de Noronha. No interior, o Estado oferece roteiros culturais, religiosos, gastronômicos, rurais e de natureza, com destaque para Caruaru, Gravatá, Garanhuns, Triunfo, Bezerros, Pesqueira, Petrolina e o Vale do São Francisco.

A diversidade cultural pernambucana permanece como um dos principais atrativos turísticos do Estado. O frevo, o maracatu, o caboclinho, o coco, o cavalo-marinho, os festejos juninos, a tradição do artesanato, a culinária regional e os centros históricos conferem a Pernambuco identidade própria e forte capacidade de atração turística.

Empresários e governo andam de mãos dadas, investindo para consolidar o Estado não apenas como um dos principais destinos de lazer no Brasil, mas como um pólo do turismo de negócios. Só o Executivo pernambucano prevê aportes de US$ 180 milhões, originados da segunda etapa do Programa Federal de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur II). O turismo de negócios foi o que mais cresceu, nos últimos 10 anos, apostando na criação e ampliação de centros de convenções anexos aos hotéis. O Confort Suits Boa Viagem, também da Moura Dubeux, tem 91 apartamentos e é outra opção para executivos, na zona sul do Recife. Segundo o secretário estadual de Ciência e Tecnologia, Cláudio Marinho, há investidores interessados em instalar hotéis para executivos e centros de convenções na área onde está sendo implantado o Porto Digital, na zona portuária do Recife Antigo.

O turismo de negócios e eventos também segue relevante, beneficiado pela presença do polo médico, do Porto Digital, das universidades, do setor de serviços, do Centro de Convenções, da rede hoteleira e da localização estratégica do Recife no Nordeste. O Estado, portanto, combina turismo de lazer, cultura, negócios, tecnologia, saúde e eventos em uma oferta diversificada.

De olho no turismo também está o município de Paulista, zona norte da Região Metropolitana do Recife, com 13 Km de praia. Sua estratégia é aproveitar o impulso proporcionado pela triplicação da rodovia estadual PE-15 - principal ligação entre a orla marítima de Paulista e a capital. A prefeitura quer alterar a Lei de Uso e Ocupação do Solo, instalar no litoral o Polo ecoturístico.

Apesar da concorrência, Recife continua sendo a porta de entrada do turismo

estadual e um dos principais destinos turísticos do Brasil, recepcionadosnum moderno aeroporto internacional, na maior estação rodoviária do Estado e num terminal de passageiros em implantação no Porto do Recife, que poderá receber grandes cruzeiros quando estiver concluída a dragagem da área. Na Capital, os principais atrativos para o turismo de negócios são dois centros de convenções do setor público - um do governo estadual, na divisa com Olinda, e o outro da Universidade Federal de Pernambuco - e vários centros privados.

E muitas opções de compras e lazer, como o Shopping Paço Alfândega, no Recife Antigo. Localizado em região histórica terá perfil voltado para a área cultural, com ateliês, casas de espetáculos, livrarias, cafés e cinemas. O empreendimento, com 73 mil metros quadrados de área construída e investimento de R$ 26 milhões, começou a operar em abril de 2002. O bairro, jáabriga um polo gastronômico e casas noturnas, na Rua do Bom Jesus. Governo,empresários e prefeituras investem também no Circuito do Frio, com foco nas cidades vocacionadas para o turismo de inverno e rural. O projeto, liderado pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, já tem um calendário de eventos, nos meses de julho e agosto, contemplando as cidades de Gravatá, Garanhuns, Triunfo, Pesqueira e Taquaritinga do Norte, no interior do Estado.

Qualidade de Vida

Recife é uma das capitais mais importantes do Nordeste e concentra serviços de saúde, educação, tecnologia, cultura, comércio, turismo, administração pública e atividades financeiras. Segundo o IBGE, a capital pernambucana possuía 1.488.920 habitantes no Censo de 2022 e população estimada de 1.588.376 habitantes em 2025, em uma área territorial de 218,843 km.

A densidade demográfica do Recife, de 6.803,60 habitantes por km² no Censo de 2022, demonstra o elevado grau de urbanização da capital. O município também apresenta escolarização de 97,57% para a faixa de 6 a 14 anos, IDHM de 0,772 e PIB per capita de R$ 44.563,38 em 2023.

A qualidade de vida no Recife está associada à ampla oferta de serviços, equipamentos culturais, rede de ensino, polos de saúde, atividades econômicas, vida artística e tradição cultural. Ao mesmo tempo, a cidade ainda enfrenta desafios urbanos relevantes, especialmente nas áreas de mobilidade, habitação, saneamento, segurança pública, desigualdade social e resiliência climática.

Assim, a análise atual da qualidade de vida deve considerar tanto os indicadores positivos de desenvolvimento urbano e oferta de serviços quanto as

desigualdades territoriais que caracterizam grandes metrópoles brasileiras. Recife possui alto potencial cultural, econômico, educacional e tecnológico, mas continua demandando políticas públicas integradas para ampliar inclusão social, infraestrutura urbana e oportunidades.

Educação

Pernambuco é um importante centro de educação, pesquisa, inovação e formação profissional no Nordeste. O Estado reúne instituições públicas e privadas de educação superior, institutos federais, universidades, centros universitários, faculdades, escolas técnicas, instituições do Sistema S e centros de pesquisa que contribuem para a formação de mão de obra qualificada em diversas áreas.

Nesse contexto, instituições de ensino superior localizadas fora da capital, como a Faculdade de Goiana - FAG, cumprem papel relevante na interiorização do acesso ao ensino superior, na qualificação profissional, na formação cidadã e no fortalecimento do desenvolvimento regional.

Município de Goiana

Dados socioeconômicos

Goiana é um dos mais antigos núcleos de colonização do Nordeste brasileiro e está localizada na Zona da Mata Norte de Pernambuco. O município possui forte relevância histórica, cultural, econômica e estratégica, sendo composto pela sede e pelos distritos de Ponta de Pedras e Tejucupapo.

A história de Goiana está associada à ocupação colonial, à antiga Capitania de Itamaracá, à economia açucareira, às lutas políticas e sociais, à religiosidade, ao patrimônio arquitetônico e às tradições culturais da Mata Norte. O município também é reconhecido por sua participação em movimentos históricos de defesa da liberdade e por sua importância regional ao longo dos séculos.

Segundo o IBGE, Goiana possui área territorial de 445,406 km². No Censo Demográfico de 2022, registrou população de 81.055 habitantes e densidade demográfica de 181,98 hab/km². A população estimada para 2025 é de 85.497 habitantes. O município apresenta IDHM de 0,651, classificado na faixa de desenvolvimento humano médio, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano.

A posição geográfica de Goiana é estratégica, pois o município está situado no eixo entre Recife e João Pessoa, próximo à BR-101, ao litoral norte pernambucano, ao polo automotivo, ao polo farmacoquímico, a áreas industriais e a importantes mercados consumidores da Região Metropolitana do Recife, da Mata Norte e da Paraíba.

Saúde

Segundo dados recentes do IBGE, a mortalidade infantil em Goiana foi de 17,18 óbitos por mil nascidos vivos em 2023. O indicador demonstra a necessidade permanente de investimentos em atenção básica, pré-natal, saúde materno-infantil, saneamento, vacinação, acompanhamento nutricional, estrutura hospitalar e regulação eficiente dos serviços de média e alta complexidade.

Economia

Goiana passou por uma transformação econômica significativa nas últimas décadas, especialmente com a instalação e consolidação do Polo Automotivo da Stellantis, do Supplier Park, do polo farmacoquímico e de biotecnologia, além da presença de atividades industriais, comerciais, agroindustriais, turísticas e de serviços.

O município deixou de depender predominantemente de atividades tradicionais e passou a integrar cadeias produtivas de maior complexidade. Atualmente, sua economia é marcada pela indústria automotiva, produção de veículos e autopeças, indústria de transformação, comércio, serviços, agroindústria, produção de cimento, atividades ligadas ao litoral e serviços públicos e privados.

Em 2023, o PIB per capita de Goiana alcançou R$ 171.409,82, segundo o IBGE, valor elevado no contexto estadual e fortemente influenciado pela atividade industrial instalada no município. Em 2024, as receitas brutas realizadas do município somaram R$ 862.258.577,67, enquanto as despesas brutas empenhadas totalizaram R$ 940.108.578,16.

O Polo Automotivo de Goiana tem papel central nessa transformação. Segundo informações divulgadas pela Stellantis, o emprego formal no município passou de 19,8 mil postos em 2014 para 31,5 mil em 2024, crescimento de 59%. A participação dos empregos vinculados ao Polo Automotivo e ao Supplier Park no total do emprego formal municipal chegou a aproximadamente 43,8% em 2024.

A unidade de Goiana produz modelos das marcas Jeep, Fiat e Ram, possui capacidade instalada para até 280 mil veículos por ano e já superou a marca de 2 milhões de veículos produzidos. A empresa também anunciou novo ciclo de investimentos de R$ 13 bilhões para o Polo Automotivo de Goiana, com foco em novos produtos, tecnologias híbridas, eletrificação, descarbonização e expansão da cadeia de fornecedores.

Educação

A educação em Goiana acompanha os desafios de um município em transformação econômica. Segundo o IBGE, a taxa de escolarização da população de

6 a 14 anos era de 97,53% em 2022, indicador positivo para o acesso ao ensino fundamental. Entretanto, a melhoria da qualidade da aprendizagem, a permanência dos jovens na escola, a conclusão do ensino médio e a ampliação da educação profissional continuam sendo pontos estratégicos.

O ensino técnico é assistido no município pela Escola Técnica Estadual Aderico Alves de Vasconcelos, e conforme o Conselho Estadual de Educação de Pernambuco-CEE/PE, pelas escolas privadas, CENTEG-Centro de Ensino Técnico de Goiana, Escola de Enfermagem Santa Bárbara, Escola Técnica Pernambucana-ETP e GETEC-Centro de Educação Técnica de Goiana. No que diz respeito ao ensino superior, Goiana conta com a Faculdade de Goiana - FAG, Faculdade de Formação de Professores de Goiana (FFPG), atual Faculdade de Ciências e Tecnologias Professor Dirson Maciel de Barros (Fadimab). Esta se destaca na região, atraindo alunos de cidades de até 60km de distância.

Infraestrutura

Goiana apresenta localização estratégica para o desenvolvimento econômico da Mata Norte pernambucana. A proximidade com a BR-101, com Recife, João Pessoa, o litoral norte de Pernambuco, polos industriais e mercados consumidores regionais favorece atividades industriais, comerciais, logísticas, turísticas e de serviços.

O crescimento do Polo Automotivo e de outras atividades econômicas intensificou a circulação de trabalhadores, veículos, mercadorias e serviços, ampliando a necessidade de investimentos em mobilidade urbana, transporte público, manutenção viária, sinalização, segurança no trânsito, infraestrutura habitacional, saneamento básico e ordenamento territorial.

Na área de saneamento, abastecimento de água e coleta de resíduos, o município já recebeu investimentos públicos ao longo dos últimos anos, inclusive por meio de programas federais e estaduais. Ainda assim, a expansão urbana, industrial e turística demanda atualização permanente dos serviços de água, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e gestão ambiental.

A segurança pública também permanece como desafio relevante para Goiana e para a Mata Norte. Em vez de manter rankings antigos de violência, recomenda-se utilizar indicadores recentes da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco e demais bases oficiais. O desenvolvimento econômico precisa ser acompanhado por políticas integradas de prevenção à violência, inclusão social, iluminação pública, urbanização e oportunidades para a juventude.

De modo geral, Goiana apresenta forte potencial de desenvolvimento, mas esse potencial depende de planejamento urbano, qualificação profissional, expansão

educacional, infraestrutura adequada, fortalecimento dos serviços públicos e articulação entre poder público, setor produtivo, instituições de ensino e sociedade civil.

Apesar destes dados positivos, ainda se observava um alto percentual de crianças entre 0 a 5 anos fora da escola, um alto índice de pessoas entre 15 a 24 anos que não trabalhavam, não estudavam e se encontravam em situação de vulnerabilidade social, bem como um considerável percentual de crianças de até 14 anos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R$ 70,00 mensais (15% da população). Estes dados foram mudando a partir de então, desde o advento da criação do Distrito Industrial de Goiana e do Polo Farmacoquímico e de Biotecnologia, bem como do polo automotivo.

Neste contexto, a Faculdade de Goiana - FAG contribui para as ações de desenvolvimento da região onde está inserida, ao ofertar ensino superior de qualidade, ampliar o acesso à formação profissional, fortalecer a cidadania, incentivar a produção de conhecimento e colaborar com a melhoria da qualidade de vida da população local e regional.

No quesito mobilidade urbana, apesar da duplicação e pavimentação de suas principais avenidas, o município de Goiana ainda sofre com a precariedade do transporte público e com o crescimento do número de veículos nos últimos anos, advindos da movimentação no complexo industrial, provocando a lentidão do trânsito.

Nas questões relativas a saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população, os dados apontados no último censo traziam índices positivos, como já mencionado. A zona rural já contava naquele período com mais de 70% dos domicílios atendidos com a coleta de lixo e 64% de abastecimento de água. Na zona urbana, quase 100% dos domicílios dispunham de coleta de lixo e mais de 70% contavam com abastecimento de água.

Desde o último censo o município de Goiana vem apresentando crescimento. Os investimentos no setor da economia promoveram a melhoria das condições de vida da população, seja nas questões de infraestrutura urbana, seja nos aspectos relativos à promoção de emprego e renda. O município contou também com investimentos advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, que atuou: na área de saneamento, com a ampliação do sistema de esgotamento sanitário das Bacias A, B e D, a elaboração de estudos e projetos do sistema de abastecimento de água das Praias de Ponta de Pedra, Malvinas, Catuama e Barra de Catuama; e na área de habitação, com a assistência técnica para a sede do município, e a

urbanização das Favelas.

1.1.2 Contextualização do CursoNOME DO CURSO

CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM DIREITO

NOME DA MANTIDA

FACULDADE DE GOIANA ±FAG

ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO:

Avenida Nunes Machado, nº 199 D, Centro - Goiana - Pernambuco

ATOS LEGAIS DE AUTORIZAÇÃO

Curso Superior de Bacharelado em DireitoNÚMERO DE VAGAS PRETENDIDAS

100 Vagas Anuais

TURNOS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

CARGA HORÁRIA TOTAL DAS DISCIPLINAS:TEÓRICA E PRÁTICA	**3000**
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	200
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I, II e III e IV*	500
DURAÇÃO PLENA DO CURSO	**3700**

TEMPO MÍNIMO E MÁXIMO PARA INTEGRALIZAÇÃO

O tempo mínimo para integralização do Curso de Bacharelado em Direito é de, no mínimo, 05 (cinco) anos (10 semestres), e o máximo, de 07 (sete) anos (14 semestres).

REGIME ACADÊMICO DE OFERTA

Seriado Semestral

IDENTIFICAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra Possui Mestrado em Direito,J u s t i ç a e D e s e n v o l v i m e n t o pelo Instituto de Direito Público - IDP,São Paulo/Brasil (2020); Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Joaquim Nabuco, Recife/PE (2010); Pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade Franscinete do Recife (FAFIRE), Recife/PE (2005); Graduação em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP (2004). Coordenou o Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Ciências e tecnologia Dirson Marciel de Barros – FADIMAB em Goiana (2018 a 2019), coordenou o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Ciências e tecnologia Dirson Marciel de Barros – FADIMAB em Goiana (2018 a 2022).

Professor Titular da Faculdade de Goiana FAG (2022 até os dias atuais), professor titular Faculdade de Ciências e tecnologia Dirson Marciel de Barros – FADIMAB em Goiana (2017 até 2023); professor titular da Faculdade Maurício de Nassau Unidade de Olinda/PE (2020 a 2023); professor titular da Faculdade Novo Horizonte em Vitória de Santos Antão/PE (2021 a 2023) e Professor Titular da Fundação de Ensino Superior de Olinda (2014 a 2015).

Contexto Educacional

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Goiana da FAG surge em consciência com seu compromisso com a educação superior, que se concretizará através de um ensino de qualidade, com o estigma de modernidade, seriedade e compromisso em disseminar a construção do conhecimento, desse modo, a proposição acadêmica referente ao oferecimento do Curso de Bacharelado em Direito, enfatizando estes dados e legitimando nosso dever e nossa missão em contribuir com as transformações e as conquistas demandadas pela educação superior, notadamente na cidade de Goiana, no Estado de Pernambuco, Região Nordestina Brasileira.

O Curso de Bacharelado em Direito, aqui proposto pela Faculdade de Goiana ±FAG está inserido em um cenário geográfico, político, socioeconômico e socioambiental do Estado de Pernambuco que exige uma identidade que pretende formar profissionais que se destaquem pelo respeito à sua cultura e pela competência enriquecê-la com ideias e ações contemporâneas que estimulem o desenvolvimento sustentável, em prol de uma sociedade para todos.

O contexto educacional, em seus aspectos gerais, revela a necessidade de um aprendizado ininterrupto, que desperte no discente a capacidade de análise e o desenvolvimento de competências e habilidades educacionais, profissionais e

pessoais no uso do conhecimento ao longo da vida. Adquirir capacitação no uso da informação representa um elemento essencial na sociedade atual, visto que o discente precisa aprender a pensar racionalmentee criativamente, resolver problemas, administrar e comunicar dados para estarem preparados para um mundo em constante transformação.

A natureza pedagógica de um curso de Educação Superior nos obriga a empreender algumas considerações quantitativas e qualitativas sobre as demandas globais em que o ensino superior, no Brasil, tem se desenvolvido. Esse cenário geral é parte constitutiva das condições mesmas em que o ensino superior é oferecido e o que isto representa em termos de suas melhorias, desenvolvimento e consolidação, sobretudo quando da necessidade premente que tem o Brasil de alçar patamares muito mais importantes e estratégicos na produção de conhecimento científico e tecnológico.

A Faculdade de Goiana FAG está localizada na Zona da Mata Norte do Estado de Pernambuco, e é considerada uma das cidades mais promissoras, em virtude da sua localização privilegiada entre Recife, Capital do Estado de Pernambuco, e João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Goiana FAG pretende se engajar no processo de desenvolvimento que se verifica na Região de Pernambuco e espera ocupar, com muito empenho e dedicação, as oportunidades criadas por uma sociedade que caminha a passos largos para ampliar sua participação no cenário nacional na medida em que o fortalecimento dos investimentos privados e a modernização do Estado criam novas solicitações e estímulos nas áreas da produção e do conhecimento.

Segundo dados recentes da PNAD Contínua Educação 2025, divulgada pelo IBGE, a população de 18 a 24 anos ainda apresenta índices de acesso ao ensino superior inferiores às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação. No Brasil, a taxa de escolarização nessa faixa etária alcançou 31,5%, enquanto, na Região Nordeste, ficou em 29,3%.

No caso de Pernambuco, os dados estaduais mais recentes disponíveis no Mapa do Ensino Superior no Brasil 2025, elaborado pelo Instituto Semesp com base em informações do INEP e do IBGE, indicam taxa líquida de escolarização de 14,9%, inferior à média nacional de 19,9% apurada na mesma metodologia. Esses números demonstram que, embora tenha havido avanço em relação ao cenário registrado no início dos anos 2000, o acesso da população jovem ao ensino superior ainda permanece como um desafio relevante, especialmente no Nordeste e no Estado de Pernambuco.

É diante deste contexto que o Curso de Bacharelado em Direito é desenvolvido, tendo em vista a identificação das necessidades do mercado de trabalho por profissionais com conhecimentos especializados na área jurídica. A Faculdade de Goiana - FAG é a primeira instituição privada a oferecer o Curso de Bacharelado em Direito na região, atendendo a uma demanda latente por parte de todas as regiões adjacentes.

Neste contexto, pretende-se, no Curso de Bacharelado em Direito, possibilitar a boa formação e capacitação de estudantes que, ao concluírem o curso estarão aptos a ingressarem no mercado de trabalho, até a prestação de importantes serviços à comunidade, não só dominando o conhecimento, mas sim um profissional participativo nas decisões e no encaminhamento das soluções para determinados problemas.

1.2 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

O Curso de Bacharelado em Direito se insere no Projeto Pedagógico Institucional/PPI, da Faculdade de Goiana - FAG, tanto no que diz respeito a seus pressupostos metodológicos, quanto a seu compromisso com os valores humanísticos e éticos, como princípios formativos do aluno. Hoje, Pernambuco se insinua no cenário mundial por seu capital humano, empreendedorismo e inovação em diversas áreas do conhecimento, dentre elas, a área jurídica. Dos engenhos de açúcar para uma economia baseada em serviços e com uma participação crescente do setor de saúde no PIB pernambucano. Essa é a transição econômica que torna o estado um modelo de referência para as economias emergentes.

Com o desenvolvimento de cursos de graduação, pós-graduação e tecnológicos, o grande desafio tem sido a formação de profissionais atuantes como agentes promotores do desenvolvimento econômico, social e regional, por meio da incorporação da ciência e tecnologia à vida dos cidadãos. Atuando desta forma, a Faculdade pretende contribuir para:

- O exercício da cidadania;
- A melhoria da qualidade de vida; e.
- A formação de competências para o mundo do trabalho.

Esta IES está comprometida com a qualidade da formação intelectual de seus alunos, com a qualidade da sua produção científica, artística, filosófica e tecnológica e, principalmente, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais técnico e politicamente competentes e desenvolvendo soluções para problemas locais, regionais, nacionais e internacionais.

O Projeto Pedagógico Institucional/PPI apresenta a concepção teórico-

metodológica a ser sistematizada em cada projeto pedagógico de curso desta Faculdade, restabelecendo as linhas norteadoras do processo de educação e de formação profissional, que visam contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Todo o processo acadêmico está voltado para o fortalecimento da educação centrada na aprendizagem, na vivência de uma proposta ousada que coloca o aluno frente a situações reais de construção do conhecimento, aos desafios que exigem habilidades e competências desenvolvidas em cada projetode ensino, tornando-o mais humano, do ponto de vista social e possibilitando, por meio de um processo de formação transformador, uma melhor preparação, do ponto de vista técnico-científico.

Na crença de que a academia é o espaço próprio para estudos e pesquisas, transformação e produção de novos saberes, a Faculdade de Goiana - FAG definiu a implantação de projetos de ensino, pesquisa e extensão e de processos inovadores, com o propósito de preparar pessoas para atender as exigências do mundo do trabalho. Processos esses que estabelecem a transferência do centro das ações do ensino para o aluno, favorecendo ambientes facilitadores e utilizando uma pedagogia crítico- reflexiva na construção do conhecimento.

A concepção político-filosófica da Faculdade de Goiana FAG tem como pilares o Conviver, o Conhecer, o Ser e o Fazer presentes na ação pedagógica dos projetos pedagógicos dos cursos, favorecendo a formação integral do aluno e possibilitando, através de propostas interdisciplinares, da resolução de problemas e da sistematização de processos dialógicos, o aprender a aprender. Está voltada para a formação de competências, orientando o aluno para a buscae a construção do seu próprio conhecimento, aprendendo não só a ser o profissional, mas também a ser um cidadão integrado à realidade social em que vive.

Os projetos pedagógicos dos cursos estabelecem currículos integrados, centrados nos alunos, propondo uma prática profissional diferenciada, sintonizada com o mundo do trabalho e com as necessidades sociais e a proposição de um sistema de avaliação abrangente, com indicadores importantes para a nova visão de excelência acadêmica preconizada nos documentos institucionais.

Esses Projetos Pedagógicos oportunizam um maior envolvimento dos alunos com as disciplinas, tendo por base um projeto integrado e integrador quepermite o equilíbrio entre conhecimentos, habilidades, atitudes e, ainda, que o aluno aprenda por si próprio; assim, a aprendizagem passa a ser vista como um processo contínuo, evidenciada por conceitos significativos, desenvolvidos constantemente e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade das pessoas.

A proposta da Faculdade de Goiana - FAG tem sua ação pedagógica baseada em princípios educacionais que propõem:

ξ Criar, preservar, organizar e transmitir o saber, a arte e a cultura por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão acadêmica;
ξ Defender a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial;
ξ Oferecer ensino de qualidade;
ξ Formar cidadãos críticos e capacitados para o exercício das diferentes profissões;
ξ Respeitar a liberdade intelectual, o pluralismo das ideias, a diversidade dasminorias, defendendo e promovendo a cidadania, os direitos humanos e a justiça social.

A institucionalização destes princípios é assegurada pelo projeto de ensino interdisciplinar, voltado para centros de interesses, que tem por objetivo a construção da autonomia intelectual do aluno, considerando também:

ξ A organização global do conhecimento;
ξ A metodologia baseada em problemas;
ξ A interação do aluno com o objeto de estudo;
ξ As oportunidades diversificadas de aprendizagem;
ξ A contextualização das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O PPI, na visão da problematização do saber, precisa ser visto como a ressignificação dos espaços de aprendizagem, envolvendo sincronicamente todas as atividades num pensar que venha a se complementar no outro. Nesta perspectiva, o trabalho docente aparece como possibilidade de construção coletiva e vê, nas ações interdisciplinares, a forma de transformar e criar o novosaber, e assume as relações do ser aprendiz com o objeto do conhecer, acreditando, como Paulo Freire, que só aprende verdadeiramente aquele que seapropria do aprendido.

Diante do contexto, o Curso de Bacharelado em Direito busca associar a teoria à prática, seja pela apropriação das experiências que os alunos trazem domercado de trabalho, seja pela discussão de casos, de experiências práticas e tendências teórico-metodológicas trazidas pelos docentes especialistas.

1.3 OBJETIVOS DO CURSO

1.3.1 Objetivo Geral

Os Bacharéis em Direito da Faculdade de Goiana FAG deverão estar preparados a lidar com os diferentes anseios e demandas de uma sociedade globalizada. Nesse sentido, é indispensável ter consciência de sua historicidade,das questões que envolvem a comunidade em que está inserindo, e das questões

emergentes que se apresentam de forma dinâmica no mundo atual. Este conhecimento propiciará a formação de profissionais adaptáveis a situações novas e capacitados a oferecer soluções às diversas demandas provenientes desta sociedade.

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Goiana, tem como objetivo geral estabelecer padrões de aprendizagem que superem o padrão tradicional de ensino jurídico, harmonizando suas propostas com as disposições presentes nas Diretrizes Curriculares estabelecidas a partir da edição da Resolução CNE/CES n. 05/2018. Desse modo, visa a formação de profissionais preparados com as competências necessárias a atuar nos diversos ramos do Direito, de maneira crítica e consciente, enfocando a responsabilidade social e a cidadania como elementos essenciais da prática jurídica.

Para tanto, a formação técnico-jurídica, além dos conhecimentos teóricos e práticos, está alinhada com perfis de eticidade e humanidade. Deste modo, o Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Goiana FAG, tem como objetivo geral formar e habilitar o profissional de Direito com capacidade crítica, apto a intervenção construtiva do contexto em que está inserido, e preparado tecnicamente para sua escolha ocupacional, em consonância com princípios éticos e morais.

1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos do Curso de Bacharelado em Direito idealizado pela Faculdade de Goiana - FAG são:

- Propiciar a formação de cidadãos críticos, com intensa carga humanística e conscientes da responsabilidade social no contexto do exercício profissional, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e do Direito;

- Propiciar formação geral e humanística através do desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, fundado a partir do Direito e, sobretudo, nas garantias constitucionais do cidadão em face do Estado sob um ponto de vista pluralista e ético da sociedade;

- Promover o ensino de forma interdisciplinar, garantindo a construção do conhecimento jurídico/social de forma globalizante, rompendo com os limites das disciplinas;

- Promover o aprendizado do Direito jungido às situações práticas, desenvolvendo o conhecimento adequado do exercício profissional, de seus problemas e responsabilidades, principalmente os concernentes às questões éticas;

- Formar bacharéis que sejam capazes de contribuir com uma maior efetividade do direito processual, entendido o processo não apenas dentro da jurisdição

estatal, mas diante das mais diversas formas de acesso à justiça, com especial destaque para técnicas de conciliação, mediação e arbitragem como alternativasà jurisdição oficial;

- Fornecer aos graduados uma base de formação humanística que lhes permitao desenvolvimento de uma adequada visão crítica e consciência sócio-política, com o correspondente aprimoramento do raciocínio jurídico necessário à plena realização do acesso à justiça, em seu sentido mais amplo;

- Fornecer ao bacharel o instrumental teórico-filosófico que lhe permita criticar e construir o próprio saber jurídico, capacitando-o a adaptar-se a futuros novos ramos do Direito;

- Formar profissional para atuação responsável socialmente e conhecedor das necessidades da região de Goiana e de toda a região da mata norte pernambucana;

- Formar profissionais proativos em sua atuação frente a demandas emergentes no mercado de trabalho, em especial em Goiana e região da mata- norte pernambucana;

- Auxiliar a Faculdade de Goiana no cumprimento de sua missão institucional através da formação de profissionais com perfil voltado para uma formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das constantes transformações sociais, através do desenvolvimento de um conjunto de habilidades e de conhecimentos gerais e específicos de sua atividade profissional;

- Formar profissionais aptos e com as competências técnico-jurídicas necessárias a atender às demandas das diversas carreiras jurídicas, sobretudo, as relacionadas à Administração da Justiça, Magistrados, Membros do MinistérioPúblico, Advogados, Advogados Públicos e Defensores Públicos;

- Formar profissionais aptos a refletir sobre os critérios de criação, interpretação e aplicação do Direito, sob uma perspectiva valorativa interna e global do sistema jurídico;

- Formar bacharéis com sólidos conhecimentos na área da proteção aos direitos humanos, em sua dimensão global, e na área dos direitos fundamentais, em sua dimensão nacional, a fim de que sejam capazes de mover-se profissionalmente em quaisquer condições;

- Formar cidadãos compromissados com a missão, visão, metas e valores institucionais de forma que esta possa cumprir seus objetivos para com a sociedade;

- Formar bacharéis em Direito para atuar numa sociedade complexa e projetada juridicamente, para ser livre, justa e solidária, de modo que eles sejam capazes de entender o momento histórico e de oferecer respostas que atendam às demandas sociais;

- Formar bacharéis que sejam capazes de refletir, conceber, interpretar o Direito com visão crítico-dialético, democrática e humanística, comprometendo- se com a realização da Justiça em todas as suas dimensões;

- Formar bacharéis que sejam capazes de enfrentar profissionalmente questõesjurídicas novas, através da prática crítica e criativa do Direito;
- Formar bacharéis que sejam capazes de compreender e operar com o Direito, não como algo dado, completo e acabado, mas como objeto cultural e contextualizado, resultante da dialética do processo histórico-social;

- Formar bacharéis que sejam capazes de se inserirem significativamente no mundo contemporâneo, que se caracteriza pela valorização dos ramos mais recentes do Direito e de temas que são viscerais à Sociedade Pós-moderna em desenvolvimento, tais como Direitos Humanos, Direito Ambiental, Empresarial, Direito Político, Bioética, novos direitos e sua proteção, perspectivas futuras para o Direito e o Estado etc, cuja compreensão e domínio são exigências do nosso tempo;

- Formar bacharéis em Direito, qualificados para a aprovação no Exame de Ordem da OAB, requisito, podendo desempenhar, a contento e adequadamente, as respectivas profissões;

- Formar bacharéis que sejam capazes de atuar no mundo globalizado, hegemonicamente capitalista, sem abrir mão da visão ética emancipatória, construtiva e transformadora do pensamento e das práticas jurídico-políticas;

- Formar bacharéis que, pelo conhecimento da realidade social, sejam capazes de contribuir com o aprimoramento da ordem jurídica e com a socialização da proteção jurídica em benefício da maior parcela possível da população;

- Desenvolver, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz do domínio das teorias e técnicas forenses com a solução de questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da

profissão;

- Formar bacharéis capazes de utilizar os conhecimentos doutrinários, normativos e jurisprudenciais, de forma harmoniosa e coerente;

- Incentivar e viabilizar a atuação do aluno junto à comunidade local e regional, como forma de, não apenas prover o atendimento das necessidades comunitárias, mas também de tomar consciência da importância do Direito comoinstrumento de transformação e evolução social;

- Formar bacharéis, com adequada compreensão jurídica dos problemas e desafios enfrentados pela sociedade local e regional, capazes de exercer a atividade profissional pertinente, contribuindo com a sua superação;

- Implementar a(s) estrutura(as) curricular(es) através de metodologia que integre teoria e prática, como forma de intervir na realidade social, comprometendo o ensino, a pesquisa e a extensão com a criação de condições didático-pedagógicas que tornem os futuros bacharéis conscientes da afirmaçãoincessante dos Direitos da Pessoa Humana e da Cidadania;

- Desenvolver e estimular a adoção de atitudes democráticas e humanistas na implementação dos diversos aspectos da organização curricular do Curso, propiciando condições concretas para que os acadêmicos percebam como é implementar a(s) estrutura(as) curricular(es) através de metodologia que integre teoria e prática, como forma de intervir na realidade social, comprometendo o ensino, a pesquisa e a extensão com a criação de condições didático- pedagógicas que tornem os futuros bacharéis conscientes da afirmação incessante dos Direitos da Pessoa Humana e da Cidadania;

- Desenvolver e estimular a adoção de atitudes democráticas e humanistas na implementação dos diversos aspectos da organização curricular do Curso, propiciando condições concretas para que os acadêmicos percebam como é possível aliar competência profissional e compromisso ético com a melhoria da ordem estabelecida;

- Formar bacharéis em Direito com formação diferenciada nas Disciplinas Fundamentais, as quais possibilitam a visão crítica e humanista que se quer conseguir, com destaque para a a construção/evolução do Pensamento Jurídico, lógica jurídica, teoria da argumentação, da interpretação, da linguagem jurídica.

1.3.3 Objetivos do Curso e as práticas emergentes para buscar a sua adequada

implantação considerando perfil do Egresso, estrutura curricular, contexto educacional e características locais e regionais

Ao atingir os objetivos propostos, o egresso desenvolverá habilidades e competências para a tomada de decisões em ambientes dinâmicos e proporcionará a satisfação dos Direitos e Interesses desenvolvidos, atentos as características locais, regionais e novas práticas emergentes no campo de conhecimento relacionado ao curso.

Algumas práticas emergentes realizadas no curso são essenciais para atingir os objetivos do Cursos, tais como: as práticas realizadas no Núcleo de Práticas Jurídicas através do convênio junto ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, em que os alunos terão a vivência real dos processos jurídicos, além de que aprendem as técnicas de conciliação, negociação, mediação e arbitragem, alcançando o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias a atuação profissional; atividades junto a sociedade através de importantes Projetos de Extensão que estão planejados e serão desenvolvidos, além do estabelecimento de convênios com a Prefeitura de Goiana ; Defensoria Pública de Pernambuco; Governo do Estado de Pernambuco; OAB/PE; Polícia Científica de Pernambuco; Instituições de Fins Lucrativos; Sindicatos; Associações e Escritórios de Advocacia.

1.4 PERFIL PROFISSIOGRÁFICO

1.4.1 Perfil do Egresso

A Faculdade de Goiana - FAG ao oferecer o Curso de Bacharelado em Direito proporcionará a formação de profissionais com alto nível de qualificação, aptos a atuarem no exercício profissional do mundo jurídico, cujas atividades possuem um impacto profundo na vida socioeconômica, sociojurdica e socioambiental das sociedades onde são desenvolvidas. A Faculdade de Goiana
- FAG tem plena consciência de que o mercado hoje é altamente competitivo e está em constante transformação, por isso, colocará à disposição dos egressos todos os recursos necessários para a consecução de uma formação de alto nível, que lhe dê bases sólidas para atuação dentro desta realidade.

A Faculdade de Goiana - FAG oferece o Curso de Bacharelado em Direitoonde foi concebido em consonância com os propósitos institucionais, referendados no plano de desenvolvimento institucional da IES que tem como premissa fundamental a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, sociojurídico

e socioambiental da região e do país. Através de um ensino superior de qualidade e proporcionando conhecimentos multidisciplinares e, ao mesmo tempo teóricos e práticos de modo que os egressos da FAG estarão aptos a aproveitar um mercado de trabalho que se amplia com os novos investimentos que vieram nos últimos anos para Pernambuco. A partir da análise do ambiente em que irão operar, e dos conhecimentos técnicos e científicos adquiridos, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos da área do direito.

A concepção do curso contempla um conjunto de disciplinas teóricas e práticas, com o intuito de proporcionar uma inter-relação entre as mesmas, possibilitando ao discente uma visão integrada e articulada no campo de atuação do bacharel em Direito, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuaçãodo advogado, considerando as transformações da sociedade contemporânea e das mudanças de paradigmas enfrentadas pelas organizações. Diante da profissionalização e amadurecimento da área de desenvolvimento de pessoas e das organizações, o mercado brasileiro tem apresentado várias oportunidades de trabalho em organizações de qualquer natureza.

De acordo com o art. 3º, da Resolução CNE/CES 05/2018, o Curso de Bacharelado em Direito da FAG deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação.

Em atendimento ao art. 4o da Resolução CNE/CES 05/2018 espera-se que os egressos do Curso de Bacharelado em Direito da FAG revelem, ao menos, as seguintes competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, quecapacitem o graduando a:

1. - Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

2. - Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

3. - Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

4. - Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do

Direito;

5. - Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

6. - Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

7. - Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com anecessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do direito;

8. - Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

9. - Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas; x - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

2. Xi - Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica; xii - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

3. - Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do direito ou de caráter interdisciplinar; e

4. - Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Como resultado de seu viés específico e diferenciado, pretende-se formar profissionais autônomos, capazes para compreender a complexa relação entre direito e realidade, enlace que se torna relevante diante da conjuntura atual balizada pela tecnologia e inovação, que acelera o processo de transformação dos fatos e que incitam mudanças constantes no plano do direito.

Além disso, espera-se formar profissionais independentes, conscientes dopapel que possuem em seu processo continuo de aprendizado, necessário àqueles que atuarão, doravante, no universo jurídico diante das novas realidades. O intuito é formar juristas que compreendam o presente esvaziamento de modelos analíticos exclusivamente jurídicos na solução de problemas normativos e possam, dessa forma, contribuir, critica e efetivamente, para aprimorar a conexão entre a ordem jurídica ideal e a realidade em perene processo de transfiguração exacerbado pelas inovações tecnológicas. Em suma, pretende-se formar um profissional capaz, de fato, de promover novas soluções para os novos problemas.

1.5 Forma de acesso ao curso

Conforme o Capítulo II, artigos 62 a 65 do Regimento da Faculdade de Goiana FAG, o acesso aos Cursos de Graduação da Faculdade de Goiana - FAG é possível através do processo seletivo nas seguintes modalidades:

CAPÍTULOII

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 62. O Processo Seletivo destina-se a avaliar a formação recebida pelos candidatos e a classificá-los, dentro do limite das vagas oferecidas.

§ 1º As vagas oferecidas para cada curso são as autorizadas pelo Ministério da Educação.

§ 2º As inscrições para o Processo Seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos e habilitações oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis, em conformidade com a legislação vigente.

§ 3º Os critérios e normas de seleção e admissão de estudantes, levarão em conta os efeitos dos critérios sobre a orientação do ensino médio, articulando- secom os órgãos normativos dos sistemas de ensino, conforme previsto no art. 51 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

§ 4º No ato da matrícula é obrigatória a devida comprovação de conclusão do Ensino Médio ou equivalente nos preceitos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 63. O Processo Seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, aserem avaliados em provas, na forma disciplinada pelos Colegiados de Cursos.

Art. 64. A classificação far-se-á pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelos Colegiados de Cursos.

§ 1º A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qualse realiza o processo, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificadodeixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimentalmente completa, dentro dos prazos fixados.

§ 2º Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, poderá ser realizado novo processo seletivo ou nelas poderão ser recebidos alunos que tenham realizado o Exame Nacional de Avaliação do Ensino Médio - ENEM, alunos transferidos de outra

instituição e portadores de diploma de graduação.

Art. 65. Independente do Processo Seletivo, pode ser efetuado ingresso de candidatos portadores de diploma registrado de Curso Superior, observadas as normas vigentes e o limite de vagas da FACULDADE DE GOIANA - FAG.

§ 1º O portador de diploma registrado de Curso Superior pode, existindo vaga, matricular-se em série subsequente do curso, após análise dos respectivos currículos e programas e aprovação do Colegiado de Curso.

§ 2º O Colegiado de Curso estabelece normas gerais para o preenchimento de vagas existentes.

1.6 ESTRUTURA E CONCEPÇÃO CURRICULAR

1.6.1 Carga horária e período de integralização do curso

A duração mínima do Curso de Bacharelado em Direito da FAG será de 3.700 horas, distribuídas em 3.000 horas de disciplinas teóricas e práticas, 500 horas de Estágio Supervisionado e 200 horas de atividades complementares. Cada hora corresponde a 60 minutos. O Curso de Bacharelado em Direito está distribuído em 10 semestres, ao longo dos quais deverá ser cumprida uma cargahorária total de 3.700 horas.

1.7 Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares são fundamentados com o intuito de proporcionar uma inter-relação entre as disciplinas, possibilitando ao discente uma visão integrada e articulada do campo de atuação do Bacharel em Direito, contemplados atividades relacionadas com as áreas específicas do direito, bem como, instrumentos da interdisciplinaridade e como ambiente propício aodesenvolvimento de novos campos ou temas emergentes.

Os conteúdos curriculares, previstos neste PPC, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), os conteúdos propostos estão adequados a bibliografia, a acessibilidade metodológica, considerando a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico- raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

Essas atividades concedem flexibilidade curricular ao curso, proporcionando a oferta de conteúdos variáveis, contemporâneos aos avanços e às mudanças da

sociedade, da ciência e da tecnologia. Visto que o conhecimento é dinâmico e reflete as mudanças que homens e sociedades produzem em sua história. Nesse sentido, tais inovações são também acionadas numa perspectivade inclusão social de setores que exigem, por direito, o respeito às suas demandas sociais. Considerando que a educação é um dos mais importantes espaços para garantir essa inclusão, à estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Direito da FAG atende às exigências do Decreto nº. 5.626, publicado no D.O.U. de 23/12/2005, que regulamenta a Lei nº. 10.436/2002, sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e o art. 18 da Lei nº. 10.098/2000, com carga horária de 40h/a, na condição de disciplina optativa. É importante, também, destacar que as questões de inclusão especial, educação ambiental, educação em direitos humanos e a pluralidade cultural, são tratadas no projeto pedagógico, assim como na matriz curricular, incorporados nas disciplinas, ementas e bibliografia do curso.

Em relação à aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, o discente, contará com as atividades complementares e estágio curricular, resguardado como padrão de qualidade, as propriedades imprescindíveis ao exercício da profissão. As atividades complementares, componente curricular a ser ofertado ao longo do curso, possibilita o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do discente, inclusive adquiridas fora do ambiente acadêmico. Estimulando a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente integrando-as às diversas peculiaridades regionais.

A Faculdade de Goiana - FAG objetiva um curso mais dinâmico, com ênfase especial no estímulo da capacidade criativa e da corresponsabilidade do discente no processo de sua formação. As atividades complementares da Faculdade de Goiana - FAG possuem regulamentação própria.

1.8 Organização curricular

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL			
	CH SEMESTRAL	CH TEÓRICA	CH PRÁTICA	CH EXTENSÃO
1º PERÍODO				
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO E HERMENÊUTICA JURÍDICA	60	60		
INTERPRETAÇÃO, PRODUÇÃO DE TEXTO E LINGUAGEM FORENSE	30	30		
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO	60	60		
ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA POLÍTICA	30	30		
HISTÓRIA DO DIREITO E ESTUDOS SÓCIOANTROPOLÓGICOS	60	60		
METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	30	30		
INTRODUÇÃO AOS PROJETOS INTENSIONISTAS	30	0	30	
SUBTOTAL	**300**	**270**	**30**	**0**
2º PERÍODO				
DIREITO CIVIL I - TEORIA GERAL E DO DIREITO CIVIL	60	60		
DIREITO PENAL I - TEORIA DO CRIME E DA NORMA PENAL	60	60		
DIREITO CONSTITUCIONAL I - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	60	60		
TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO	60	60		
FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	30	30		
PSICOLOGIA JURÍDICA	30	30		
SUBTOTAL	**300**	**300**	**0**	**0**
3º PERÍODO				
DIREITO PENAL II - TEORIA DA PENA	60	60		
DIREITO CIVIL II - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	60	60		
DIREITO CONSTITUCIONAL II – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	30	30		
DIREITOS HUMANOS	30	30		
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	30	30		
DIREITO EMPRESARIAL I – PARTE GERAL	30	30		
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS I	60	0	60	
SUBTOTAL	**300**	**240**	**60**	**0**
4º PERÍODO				
TUTELAS PROVISÓRIAS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	60	60		
DIREITO PENAL III - CRIMES EM ESPÉCIE	60	60		
DIREITO CIVIL III - DIREITO DOS CONTRATOS (Geral e em Espécie)	60	60		
DIREITO CONSTITUCIONAL III – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	60	60		
DIREITO EMPRESARIAL II – TÍTULOS DE CRÉDITO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL	60	60		
SUBTOTAL	**300**	**300**	**0**	**0**
5º PERÍODO				
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO	60	60		
DIREITO PENAL IV	60	60		
DIREITO DO CONSUMIDOR	30	30		
DIREITO CIVIL IV – DIREITOS REAIS	30	30		
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	60	60		
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS II	60	0	60	
SUBTOTAL	**300**	**240**	**60**	**0**
6º PERÍODO				
RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	60	60		
DIREITO DO TRABALHO I	60	60		
DIREITO ADMINISTRATIVO I	60	60		
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	60	60		
DIREITO CIVIL V – FAMÍLIA E SUCESSÕES	60	60		
SUBTOTAL	**300**	**300**	**0**	**0**

7º PERÍODO				
PRÁTICA JURÍDICA I - CIVIL	60	0	60	0
DIREITO DO TRABALHO II	60	60		
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS III	60	0	60	
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	30	30		
DIREITO PENAL ECONÔMICO	30	30		
DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO	30	30		
OPTATIVA	30	30	0	
SUBTOTAL	**300**	**180**	**120**	**0**
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I ÁREA CÍVEL	**125**		**125**	**0**
8º PERÍODO				
PRÁTICA JURÍDICA II - PENAL	60	0	60	
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60	60		
DIREITO TRIBUTÁRIO	60	60		
LEGISLAÇÃO PROTETIVA (CRIANÇA, IDOSO E DEFICIENTE)	30	30		
BIOÉTICA E DIREITO MÉDICO	30	30		
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS IV	60		60	
SUBTOTAL	**300**	**180**	**120**	**0**
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II ÁREA PENAL	**125**		**125**	**0**
9º PERÍODO				
PRÁTICA JURÍDICA III - TRABALHSITA E EMPRESARIAL	60	0	60	
TCC I	30	30		
PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	30	30		
ÉTICA PROFISSIONAL	30	30		
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	60	60		
OPTATIVA	30	30		
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS V	60		60	
SUBTOTAL	**300**	**180**	**120**	**0**
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II ÁREA TRABALHISTA E EMPRESARIAL	**125**		**125**	**0**
10º PERÍODO				
PRÁTICA JURÍDICA IV - TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA	60	0	60	
TCC II	30	60		
DIREITO DIGITAL	60	30		
DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL	60	60		
OPTATIVA	30	30		
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS VI	60		60	
SUBTOTAL	**300**	**180**	**120**	**0**
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II ÁREA TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA	**125**		**125**	**0**

1.9 Responsabilidade Social e Componentes Curriculares

A responsabilidade social por estar inserida na busca pelo desenvolvimento sustentável trabalha a formação de profissionais, o desenvolvimento de suas pesquisas, a difusão de conhecimentos e na sua vocação regional e comunitáriapor meio de sua extensão universitária.

A responsabilidade social engloba a sua gestão, os docentes, a extensão ea pesquisa, onde consequentemente há resultados para a comunidade. As linhas de atuação do programa de responsabilidade social se caracterizam por:

- Inclusão social e assistência a setores ou grupos sociais;
- Ações sociais e práticas pedagógicas;

- Atendimento aos problemas prioritários da comunidade;
- Em prol da sustentabilidade ambiental;
- Organização.

Como citado anteriormente, a organização curricular do curso, ofertado pela instituição contempla as diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro- brasileira e indígena quando inclui, como conteúdos disciplinares e nas atividades complementares temáticas relacionadas ao assunto, em consonância com a Resolução CNE/CP n° 01, de 17/6/2004.

Além disso, o curso contempla, ainda, as políticas de educação ambiental, conforme a determinação da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e do Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente. Abaixo, as disciplinas que dispõe em sua ementa assuntos relacionados aos itens supracitados:

Direito Ambiental

Ementa: Função do direito na proteção ambiental. Definição do termo meioambiente. Desenvolvimento sustentável e proteção internacional em nível internacional. Normas constitucionais sobre meio ambiente: efeitos. Competências e responsabilidades de união, estados e municípios. O sistema nacional de meio ambiente. O ministério público na proteção ambiental. Ação civil pública e outros meios processuais. O dano ambiental e sua indenização. Limitação da propriedade. Urbanismo: zoneamento, parcelamento e plano diretor. Instrumentos tributários. Maiores problemas ecológicos brasileiros e as respectivas normas legais: poluição das águas, do ar, desmatamento, mineração, lixo, agrotóxicos. Crimes contra o meio ambiente.

Direitos Humanos

Ementa: Compreender a complexidade do fenômeno humano na defesa da vida, da liberdade, fraternidade e da solidariedade; ancorada nos elementos que fundamentam sua identidade em relação ao estado, no desenvolvimento de uma consciência crítica das manifestações jurídicas; subsidiando o operador do direito na fronteira entre a crença, os valores do sujeito histórico e as garantias fundamentais constitucionais; fornecendo instrumentos teóricos para uma melhor percepção da contextualização jurídica de novos olhares da ferramenta dos direitos humanos. Conforme ressalta o programa mundial de educação em direitos humanos (onu, 2005):ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino

superior a nobre tarefa de formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico- individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.

LIBRAS Língua Brasileira de Sinais (optativa)

Ementa: As necessidades especiais e suas dificuldades. Desenvolvimentoda comunicação em língua de sinais. As diversidades de surdos, o trabalho e a função do intérprete de língua de sinais. Identificará parâmetros da gramática na língua de sinais para avaliação diferenciada. Organização e fortalecimento de estudos teóricos e práticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Inserção da temática da educaçao inclusiva.

Atividades Complementares

Descrição: Orientam-se a estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica; sobretudo nas relações com o mundo do trabalho, estabelecidas ao longo do curso, notadamente, integrando- as às diversas peculiaridades regionais e culturais, temas relativos à educação das relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileira e indígena, direitos humanos, educação ambiental e sustentabilidade.

1.10 Ementas e bibliografia

1º Semestre			
Componente	**INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO E HERMENÊUTICA JURÍDICA**	**CH**	**60**
Teoria do direito e seus clássicos. Fundamento do direito. Relação entre direito e moral. Relação entre direito e justiça. Dogmática e zetética. Norma jurídica e seus conflitos. Fontes do direito. Ordenamento jurídico e suas lacunas. Validade, vigência, vigor e eficácia.			
Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	Virtual
BÁSICA	FERRAZ JR., T. S. **Introdução ao Estudo do Direito - Técnica, Decisão, Dominação**. 13. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777495/.
	MAXIMILIANO, C.; MASCARO, A. **Hermenêutica e aplicação no direito**. 23 .	Biblioteca Física	Disponível em: https://app.minhabib

	Rio de Janeiro: Forense, 2022.		lioteca.com.br/reader/books/9786559642151/.
	SOARES, R. M. F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/.
	VENOSA, S. S. **Introdução Ao Estudo do Direito**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777891/.
	REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÊUTICA E TEORIA DO DIREITO (RECHTD). Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2009- . ISSN 2175-2168 versão *online*. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ELTZ, M. K. F.; TEIXEIRA, J. K. M.; DUARTE, M. F. **Hermenêutica e argumentação jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024090/.
	FRIEDE, R. **Ciência do Direito, Norma, Interpretação e Hermenêutica Jurídica**. 9. ed. Barueri: Manole, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446263/.
	MARTINS, S. P. **Introdução ao Estudo do Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623921/.
	NADER, P. **Introdução ao Estudo do Direito**. 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996901/.
	PUGLIESI, M.; WAGNER, G.; GAMBA, J. R. G. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584938018/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO. Rio	Periódico Científico	

	Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Atitus, 2011- . ISSN 2238-0604 versão *online*. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito.	

Componente	**INTERPRETAÇÃO, PRODUÇÃO DE TEXTO E LINGUAGEM FORENSE**	**CH**	**30**

Prática de leitura e produção de parágrafos e textos de diversos tipos. Reflexão sobre a noção de "adequação comunicativa" em diferentes situações de interação verbal oral e escrita. Noções fundamentais sobre a estrutura e o conteúdo do texto organizado: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Desenvolvimento de técnicas de revisão de textos escritos com aplicação prática das normas da língua portuguesa. Leitura e produção de textos argumentativos jurídicos, com ênfase nos aspectos semânticos, sintáticos e discursivos. Operadores argumentativos. Tipos de argumento e estratégias de argumentação. Identificação e análise de processos argumentativos jurídicos, nas modalidades oral e escrita.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	DAMIÃO, R. T.; HENRIQUES, A. **Curso de Português Jurídico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775354/.
	PETRI, M. J. C. **Manual de Linguagem Jurídica**. 4. São Paulo: Saraiva, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627451/.
	BITTAR, E. C. B. **Linguagem Jurídica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620346/.
	SABBAG, E. **Português Jurídico** - Coleção Sinopses Jurídicas. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626090/.
	DIREITO E LINGUAGEM. Espanha: Asociación Juristas en Acción - Xuristas en Acción, 2010- . ISSN 3020-898X versão *online*. Disponível em: https://direitoelinguagem.com/index.php/dl/index.	Periódico Científico	

COMPLEMENTAR	DINIZ, M. H. **Dicionário Jurídico Universitário**. 5. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623594/.
	SABBAG, E. **Manual de português jurídico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627116//books/9786553627116/.
	TOMASI, C.; MEDEIROS, J. B. **Português Jurídico**. Rio de Janeiro: Atlas, 2010.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522471829/.
	TRUBILHANO, F.; HENRIQUES, A. **Linguagem Jurídica e Argumentação - Teoria e Prática**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770366/.
	VALVERDE, A. G. M. **Linguagem e Argumentação Jurídica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530991487/.
	REVISTA DIREITO EM DEBATE. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, 1991- . ISSN 2176-6622 versão *online*. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate.	Periódico Científico	

Componente	**CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO**	**CH**	**60**

Conceito da ciência política. A ciência política como ciência. O método da ciência política. Pensamento político. Temas da ciência política: partidos políticos, instituições, democracia, comportamento político, processo político, políticas públicas, economia política, eleições e cultura política. Instituições. Estado e democracia: crime organizado e reforma do estado. Processo político. Ordenamentos jurídicos. Estado e direito.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
B	AMARAL JÚNIOR, A. **Teoria do Estado**: sentidos contemporâneos. Rio de Janeiro:	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.min

	Saraiva Jur, 2018.		habiblioteca.com.br/reader/books/9788553602247/.
	GAMBA, J. R. G. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777372/.
	MALUF, S. **Teoria Geral do Estado**. 37. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626397/.
	CUNHA, P. F. **Teoria geral do Estado e ciência política**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601912/.
	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA. Brasília: Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2009- . ISSN 2178-4884 versão *online*. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcpol/grid.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	DIAS, R. **Ciência Política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522476725/.
	MARTINS, S. P. **Teoria Geral do Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623983/.
	RANIERI, N. **Teoria do estado**: do estado de direito ao estado democrático de direito. 3. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277790/.
	REALE, M. **Teoria do Direito e do estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502135437/.
	VESTING, T. **Teoria do Estado**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/9786555599244/.
	REVISTA SUL-AMERICANA DE CIÊNCIA POLÍTICA (RSULACP). Rio Grande do Sul: Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPOL/UFPEL), 2013- . ISSN 2317-5338 versão *online*. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/index.	Periódico Científico	

Componente	**ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA POLÍTICA**	**CH**	**30**

Discutir brevemente o conceito de ciência econômica, seu método, alcance e limitações; apresentar os conceitos de escassez e custo de oportunidade; estudar os sistemas econômicos e sua evolução no ocidente; estudar as falhas de mercado, a política econômica e a relação desta com o ordenamento jurídico; apresentar um conceito de direito econômico; fazer breve apresentação sobre o papel do estado no desenvolvimento brasileiro; apresentar os conceitos microeconômicos de oferta e Demanda e regimes de mercado; apresentar alguns conceitos macroeconômicos relacionando-os com o déficit público e o crescimento econômico; apresentar algumas noções de política monetária.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BAGNOLI, V. **Direito econômico e Concorrencial**. 8. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.	Biblioteca Física	-
	FORGIONI, P. A. **Os Fundamentos do antitruste.** 11. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.	Biblioteca Física	-
	VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441415/.
	AGUILLAR, F. H. **Direito Econômico** - Do Direito Nacional ao Direito Supranacional. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021974/.
	REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1947- . ISSN 1806-9134 versão *online*. Disponível em: https://www.scielo.br/journal/rbe/about/#about.	Periódico Científico	

COMPLEMENTAR	BOARATI, V. **Economia para o direito**. Barueri: Manole, 2006.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443309/.
	FIGUEIREDO, L. V. **Direito Econômico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993290/.
	KRUGMAN, P.; WELLS, R. **Introdução à Economia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595159679/.
	SCHAPIRO, M. G.; CARVALHO, V. M.; CORDOVIL, L. **Direito econômico concorrencial**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502205314/.
	TIMM, L. B. **Direito e Economia no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522480555/.
	REVISTA DE ECONOMIA. Paraná: Universidade Federal do Paraná, 1960- . ISSN 2316-9397 versão *online*. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/economia.	Periódico Científico	

Componente	**HISTÓRIA DO DIREITO E ESTUDOS SÓCIOANTROPOLÓGICOS**	**CH**	**60**

Apresentar a história do direito como resultado do desenvolvimento da cultura e das relações entre as pessoas como membros da sociedade, bem como um campo do conhecimento jurídico que auxilia estudantes e graduados a compreender o direito como uma ciência dinâmica e sua base na relação entre o surgimento dos fenômenos sociais e das tradições jurídico-filosóficas. Origens da sociologia. Fenômenos e fatos sociais. Vamos pensar sociologicamente – explicação. Teoria principal: individualismo metodológico (seleção) normas sociais e institucionais; Poder. O Estado e o monopólio da violência. grupo social. O que é antropologia? Questões antropológicas. Antropologia: Etnografia. civilização, costumes, sociedade primitiva, sociedade moderna, evolução humana, pessoas e cultura. Antropologia comparada: América, Europa, Brasil. Desenvolvimento cultural e económico. cultura e desenvolvimento Alguns temas da antropologia moderna: crime, tráfico de drogas; Cultura Brasileira: Legado Colonial, Homens Quentes, Teoria Brasileira "Você sabe do que estou falando?", "O Jeito Brasileiro", Casas e Ruas. Na perspectiva da antropologia política.

Bibliografia	**Acervo**

		Físico	Virtual
BÁSICA	PALMA, R. F. **Antropologia Jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627000/.
	PALMA, R. F. **História do Direito**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004573/.
	SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. **Manual de Sociologia Jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599503/.
	MACIEL, J. F. R.; AGUIAR, R. **Manual de História do Direito**. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004450/.
	REVISTA HISTÓRIA DO DIREITO. Paraná: Instituto Brasileiro de História do Direito (RHD) da Universidade Federal do Paraná, 2020- . ISSN 2675-9284 versão *online*. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CAVALIERI FILHO, S. **Programa de Sociologia Jurídica**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776092/.
	CICCO, C. **História do Direito e do Pensamento Jurídico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626300/.
	LOPES, J. R. L. **Curso de História do Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597027563/.
	ROCHA, J. M. S. **Sociologia Jurídica** - Fundamentos e Fronteiras. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786

			59644605/.
	SOARES, R. M. F. **Sociologia e Antropologia do Direito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553622098/.
	REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DO DIREITO. Porto Alegre: Associação Brasileira de Pesquisadores em Sociologia do Direito, 2014- . ISSN 2359-5582 versão *online*. Disponível em: https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/index.	Periódico Científico	

Componente	**METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO**	**CH**	**30**

Introduz o estudante nos estudos acadêmicos, relacionando o ato de estudar cientificamente com métodos de leitura, de interpretação e de metodologias de formatação de trabalhos acadêmicos. Aborda a construção e a funcionalidade dos gêneros textuais acadêmicos, bem como aspectos normativos e estruturais estabelecidos pela ABNT. Contempla, ainda, o uso das ferramentas tecnológicas de edição e o uso da linguagem técnico-científica.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	MONEBHURRUN, N. **Manual de metodologia jurídica**: técnicas para argumentar em textos jurídicos. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502626553/.
	QUEIROZ, R. M. R.; FEFERBAUM, M. **Metodologia da Pesquisa em Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/.
	BITTAR, E. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/.
	MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627307/.
	REVISTA DE PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA. Santa Catarina: CONPEDI -	Periódico Científico	

	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2015- . ISSN 2525-9636 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/rpej.		
COMPLEMENTAR	HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011760/.
	NUNES, R. **Manual da Monografia Jurídica**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770241/.
	POÇAS, L. **Manual de Investigação em Direito- Metodologia da preparação de teses e artigos jurídicos**. São Paulo: Almedina, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724085203/.
	SILVA, N. C. **Repensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270319/.
	VARGAS, C. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Expressa, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620827/.
	PERIÓDICOS BRASIL. PESQUISA CIENTÍFICA. Minas Gerais: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2007- . ISSN 2674-9432 versão *online*. Disponível em: https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista.	Periódico científico	

Componente	**INTRODUÇÃO AOS PROJETOS EXTENSIONISTAS**	**CH**	**30**

Definição, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes ao Centro Universitário e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

Bibliografia	**Acervo**

		Físico	Virtual
BÁSICA	CHAVES, V. S. **A dialogicidade extensionista a partir das relações multi, inter e/ou transdiciplinarares e interprofissionais**. Curitiba: Appris, 2020.	Biblioteca Física	-
	SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.	Biblioteca Física	-
	RAMOS, P. R. B. Curso de direito do idoso. Rio de Janeiro: Saraiva, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502213968/.
	VILAS BOAS, M. A. **Estatuto do Idoso Comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6510-5/.
	REVISTA DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO [REUPE]. Recife: Universidade de Pernambuco, 2015- . ISSN 2675-2328 versão *online*. Disponível em: https://www.revistaextensao.upe.br/index.php/reupe/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	AFONSO, L. F. **Publicidade Abusiva e Proteção Consumidor Idoso**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522480227/.
	BRAGA, P. M. V. **Curso de direito do idoso**. Rio de Janeiro: Atlas, 2011.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522480142/.
	CAVALCANTI, A. E. L. W.; LEITE, F. P. A.; LISBOA, R. S. **Direito da infância e juventude, idosos e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522486021/.
	DUARTE, Y. **Família, Rede de Suporte Social e Idosos**: Instrumentos de Avaliação. São Paulo: Blucher, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580394344/.

	MARTINS, A. N. E. **Mediação Familiar para Idosos em Situação de Risco**. São Paulo: Blucher, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580392456/.
	REVISTA BRASILEIRA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Santa Catarina: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras, 2003- . ISSN 2358-0399 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/index.	Periódico Científico	

2º Semestre			
Componente	**DIREITO CIVIL I - TEORIA GERAL E DO DIREITO CIVIL**	**CH**	**60**

Direito contemporâneo e o traçado das potencialidades e limitações do pensamento jurídico ocidental na modernidade, com redefinições do seu objeto e seus conceitos, estabelecendo um raciocínio acerca de sua crise atual, Teoria do Direito privado. Pessoa e objeto. Fato jurídico. Função. Classificação. Efeitos. Negócio jurídico: conceito, conteúdo e classificação. Elementos essenciais, acidentais e naturais. Nulidade e anulabilidade (vícios de consentimento e sociais). Ato ilícito.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Curso de Direito Civil** - parte geral e LINDB. 22 ed. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	LÔBO, P. **Direito Civil:** parte geral - Vol.1. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004825/.
	SCHREIBER, A. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770814/.
	GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. M. V. **Manual de Direito Civil**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771262/.
	REVISTA TEORIAS DO DIREITO E REALISMO JURÍDICO. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-	Periódico Científico	

	graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2525-9601 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/teoriasdireito/index.		
COMPLEMENTAR	CAMILLO, C. E. N. **Manual da teoria geral do direito**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939343/.
	DINIZ, M. H. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol.1**. 43. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004863/.
	GONÇALVES, C. R.; LENZA, P. **Direito Civil - Vol.1 - Coleção Esquematizado**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770067/.
	TEPEDINO, G.; OLIVA, M. D. **Fundamentos de Direito Civil - Teoria Geral do Direito Civil - Vol.1**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998646/.
	VENOSA, S. S. **Direito Civil - Parte Geral - Vol. 1**. 26. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777914/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Direito Civil – IBDCivil, 2014- . ISSN 2358-6974 versão *online*. Disponível em: https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO PENAL I - TEORIA DO CRIME E DA NORMA PENAL**	**CH**	**60**

Fundamentos do Direito Penal. Funções do Direito Penal. Limites do controle social pelo Direito Penal. Interpretação e aplicação das normas penais. Pressupostos estruturais da Teoria do Crime. Autoria e participação no crime. Fundamentos e modalidades da pena. Individualização da pena. Medidas de segurança. Concurso de crimes. Ação penal e consequências jurídicas da condenação. Extinção da punibilidade.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
B	COÊLHO, Y. C. **Manual de direito penal**. 4.	Biblioteca	-

	ed. Salvador: JusPodivm, 2020.	Física	
	GONÇALVES, V. E. R. **Curso de Direito Penal - Vol.1**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626724/.
	MASSON, C. **Direito Penal - Parte Geral (arts. 1º a 120) - Vol. 1**. 20. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998530/.
	GRECO, R. **Curso de Direito Penal Vol.1**. 28. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778157/.
	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL. Rio Grande do Sul: Departamento de Ciências Penais da Faculdade de Direito da UFRGS da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013- . ISSN 2358-1956 versão *online*. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/redppc/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ANDREUCCI, R. A. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/.
	BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal - Parte Geral - Vol. 1**. 32. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771200/.
	ESTEFAM, A. **Direito Penal - Parte Geral - Vol.1**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770043/.
	ESTEFAM, A.; GONÇALVES, V. E. R. **Direito Penal - Parte Geral - Coleção Esquematizado**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770678/.
	NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.min

			habiblioteca.com.br/reader/books/9788530999278/.
	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. São Paulo: **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), 2021- .** ISSN 2965-3967 versão *online*. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/index.	Periódico Científico	

Componente	**FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO**	**CH**	**30**

Filosofia, elementos e características: unidade, universalidade e exigência crítica. História da filosofia geral e da filosofia do Direito. As escolas filosóficas. Conceito e funções. Relações entre a filosofia do Direito e disciplinas afins. Metodologia da filosofia jurídica. Fundamento racional do Direito. Filosofia do Direito: tendências atuais.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	ADEODATO, J. M. **Filosofia do Direito**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609833/.
	CASTILHO, R. **Filosofia Geral e Jurídica**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625598/.
	NADER, P. **Filosofia do Direito**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999964/.
	NUNES, R. **Manual de Filosofia do Direito**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770487/.
	REVISTA BRASILEIRA DE FILOSOFIA DO DIREITO. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-012X versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/filosofiadireito/index.	Periódico Científico	
C	BITTAR, E. C B.; ALMEIDA, G. A. **Curso**	-	Disponível em:

	de Filosofia do Direito. 17. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778119/.
	BUSTAMANTE, T. R.; POLIDO, F. B. P. (orgs.). **Filosofia do direito internacional**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933389/.
	LOPES, J. R. L. **Curso de Filosofia do Direito** - O Direito Como Prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771554/.
	MASCARO, A. L. **Filosofia do Direito**. 11. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776603/.
	NUNES, R. **Manual de Filosofia Jurídica**. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624096/.
	REVISTA DE FILOSOFIA DO DIREITO, DO ESTADO E DA SOCIEDADE (FIDES). Natal: Curso de Direito da UFRN, 2009- . ISSN 2177-1383 versão *online.* Disponível em: https://revistafides.ufrn.br/index.php/br/index.	Periódico Científico	

Componente	**PSICOLOGIA JURÍDICA**	**CH**	**30**

A disciplina apresenta os conceitos e diferenças entre psiquiatria, psicologia e psicanálise. Identifica as áreas do Direito como campo de atuação. As principais abordagens teóricas sobre personalidade, normal e patológico são discutidas sob o prisma das principais correntes da psicologia. Aponta a aplicabilidade da psicologia nos campos do Direito Civil e Penal, demonstrando a intersecção das áreas para a solução dos problemas e lides advindas das respectivassearas.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	NOJIRI, S. **Direito e suas interfaces com a Psicologia e a Neurociência**. Curitiba: Appris, 2019.	Biblioteca Física	-
	SOUZA, A. P.; SCHERER, D. C. **Psicologia Jurídica**. Curitiba: Intersaberes, 2020.	Biblioteca Física	-
	FIORELLI, J. O.; MANGINI, R. C. R.	-	Disponível em:

	Psicologia Jurídica. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775569/.
	PINHEIRO, C. **Manual de Psicologia Jurídica**. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770555/.
	ANUARIO DE PSICOLOGÍA JURÍDICA. Espanha: Colegio Oficial de la Psicología de Madrid y la Fundación del Colegio Oficial de la Psicología de Madrid, 1991- . ISSN 2174-0542 versão *online*. Disponível em: https://journals.copmadrid.org/apj/.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BARROS, D. M.; CASTELLANA, G. B. **Psiquiatria forense**: interfaces jurídicas, éticas e clínicas. 2. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582716052/.
	HUSS, M. T. **Psicologia forense**: pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2010.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536325545/.
	NOVA, A. V. **Serviço social e psicologia no judiciário**: perspectiva interdisciplinar. São Paulo: Cortez, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555552614/.
	PUTHIN, S. R. *et al*. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025783/.
	SERAFIM, A. P.; SAFFI, F. **Psicologia e práticas forenses**. 3. ed. Barueri: Manole, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555761344/.
	REVISTA PSICOLOGIA JURÍDICA FORENSE. São Paulo: Associação Brasileira de Psicologia Jurídica – ABPJ, 2022- . ISSN 2764-7374 versão *online*. Disponível em: https://revista.abpj.org.br/.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO CONSTITUCIONAL I - TEORIA**	**CH**	**60**

	DA CONSTITUIÇÃO		
Constitucionalismo. Constituição: conceito e posição no quadro geral do Direito. Sentido formal e material. Estrutura. Classificação das constituições. Histórico das constituições brasileiras. Poder constituinte. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade: origem, sistemas, espécies e efeitos. O Estado e seus tipos. Estrutura Federal do Estado Brasileiro. Distribuição de competências. União. Estado-membro. Distrito Federal. Município. Intervenção Federal e Estadual. Formas, sistemas e regimes políticos. Democracia.			
Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BULOS, U. L. **Direito constitucional ao alcance de todos**. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	Biblioteca Física	-
	PAULO, V.; ALEXANDRINO, M. **Direito constitucional descomplicado**. 25. ed. São Paulo: Método, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999179/.
	BARCELLOS, A. P. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998875/.
	MORAES, A. **Direito Constitucional**. 42. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778683/.
	REVISTA DO INSTITUTO DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIDADANIA. Paraná: do Instituto de Direito Constitucional e Cidadania, 2005- . ISSN 2596-0075 versão *online*. Disponível em: https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771620/.
	LENZA, P. **Coleção Esquematizado - Direito Constitucional**. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628100/.

	MARTINS, F. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626908/.
	SARLET, I. W.; MARINONI, G. L.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771972/.
	TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770715/.
	REVISTA DE CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO BRASILEIRO. Paraná: Instituto Carlos Alexandre Moraes – ICAM, 2018- . ISSN 2595-9840 versão *online*. Disponível em*: https://revistareconto.com.br/index.php/Reconto/index.*	Periódico Científico	

Componente	**TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO**	**CH**	**60**

Sociedade e Tutela Jurídica. O processo e o Direito Processual. Princípios gerais do Direito Processual. Evolução histórica. Norma processual: objeto e natureza. Fontes da norma processual. Eficácia da lei processual no espaço e no tempo. Interpretação da lei processual. Trilogia estrutural do processo: jurisdição, ação, processo. Jurisdição: conceito, princípios, espécie e limites. Organização judiciária. Ação: natureza jurídica, classificação. Exceção. Processo: natureza jurídica, sujeitos. Processos de conhecimento, de execução e cautelar. Sentença e coisa julgada. Formação do processo e petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Audiência preliminar de conciliação ou mediação. Respostas do réu e revelia. Providências preliminares e saneamento do processo. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e julgamento. Provas e Direito Probatório. Sentença e coisa julgada.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	DIDIER JUNIOR, F. **Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida**. 6 ed. Salvador: JusPodivm, 2021.	Biblioteca Física	-
	GONÇALVES, M. V. R. **Processo de conhecimento e procedimentos especiais**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	Biblioteca Física	
	GONÇALVES, M. V. R. **Curso de Direito Processual Civil** - Processo de Conhecimento	-	Disponível em: https://integrada.min

	- Vol.2. 22. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.		habiblioteca.com.br/reader/books/9786551770517/.
	MARTINS, S. P. **Teoria Geral do Processo**. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004153/.
	CIVIL PROCEDURE REVIEW. Bahia: ProcNet – International Research Network on Civil Justice and Contemporary Civil Proceduret, 2010- . ISSN 2191-1339 versão *online*. Disponível em: https://www.civilprocedurereview.com/revista/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ALVIM, J. E. C. **Teoria Geral do Processo**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997267/.
	BARROSO, C. E. F. M. **Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/.
	PRIETO, R. B.; BARBERINO, L. S.; ANTUNES, R. M. M. S. **Teoria geral do processo**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024946/.
	RODRIGUES, H. W.; LAMY, E. A. **Teoria Geral do Processo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559774555/.
	SOUZA, A. P. *et al*. **Teoria Geral do Processo Contemporâneo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778645/.
	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PROCESSUAL – REDP. Rio de Janeiro: Departamento de Direito Processual da UERJ, 2007- . ISSN 1982-7636 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/redp/index.	Periódico Científico	

3º Semestre			
Componente	**ATIVIDADES EXTENSIONISTAS I**	**CH**	**60**

Definição, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes ao Centro Universitário e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	CHAVES, V. S. **A dialogicidade extensionista a partir das relações multi, inter e/ou transdiciplinarares e interprofissionais**. Curitiba: Appris, 2020.	Biblioteca Física	-
	GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. S. (org.) **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016.	Biblioteca Física	-
	ARAUJO JÚNIOR, G. C. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777631/.
	MACIEL, K. R. F. L. A.; CARNEIRO, R. M. X. G.; AMIN, A. R. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626847/.
	REVISTA EXTENSÃO E CULTURA EM FOCO. Minas Gerais: Diretoria de Extensão e Cultura (DXC) da Universidade Federal de Viçosa Campus Rio Paranaíba (UFV CRP), 2021- . ISSN 2763-9592 versão *online*. Disponível em: https://revistaextensaoeculturaemfoco.crp.ufv.br/.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	GARRIDO DE PAULA, P. A. **Curso de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555554250/.
	NUCCI, G. S. **Estatuto da Crianca e do Adolescente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885

			30995751/.
	ROMÃO, L. F. F. **A constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584931132/.
	SOUZA, A. S. L.; FERRARO, A. V.; TOMASEVICIUS FILHO, E. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: entre a efetividade dos direitos e o impacto das novas tecnologias. São Paulo: Grupo Almedina, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276915/.
	ZAPATER, M. **Direito da Criança e do Adolescente**. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626441/.
	CIDADANIA EM AÇÃO: REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA. Santa Catarina: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2006- . ISSN 2594-6412 versão *online*. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/cidadaniaemacao/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO PENAL II - TEORIA DA PENA**	**CH**	**60**

Desenvolver o conhecimento dos princípios jurídicos pertinentes, à luz da doutrina e da jurisprudência atuais, propiciando uma ampla compreensão da legislação aplicável e uma visão crítica sobre o conteúdo estudado, em face da realidade brasileira. Das penas: espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. Das medidas de segurança. Da ação penal. Da extinção da punibilidade.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal - Parte Geral Vol.1**. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770654/.
	MIRABETE, J. F.; FABBRINI, R. N. **Manual de Direito Penal**: Parte Geral - arts.1 a 120 do CP. 34 ed. São Paulo: Atlas, 2019.	Biblioteca Física	-
	GRECO, R. **Código Penal Comentado**. 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865

			59778331/.
	NUCCI, G. S. **Manual de Direito Penal - Volume Único**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999230/.
	NOVA REVISTA DE DIREITO PENAL. Belo Horizonte: Instituto de Ciências Penais (ICP), 2022- . ISSN 2965-3525 versão *online*. Disponível em: https://nrdp.org.br/index.php/revista.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ANDREUCCI, R. A. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/.
	GRECO, R. **Direito Penal Estruturado**. 4. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996987/.
	JUNQUEIRA, G. O. D.; FIGUEIREDO, V. **Manual de Direito Penal**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772030/.
	NUCCI, G. S. **Código Penal Comentado**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998974/.
	NUCCI, G. S. **Direito Penal - Partes Geral e Especial - Esquemas & Sistemas**. 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997670/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0200 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitopenal/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO CIVIL II - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE**	**CH**	**60**

	CIVIL		
Noção geral de obrigação. Conceito de obrigação. Distinção entre direitos reais e pessoais. Fontes das obrigações. Objeto. Modalidades. Cumprimento direto e indireto. Cláusula penal. Extinção das obrigações: adimplemento e inadimplemento. Transmissão das obrigações. Tutela e garantia dos créditos. Declaração unilateral da vontade. Teoria geral do contrato. Atos unilaterais. Abordagem prática acerca do Instituto da Responsabilidade Civil, notadamente no campo das relações tipicamente civis e consumeristas. Para tanto, serão abordados institutos como: culpa, responsabilidade subjetiva e objetiva, contratual, pré contratual e pós - contratual. Dano e sua liquidação, sob o prisma da interdisciplinaridade, integrando – se o tratamento dado ao tema em sede do Direito Constitucional, do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.			
Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. P. **Novo Curso de Direito Civil - Obrigações Vol.2**. 27. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770937/.
	GONÇALVES, C. R**. Direito Civil Brasileiro - Responsabilidade Civil Vol.4**. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004535/.
	LÔBO, P. **Direito Civil - Obrigações - Vol.2**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004788/.
	TEPEDINO, G.; TERRA, A. M. V.; GUEDES, G. S. C. **Fundamentos do Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 4**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999537/.
	REVISTA IBERC. Belo Horizonte: Instituto Brasileiro de Estudos de Responsabilidade Civil, 2018- . ISSN 2595-976X versão *online*. Disponível em: https://revistaiberc.responsabilidadecivil.org/iberc/index.	Periódico Científico	
COMPLEM	GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. M. V. **Novo Curso de Direito Civil - Vol.3 - Responsabilidade Civil**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770975/.
	GONÇALVES, C. R. **Direito Civil**	Biblioteca	Disponível em:

	Brasileiro - Teoria Geral das Obrigações. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Física	https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004399/.
	TARTUCE, F. **Responsabilidade Civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999605/.
	TEPEDINO, G.; SCHREIBER, A. **Fundamentos do Direito Civil - Obrigações - Vol.2**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999315/.
	VENOSA, S. S. **Direito Civil - Obrigações e Responsabilidade Civil Vol.2**. 26. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777938/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL EM PERSPECTIVA. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0243 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO CONSTITUCIONAL II – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**	**CH**	**30**

Organização dos poderes da República. Poder Legislativo. Funções do Poder Legislativo. Estrutura e composição do Poder Legislativo. Estatuto dos membros do Poder Legislativo. Processo legislativo. Poder Executivo. Funções do Poder Executivo. Estrutura e composição do Poder Executivo. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	FERNANDES, B. G. **Curso de Direito Constitucional**. 16 ed. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	SARLET, I. W.; MARINONI, G. L.; MITIDIERO, D. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771972/.
	BARCELLOS, A. P. **Curso de Direito**	-	Disponível em:

	Constitucional. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998875/.
	MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de Direito Constitucional**. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771811/.
	REVISTA BRASILEIRA DE TEORIA CONSTITUCIONAL. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2525-961X versão *online*. Disponível em: *https://www.indexlaw.org/index.php/teoriaconstitucional/index.*	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BARROSO, L. R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771620/.
	MORAES, A. **Direito Constitucional**. 42. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778683/.
	PINHO, R. C. R. **Direito Constitucional**: Organização do Estado, Poderes e História das Constituições. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623651/.
	SIMÕES, E. **Grandes pensadores do estado e do direito**: reflexos na organização dos estados. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556274751/.
	SOUSA, C. V. S. et al. **Direito Constitucional II**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026216/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO. São Paulo: Escola Superior de Direito Constitucional - ESDC Constitucional, 2003- . ISSN 1983-2303 versão *online*. Disponível em:	Periódico Científico	

	https://www.esdc.com.br/seer/index.php/rbdc/index.		
Componente	**DIREITOS HUMANOS**	**CH**	**30**

Compreender a complexidade do fenômeno humano na defesa da vida, da liberdade, fraternidade e da solidariedade; ancorada nos elementos que fundamentam sua identidade em relação ao Estado, no desenvolvimento de uma consciência crítica das manifestações jurídicas; subsidiando o operador do direito na fronteira entre a crença, os valores do sujeito histórico e as garantias fundamentais constitucionais; fornecendo instrumentos teóricos para uma melhor percepção da contextualização jurídica de novos olhares da ferramenta dos Direitos Humanos. Conforme ressalta o programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005) ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos(ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico- individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	MONTALVÃO, B. **Noções gerais de direito e formação humanística**: Resolução nº 75 do CNJ. 3 ed. Salvador: JusPodivm, 2020.	Biblioteca Física	-
	RAMOS, A. C. **Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional**. 7. ed. São Paulo: 2019.	Biblioteca Física	-
	MAZZUOLI, V. O. **Curso de Direitos Humanos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998899/.
	RAMOS, A. C. **Curso de Direitos Humanos**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770166/.
	RIDH - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE DIREITOS HUMANOS. São Paulo: Departamento de Ciências Humanas, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, 2020- . ISSN 2357-7738 versão *online*. Disponível em: https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/index.	Periódico Científico	
COM	RAMOS, A. C. **Teoria Geral dos Direitos Humanos**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/9786553628762/.
	CASTILHO, R. **Direitos Humanos** - Coleção Sinopses Jurídicas. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628384/.
	GUERRA, S. **Curso de Direitos Humanos**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628322/.
	PIOVESAN, F. **Temas de Direitos Humanos**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626434/.
	PIOVESAN, F.; CRUZ, J. C. **Curso de Direitos Humanos** - Sistema Interamericano. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999193/.
	REVISTA DIREITOS HUMANOS E DEMOCRACIA. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Unijuí, 2013- . ISSN 2317-5389 versão *online*. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO**	**CH**	**30**

As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado. Conceito de Direito Financeiro. Princípios do Direito Financeiro. Receita e despesa públicas. Orçamentos. Técnicas de elaboração. Fiscalização financeira e orçamentária. Precatórios. Tribunal de Contas. Empréstimo público. Responsabilidade Fiscal. Estado e economia. Ordem econômica. As formas de atuação do estado no domínio econômico. O Direito Econômico. Interpretação e crítica da ordem econômica na Constituição. Legislação econômica infraconstitucional no Brasil.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BAGNOLI, V. **Direito econômico e Concorrencial**. 8 ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.	Biblioteca Física	-
	HARADA, K. **Direito financeiro e tributário**. 29 ed. São Paulo: Atlas, 2020.	Biblioteca Física	-

	ABRAHAM, M. **Curso de Direito Financeiro Brasileiro**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998394/.
	RAMOS FILHO, C. A. M.; LENZA, P. **Direito Financeiro e Econômico**. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624119/.
	REVISTA SEMESTRAL DE DIREITO ECONÔMICO. Porto Alegre: [*S.n.*], 2021- . ISSN 2764-3999 versão *online*. Disponível em: http://www.resede.com.br/index.php/revista/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	AGUILLAR, F. H. **Direito Econômico** - Do Direito Nacional ao Direito Supranacional. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021974/.
	FIGUEIREDO, L. V. **Direito Econômico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993290/.
	FONSECA, J. B. L. **Direito Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530974497/.
	MORAES, G. N. *et al*. **Direito Financeiro**. Porto Alegre: SAGAH, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902135/.
	PISCITELLI, T. **Direito Financeiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777471/.
	REVISTA DE DIREITO FINANCEIRO E DOS MERCADOS DE CAPITAIS. Lisboa: Block, 2019- . ISSN 2184-9358 versão *online*. Disponível em: https://rdfmc.com/.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO EMPRESARIAL I – PARTE**	**CH**	**30**

	GERAL		
Fundamentos constitucionais da livre iniciativa e princípios empresariais. Teoria da empresa e seus elementos. Empresário individual. Capacidade e impedimentos para atividade empresarial. Empresa individual de responsabilidade limitada. Colaboradores da empresa. Estabelecimento empresarial e trespasse. Registro público de empresa. Escrituração empresarial. Nome empresarial.			

	Bibliografia	Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	CHAGAS, E. E.; LENZA, P. **Direito Empresarial** - Coleção Esquematizado. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772122/.
BÁSICA	GONÇALVES NETO, A. A. **Direito de empresa**: Comentários aos artigos 966 a 1.195 do código civil. 9. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2019.	Biblioteca Física	-
BÁSICA	TEIXEIRA, T. **Direito Empresarial Sistematizado**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771583/.
BÁSICA	VENOSA, S. S.; RODRIGUES, C. **Direito Empresarial**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778171/.
BÁSICA	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO EMPRESARIAL. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0235 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/direitoempresarial/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	MAMEDE, G.; MAMEDE, R. C. **Manual de Direito Empresarial**. 20. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778133/.
COMPLEMENTAR	ROMEU, R. P. **Estudos aplicados de direito empresarial**: ll. C. em direito empresarial. 6. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270647/.
COMPLEMENTAR	SACRAMONE, M. B. **Manual de Direito**	-	Disponível em:

	Empresarial. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771545/.
	TELLECHEA, R.; SCALZILLI, J. P. **Fundamentos do direito empresarial**. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584938247/.
	VIDO, E. **Curso de Direito Empresarial**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771606/.
	REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E EMPRESARIAIS. Londrina: Editora Científica, 2000- . ISSN 2448-2129 versão *online*. Disponível em: https://revistajuridicas.pgsskroton.com.br/.	Periódico Científico	

4º SEMESTRE

Componente	**TUTELAS PROVISÓRIAS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**	**CH**	**60**

Tutela Provisória. Tutela Provisória de Urgência. Tutela Provisória de Urgência Antecipada. Tutela Provisória de Urgência Cautelar. Tutela Provisória de Urgência Antecipada Antecedente. Tutela Provisória de Urgência Cautelar Antecedente. Tutela de Evidência. Procedimentos Especiais. Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária. Processo Coletivo. Procedimentos Especiais da Legislação Extravagante.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	DIDIER JUNIOR, F. *et al*. **Por uma nova teoria dos procedimentos especiais**. 2. Salvador: JusPodivm, 2021.	Biblioteca Física	-
	DOTTI, R. F. **Tutela da evidência**: Probabilidade, defesa frágil e o dever de antecipar a tempo. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.	Biblioteca Física	-
	BUENO, C. S. **Tutela provisória no CPC** : dos 20 anos de vigência do art. 273 do CPC/1973 ao CPC/2015. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553601677/.
	GONÇALVES, M. V. R. **Processo Civil**: Procedimentos Especiais. 17. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/9786553629370/.
	REVISTA DIREITO, PROCESSO E CIDADANIA. Pernambuco: Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP, 2021- . ISSN 2764-8907 versão *online*. Disponível em: *https://www1.unicap.br/ojs/index.php/dpc/index*.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CAVALCANTE, C. N. S. **Tutela provisória e fazenda pública em matéria tributária**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278490/.
	GONÇALVES, M. V. R. **Tutela de interesses difusos e coletivos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553608874/.
	GOUVÊA, J. R. F. *et al*. **Procedimentos Especiais**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591408/.
	MAZINI, P. G. **Tutela da Evidência**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935611/.
	SAMPAIO JÚNIOR, J. H. **Tutelas de Urgência**. Rio de Janeiro: Atlas, 2011.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522483181/.
	REVISTA DE PROCESSO, JURISDIÇÃO E EFETIVIDADE DA JUSTIÇA. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2525-9814 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistaprocessojurisdicao.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO PENAL III - CRIMES EM ESPÉCIE**	**CH**	**60**
Dos crimes contra a pessoa; dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a			

propriedade imaterial; dos crimes contra a organização do trabalho; dos crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos; dos crimes contra a dignidade sexual.			
Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial Vol.2**. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771651/.
	CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal - Parte Especial: Arts. 121 a 212 - Vol.2**. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770401/.
	MASSON, C. **Direito Penal - Parte Especial (arts. 121 a 212) - Vol. 2**. 19. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998707/.
	NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal - Vol.2**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999414/.
	REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen/MJSP), 2020- . ISSN 2675-1860 versão *online*. Disponível em: https://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ANDREUCCI, R. A. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/.
	ESTEFAM, A. **Direito Penal - Parte Especial - Vol.2**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770616/.
	GRECO, R. **Curso de Direito Penal Vol.2**. 23. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786

			59778218/.
	GONÇALVES, V. E. R. **Curso de Direito Penal - Vol.2**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626700/.
	GONÇALVES, V. E. R.; LENZA, P. **Direito Penal - Parte Especial - Coleção Esquematizado**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770326/.
	REVISTA DE CRIMINOLOGIAS E POLITICAS CRIMINAIS. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0065 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistacpc.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO CIVIL III - DIREITO DOS CONTRATOS (GERAL E EM ESPÉCIE)**	**CH**	**60**

Estudo da parte geral do direito dos contratos, numa análise genérica destes, ou seja, enquanto institutos de direito das obrigações. Início do estudo da parte especial do direito dos contratos, com a análise, desde já, de alguns dos vários contratos típicos de Direito Privado, Contratos de Compra e Venda. Cláusulas Especiais à Compra e Venda. Permuta. Doação. Locação. Empreitada. Contrato de Empréstimo. Contrato de Constituição de Renda. Contrato de Seguro. Contrato de Jogo e Aposta. Contrato de Prestação de Serviços. Contrato de Depósito. Contrato de Mandato. Responsabilidade Extracontratual. Atos Unilaterais. Autonomia Privada, Boa-Fé e Justiça Contratual. Contrato de mandato. Contrato de tecnologia. Licença e know-how. Franquia. Contratos Mercantis e Relação de Consumo; Compra e Venda Mercantil; Alienação Fiduciária em Garantia; Faturização (Factoring); Arrendamento Mercantil (Leasing); Cartões de Crédito; Franquia (Franchising); Contratos Bancários; Representação comercial; Comissão mercantil; Mandado mercantil.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro - Contratos e Atos Unilaterais Vol.3**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004474/.
	FORGIONI, P. A. **Contratos empresariais**: teoria geral e aplicação. 8 ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2023.	Biblioteca Física	-
	GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R.	-	Disponível em:

	Novo Curso de Direito Civil - Vol.4 - Contratos. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770951/.
	LÔBO, P. **Direito Civil - Contratos - Vol.3**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004849/.
	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG. Minas Gerais: Faculdade de Direito da UFMG, 1984- . ISSN 1984-1841 versão *online*. Disponível em: https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	GARCIA JR., V. **Manual Prático de Contratos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628816/.
	REBOUÇAS, R. F. **Contratos eletrônicos: formação e validade**: aplicações práticas. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933105/.
	RIZZARDO, A. **Contratos**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997854/.
	TEPEDINO, G.; KONDER, C. N.; BANDEIRA, P. **Fundamentos do Direito Civil - Contratos - Vol.3**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999575/.
	VENOSA, S. S. **Direito Civil - Contratos - Vol. 3**. 26. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778034/.
	REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, 1953- . ISSN 2236-7284 versão online. Disponível em: *https://revistas.ufpr.br/direito.*	Periódico Científico	

Componente	DIREITO CONSTITUCIONAL III – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	CH	60

Poder Judiciário. Funções do Poder Judiciário. Estrutura e composição dos órgãos do Poder Judiciário. Garantias institucionais e garantias dos membros do Poder Judiciário. Controle de constitucionalidade. Supremacia constitucional e as fundamentações teóricas da jurisdição constitucional. História do controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade preventivo político. Controle de constitucionalidade preventivo judicial. Controle de constitucionalidade repressivo judicial difuso. Controle de constitucionalidade repressivo judicial concentrado. Funções essenciais à justiça.

	Bibliografia	Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	BARROSO, L. R. **O Controle de Constitucionalidade No Direito Brasileiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772146/.
BÁSICA	FONTELES, S. S. **Remédios constitucionais**. 4 ed. Salvador: JusPodivm, 2019.	Biblioteca Física	-
BÁSICA	TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770715/.
BÁSICA	VAUGHN, G. F. **Arbitragem comercial e controle de constitucionalidade**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556274478/.
BÁSICA	REVISTA DIGITAL CONSTITUIÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS. Natal: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007- . ISSN 1982-310X versão *online*. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos.	Periódico Científico	
COMPLEMEN	COÊLHO, S. C. N. **O Controle de Constitucionalidade das Leis e o Poder Tributar na Constituição de 1988**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530972509/.
COMPLEMEN	GIACOMELLI, C. L. F.; FERNANDES, R. F. **Direito constitucional III**. Porto Alegre:	-	Disponível em: https://integrada.min

	SAGAH, 2019.		habiblioteca.com.br/reader/books/9788533500136/.
	LENZA, P. **Coleção Esquematizado - Direito Constitucional**. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628100/.
	MARTINS, F. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626908/.
	THAMAY, R. F. K. **A estabilidade das decisões no controle de constitucionalidade abstrato**. São Paulo: Almedina, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584931828/.
	REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS. Curitiba: Núcleo de Investigações Constitucionais da Universidade Federal do Paraná, 2014- . ISSN 2359-5639 versão *online*. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rinc/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO EMPRESARIAL II – TÍTULOS DE CRÉDITO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA**	**CH**	**60**

Noções gerais. Insolvência e impontualidade. Concurso creditório civil e falimentar. Análise da estrutura da ação de execução e da ação falimentar. Natureza jurídica da falência. Sujeito ativo e sujeito passivo da ação de falência. Atividades excluídas da área de incidência da falência. Decretação da falência. Sentença: natureza e conteúdo. Atribuições do juiz. Ministério Público. Administração da falência. Sindico. Direitos e obrigações do sindico. Remuneração. Substituição e destituição. Habilitação de crédito. Procedimento. Impugnações. Habilitações retardatárias. Ação rescisória. Eficácia da sentença falimentar. Atos ineficazes e revogáveis. Classificação dos créditos habilitados. Quadro geral de credores. Liquidação. Formas de realização do ativo. Pagamento do passivo. Relatório final. Encerramento do processo. Extinção das obrigações do falido. Inquérito judicial. Ação penal. Crimes falimentares.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	RIZZARDO, A. **Títulos de Crédito**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530988906/.

	TOMAZETTE, M. **Curso de Direito Empresarial** -títulos de Crédito - Vol.2. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626786/.
	CARNAÚBA, C. A. M. **Mediação e recuperação judicial**: participação e construção de consenso. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939107/.
	SALOMÃO, L. F.; SANTOS, P. P. **Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência** - Teoria e Prática. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999704/.
	REVISTA DE DIREITO DA EMPRESA E DOS NEGÓCIOS. Porto Alegre: Programa de Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, 2017- . ISSN **2526-9348** versão *online*. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/rden/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	GORNATI, G. **História da falência e da concordata no Brasil**. São Paulo: Almedina, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584937158/.
	MAMEDE, G. **Direito Empresarial Brasileiro** - Teoria Geral da Empresa e Títulos de Crédito. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559772667/.
	MARTINS, C. A. **Nova lei de recuperação judicial**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273686/.
	NEGRÃO, R. **Curso de Direito Comercial e de Empresa**-Títulos de Crédito e Contratos Empresariais. Vol.2. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621330/.
	SACRAMONE, M. B. **Comentários À Lei de Recuperação de Empresa e Falência**. 6. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/97885 53627196/.
	REVISTA SEMESTRAL DE DIREITO EMPRESARIAL. Rio de Janeiro: Departamento de Direito Comercial e do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007- . ISSN 2764-0469 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rsde.	Periódico Científico	

5º SEMESTRE			
Componente	**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO**	**CH**	**60**

Liquidação de sentença. Normas gerais do cumprimento de sentença. Modalidades de cumprimento da sentença. Normas gerais do processo de execução. Responsabilidade patrimonial. Formação do processo de execução e ampla defesa. Suspensão e extinção do processo de execução. Modalidades de execução. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária mais relevantes.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	ASSIS, A.; BRUSCHI, G. G. **Processo de execução e cumprimento da sentença**: temas atuais e controvertidos - v. 1. 2. São Paulo: Thomson Reuters, 2022.	Biblioteca Física	-
	ASSIS, A.; BRUSCHI, G. G. **Processo de execução e cumprimento da sentença**: temas atuais e controvertidos - v. 2. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.	Biblioteca Física	-
	GONÇALVES, M. V. R. **Curso de Direito Processual Civil** - Execução, Processos Nos Tribunais - Vol.3. 19. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 51770531/.
	GONÇALVES, M. V. R. **Processo civil**: execução civil. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885 53609055/.
	REVISTA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. São Paulo: Faculdade de Direito do Centro Universitário Padre Anchieta – Fadipa, 2019- . ISSN 2674-5623 versão *online*. Disponível em: https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaDireiroProcivil/index.	Periódico Científico	

COMPLEMENTAR	BUENO, C. S. *et al*. **Comentários ao código de processo civil** – volume X (arts. 509 a 538): da liquidação e do cumprimento de sentença. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553600205/.
	COSTA NETO, R. S. C.; RODRIGUES, R. C. S. **Sentença Cível**: Estrutura e Técnicas de Elaboração. Rio de Janeiro: Método, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530972486/.
	GAGLIANO, P. S.; VIANA, S. **Manual da sentença cível. Rio de Janeiro**: Saraiva Jur, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611744/.
	GONÇALVES, M. V. R. **Processo de Execução e Cautelar**. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629332/.
	NEVES, D. A. A. **Comentários ao código de processo civil – volume XVII (arts. 824 a 875)**: da execução por quantia certa. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553600212/.
	REVISTA ANNEP DE DIREITO PROCESSUAL. Salvador: Associação Norte-Nordeste de Professores de Processo (ANNEP), 2020- . ISSN 2674-5623 versão *online*. Disponível em: https://revistaannep.com.br/index.php/radp.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO PENAL IV**	**CH**	**60**

Dos crimes contra a família; dos crimes contra a incolumidade publica; dos crimes contra a paz pública; dos crimes contra a fé publica; dos crimes contra a administração pública.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial - Volume 4**. 19. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627554/.
	GONÇALVES, V. E. R.; LENZA, P. **Direito Penal - Parte Especial - Coleção Esquematizado**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865

			51770326/.
	ESTEFAM, A. **Direito Penal - Parte Especial - Vol.3**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771248/.
	NUCCI, G. S. **Curso de Direito Penal - Vol.3**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999377/.
	REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS PENAIS. Belo Horizonte: Instituto de Ciências Penais, 2006- . ISSN 2675-5874 versão *online*. Disponível em: https://www.ricp.org.br/index.php/revista/about.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial - Vol. 5**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770739/.
	CAPEZ, F. **Curso de Direito Penal - Parte Especial: Arts. 213 a 359-t - Vol.3**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771309/.
	GRECO, R. **Código Penal Comentado**. 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778331/.
	GRECO, R. **Curso de Direito Penal Vol.3**. 23. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778195/.
	MASSON, C. **Direito Penal - Parte Especial - (arts. 213 a 359-t) - Vol. 3**. 16. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998516/.
	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Direito Penal da Faculdade de Direito da UERJ, 2013- . ISSN 2318-4892	Periódico Científico	

	versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/redpenal/index.	

Componente	**DIREITO DO CONSUMIDOR**	**CH**	**30**

Análise da construção do sistema jurídico de defesa do consumidor em perspectiva histórico dogmática, apresentando o CDC como diploma protetivo do sujeito vulnerável da relação de consumo, e trabalhando com as alterações paradigmáticas trazidas com a sua edição, no que se refere aos seguintes temas: as pessoas e o objeto da relação jurídica de consumo, a política nacional de relações de consumo, os direitos básicos do consumidor, a responsabilidade civil no CDC, os institutos da decadência e prescrição no CDC, as práticas comerciais, a oferta e a publicidade, a contratação no CDC, a defesa do consumidor em juízo e as sanções administrativas e criminais previstas no CDC. Os conteúdos serão desenvolvidos em um viés sistemático e transdisciplinar, sem obscurecer a dimensão histórica e cultural do Direito, abrangendo a integração do conhecimento científico com a prática forense.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BESSA, L. R. **Código de Defesa do Consumidor comentado**. 3. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2025.	Biblioteca Física	-
	BRAGA NETTO, F. **Manual de Direito do Consumidor à luz da jurisprudência do STJ**. 20. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	ALMEIDA, F. B.; LENZA, P. **Direito do Consumidor - Coleção Esquematizado**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771408/.
	TARTUCE, F.; NEVES, D. A. A. **Manual de Direito do Consumidor - Vol. Único**. 15. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999094/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DO CONSUMIDOR. João Pessoa: Revista Brasileira de Direito do Consumidor, 2016- . ISSN 2525-8524 versão *online*. Disponível em: http://www.rbdcon.com.br/.	Periódico Científico	
COMPLEMENTA	GIANCOLI, B. **Curso de Direito do Consumidor**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623303/.
	KHOURI, P. R. R. A. **Direito do consumidor na sociedade da informação**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/9786556275970/.
	BRASIL. **Código de defesa do consumidor**: lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. 16. ed. Barueri: Manole, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520469262/.
	MIRAGEM, B. **Curso de Direito do Consumidor**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648856/.
	NUNES, R. **Curso de Direito do Consumidor** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625987/.
	REVISTA DE DIREITO,GLOBALIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE NAS RELAÇÕES DE CONSUMO. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0030 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistadgrc.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO CIVIL IV – DIREITOS REAIS**	**CH**	**30**

Distinção entre Direitos Reais e demais Direitos Patrimoniais. Caracterização da posse. Princípio da função social da posse. Aquisição e perda da posse. Efeitos da posse. Proteção possessória. Caracterização da propriedade. Princípio da função social da propriedade. Diversidade dos estatutos proprietários. Poderes e deveres do proprietário. Aquisição e perda da propriedade. Limitações ao direito de propriedade. Direitos de vizinhança. Condomínio. Direitos reais sobre coisa alheia. Direito de superfície. Servidões prediais. Usufruto. Uso e habitação. Rendas constituídas sobre imóveis. Direitos reais de garantia. Penhor. Hipoteca. Anticrese. Direitos. Reais de aquisição. Promessa de vendas.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Curso de direito Civil – Reais**. 22. ed. São Paulo: JusPodivm, 2026.	Biblioteca Física	-
	GANGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil**: direitos reais. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2026.	Biblioteca Física	-
	TEPEDINO, G.; MONTEIRO FILHO, C. E. R.; RENTERIA, P. **Fundamentos do Direito**	-	Disponível em: https://integrada.min

	Civil - Direitos Reais - Vol.5. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.		habiblioteca.com.br/reader/books/9788530999131/.
	VENOSA, S. S. **Direito Civil - Direitos Reais - Vol. 4**. 26. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778096/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO CIVIL EM PERSPECTIVA. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0243 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	DINIZ, M. H.; SANTIAGO, M. R. **Função social e solidária da posse**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599091/.
	GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo Curso de Direito Civil - Vol. 5 - Direitos Reais**. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771064/.
	GIACOMELLI, C. L. F. *et al*. **Direito Civil VI**: Direitos Reais. Porto Alegre: SAGAH, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901497/.
	GOMES, O. **Direitos Reais**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4392-9/.
	RENTERIA, P. **Penhor e Autonomia Privada**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009422/.
	REVISTA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, 2004- . ISSN 2527-0389 versão *online*. Disponível em:	Periódico Científico	

	https://periodicos.ufv.br/revistadir/index.		
Componente	**DIREITO PROCESSUAL PENAL I**	**CH**	**60**
Denominação. Finalidade. Princípios. Jurisdição e competência. A ação penal e sua natureza jurídica. Condições da ação penal e condições de procedibilidade. Elementos da ação penal. Ação penal pública, condicionada, privada e subsidiária. O inquérito policial. O recebimento da denúncia e da queixa. A justa causa. Obrigatoriedade da ação penal. Exceção. Garantias constitucionais do acusado. Prisão e liberdade.			

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BEDÊ JÚNIOR, A.; CAMPOS, G. S. Q. **Sentença criminal e aplicação da pena**. Salvador: JusPodivm, 2021.	Biblioteca Física	-
	CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 33. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/.
	GONÇALVES, V. E. R.; REIS, A. C. A. **Direito Processual Penal** - Coleção Esquematizado. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770999/.
	LOPES JUNIOR, A. **Direito Processual Penal**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771675/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL. Rio Grande do Sul: Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal (IBRASPP), 2015- . ISSN 2525-510X versão *online*. Disponível em: https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BRASIL. **Código de processo penal**: decreto lei n. 3.689, de 03 de outubro de 1941. 11. ed. Barueri: Manole, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520469316/.
	BONFIM, E. M. **Curso de Processo Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771934/.
	NUCCI, G. S. **Curso de Execução Penal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.min

			habiblioteca.com.br/reader/books/9788530999391/.
	NUCCI, G. S. **Código de Processo Penal Comentado**. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999254/.
	PEREIRA, C. J. L. **Processo Penal e Convencionalidade**. São Paulo: Almedina Brasil, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939466/.
	BOLETIM IBCCRIM. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), 1993- . ISSN 2965-937X versão *online*. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/boletim_1993/index.	Periódico Científico	

Componente	**ATIVIDADES EXTENSIONISTAS II**	**CH**	**60**

Definição, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes ao Centro Universitário e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. S. (org.) **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016.	Biblioteca Física	-
	SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.	Biblioteca Física	-
	BOIN, C. **Do conflito ao encontro**: cultura generativa, o feminino e a justiça restaurativa. Barueri: Amarilys, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520474471/.
	MENDES, S. R. **Criminologia Feminista** - Novos Paradigmas. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598858/.

	REVISTA DE ESTUDOS EMPÍRICOS EM DIREITO (REED). São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito (REED), 2014- . ISSN 2319-0817 versão *online*. Disponível em: https://reedrevista.org/reed/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	FERRAZ, C. V. **Manual dos direitos da mulher**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502199255/.
	GARCIA, L. G. **Mulheres, Política e Direitos Políticos**. São Paulo: Almedina, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279282/.
	GONÇALVES, T. A. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502187825/.
	MACHADO, M. S. **Direitos das Mulheres: Ensino Superior, Trabalho e Autonomia**. São Paulo: Almedina, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935574/.
	MESSA, A. F.; CALHEIROS, M. C. C. **Violência contra a Mulher**. São Paulo: Almedina, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279381/.
	REVISTA EXTENSÃO-PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA (PROEXC). Minas Gerais: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 1998- . ISSN 1982-7687 versão *online*. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/index.	Periódico Científico	

6º SEMESTRE			
Componente	**RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO**	**CH**	**60**
Ordem do processo no tribunal. Teoria geral dos recursos. Espécies de recursos e outros meios de impugnação. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. Recurso ordinário constitucional. Recurso extraordinário e recurso especial. Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial. Embargos de divergência. Remessa necessária. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. Recursos. Inominados. Ações autônomas de impugnação. Ação rescisória.			

	Bibliografia	Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	ALMEIDA, D. R. **Recursos Cíveis**. 5. ed. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	NEVES, D. A. A. **Teoria Geral dos Recursos**. 2. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	ARAÚJO JÚNIOR, G. C. **Prática de Recursos no Processo Civil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777693/.
	SOUZA, A. C. **Recursos no novo C.P.C.**: teoria geral de acordo com a lei 13.256/2016. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933723/.
	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PROCESSUAL – REDP. Rio de Janeiro: Departamento de Direito Processual da UERJ, 2007- . ISSN 1982-7636 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/redp/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	MENDES, A. G. C. **Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530976958/.
	NOTARIANO JR., A.; BRUSCHI, G. G. **Agravo Contra as Decisões de Primeiro Grau**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6602-7/.
	SOUSA, C. V. S.; BARBOZA, M. R. T. M. **Direito processual civil II**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500297/.
	SOUZA, A. C. **Resolução de demandas repetitivas**: comunicação de demanda individual, incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos repetitivos. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584930913/.
	SOUZA, A. C. **Recurso extraordinário e recurso especial**: pressupostos e requisitos de admissibilidade no novo C.P.C. de acordo	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

	com a lei 13.256, de 4/2/2016. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.		reader/books/9788584933716/.
	CIVIL PROCEDURE REVIEW. Bahia: ProcNet – International Research Network on Civil Justice and Contemporary Civil Proceduret, 2010- . ISSN 2191-1339 versão *online*. Disponível em: https://www.civilprocedurereview.com/revista/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO DO TRABALHO I**	**CH**	**60**

Antecedentes Históricos. Fundamentos do Direito do Trabalho. A Norma Trabalhista. A História do Direito do Trabalho no Brasil. O Contrato Individual do Trabalho. Normas Gerais e Especiais de Tutela de Trabalho. Jornada de Trabalho. Remuneração e Salário. Estabilidades no emprego e FGTS. Tempo de serviço e sucessão. Alteração das condições de trabalho. Dissolução do contrato de trabalho.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	CORREIA, H. **Curso de Direito do Trabalho**. 8. ed. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	MARTINS, A. **Manual didático de direito do trabalho**. 8. ed. São Paulo: Mizuno, 2024.	Biblioteca Física	-
	GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito do Trabalho**. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770777/.
	MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 42. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770890/.
	LABUTA: REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD/UERJ), 2024-. ISSN 2966-0394 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/labuta/index.	Periódico Científico	
COMPLE	LEITE, C. H. B. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771897/.

	MARTINEZ, L. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772054/.
	MARTINS, S. P. **Terceirização No Direito do Trabalho**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623761/.
	RESENDE, R. **Direito do Trabalho**. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648719/.
	ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621842/.
	REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO. Fortaleza: Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, 1976- . ISSN 3085-5640 versão *online*. Disponível em: https://revistas.trt7.jus.br/REVTRT7/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO ADMINISTRATIVO**	**CH**	**60**

A disciplina estuda a organização e funcionamento da Administração Pública Brasileira, por meio dos seguintes institutos: linhas gerais que definem o Direito Administrativo; a Administração Pública em paralelo com o estado e o governo; os poderes e princípios administrativos, o Sistema Administrativo Brasileiro (central e descentralizado), os atos administrativos; serviços públicos; e, por fim, o controle da Administração Pública.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	DAL POZZO, A. N.; ROCHA, S. L. F. **Curso de Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2025.	Biblioteca Física	-
	MARINELA, F. **Manual de Direito Administrativo**. 19. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	ALEXANDRINO, M.; PAULO, V. **Direito Administrativo Descomplicado**. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999018/.

	SPITZCOVSKY, C.; LENZA, P. **Direito Administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771125/.
	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0073 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/rdagp/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BETTI, B. **Manual de Direito Administrativo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998554/.
	CARVALHO FILHO, J. S. **Manual de Direito Administrativo**. 40. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778379/.
	DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 39. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998660/.
	MAZZA, A. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770227/.
	NOHARA, I. P. D. **Direito Administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778393/.
	REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Ribeirão Preto: Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2014- . ISSN 2319-0558 versão *online*. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdda/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO PROCESSUAL PENAL II**	**CH**	**60**
Questões e procedimentos incidentes. Procedimento comum e especiais. Emendatio libelli e mutatio libelli. Provas no processo penal. Sentença e coisa julgada. Nulidades no			

processo penal. Prisão cautelar e suas modalidades. Liberdade provisória.			
Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	ABREU, F. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	NUCCI, G. S. **Manual de Processo Penal**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999438/.
	NUCCI, G. S. **Curso de Execução Penal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999391/.
	PEREIRA, C. J. L. **Processo Penal e Convencionalidade**. São Paulo: Almedina Brasil, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939466/.
	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. São Paulo: **Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), 2021- .** ISSN 2965-3967 versão *online*. Disponível em: https://publicacoes.ibccrim.org.br/index.php/RBCCRIM/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BONFIM, E. M. **Curso de Processo Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771934/.
	CAPEZ, F. **Curso de Processo Penal**. 33. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/.
	GONÇALVES, V. E. R.; REIS, A. C. A. **Direito Processual Penal** - Coleção Esquematizado. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770999/.
	LOPES JUNIOR, A. **Direito Processual Penal**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/9786551771675/.
	NUCCI, G. S. **Processo Penal e Execução Penal** - Esquemas & Sistemas. 9. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997731/.
	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL E POLÍTICA CRIMINAL - REDPPC. Porto Alegre: Departamento de Ciências Penais da Faculdade de Direito da UFRGS, 2013- . ISSN 2358-1956 versão *online*. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/redppc/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO CIVIL V – FAMÍLIA E SUCESSÕES**	**CH**	**60**

Princípios do Direito de Família. Diversidade de Entidades Familiares. Constituição e dissolução de entidades familiares. Relações pessoais e patrimoniais nas entidades familiares. Regime de bens. Parentesco. Filiação. Adoção. Autoridade Parental, Guarda e Direitos da Criança e do Adolescente. Alienação Parental. Violência Doméstica. Alimentos. Tutela e Curatela. Fundamentos do Direito das Sucessões. Abertura da sucessão e seus efeitos. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Capacidade sucessória, indignidade e deserdação. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária e os modos de suceder. Direitos sucessórios do cônjuge e do companheiro. Sucessão testamentária. Testamento e liberdade de testar. Espécies de testamento e suas formalidades. Conteúdo, interpretação e integração do testamento. Execução e inexecução do testamento. Inventário e partilha.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N.; BRAGA NETTO, F. **Curso de Direito Civil**: Famílias. 17. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N.; BRAGA NETTO, F. **Curso de Direito Civil**: Sucessões. 11. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo Curso de Direito Civil - Vol.6 - Direito de Família**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771101/.
	GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro - Direito das Sucessões Vol.7**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004610/.

	REVISTA DE DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÃO. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0227 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/direitofamilia/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo Curso de Direito Civil - Vol.7 - Direito das Sucessões**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771088/.
	GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro - Direito de Família Vol.6**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004634/.
	LÔBO, P. **Direito Civil - Sucessões - Vol.6**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004924/.
	MADALENO, R. **Direito de Família**. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998172/.
	TEPEDINO, G. *et al*. **Fundamentos Do Direito Civil - Direito De Família E Das Sucessões**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999551/.
	REVISTA DE DIREITO CIVIL. Lisboa: Centro de Investigação de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2015- . ISSN 2358-6974 versão *online*. Disponível em: https://www.revistadedireitocivil.pt/inicio.	Periódico Científico	

7º SEMESTRE			
Componente	**PRÁTICA JURÍDICA I – CIVIL**	**CH**	**60**
Descrição da Organização Judiciária Estadual e Federal. Visita relatada órgãos judiciários e outras entidades de interesse profissional. Assistência relatada de audiências e sessões de julgamento. Análise relatada de inquéritos policiais findos. Análise relatada de autos processuais findos. Contagem de prazos processuais. Elaboração de documentos profissionais, como contrato de honorários, procuração e substabelecimento. Redação de			

peças processuais. Trabalhos simulados orientados de Prática Jurídica Civil Forense e não Forense. Noções sobre o exercício profissional dos diversos profissionais do Direito, na área específica.

Bibliografia		Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	DONOSO, D.; SERAU JUNIOR, M. A. **Manual dos Recursos Cíveis**: teoria e prática - Teoria Geral e Recursos em Espécie. 10. ed São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	REZENDE, L. O.; LUNARDI, F. C. **Curso de Sentença Cível**: técnica, prática e desenvolvimento de habilidades. 6. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	ARAUJO JÚNIOR, G. C. A. **Prática No Processo Civil**. 28. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778072/.
	TARTUCE, F.; DELLORE, L. **Manual de Prática Civil**. 21. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998912/.
	REVISTA BRASILEIRA DE PRÁTICA JURÍDICA (RBPJ). Minas Gerais: Divisão de Assistência Judiciária (DAJ) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (FD/UFMG), 2018- . ISSN 2675-7516 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpj/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CARVALHO, C.; DELLORE, L. **Coleção Esquematizado - Oab 2ª Fase - Prática Civil**. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627875/.
	CHACON, L. F. R. **Manual de Prática Forense Civil**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625093/.
	CUNHA, R. V. **Embargos de terceiro**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Expressa, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885

			53622795/.
	LAGE, F. C. **Escritórios Online e Prática Jurídica Digital**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628182/.
	SÁ, R. M.; AGUIRRE, J. **Prática Civil**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625055/.
	REVISTA LEX HUMANA. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Católica de Petrópolis, 2009- . ISSN 2175-0947 versão *online*. Disponível em: https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO DO TRABALHO II**	**CH**	**60**

Conflitos trabalhistas: conceito, classificação e formas de composição. Contratos Coletivos de Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho: conceito e divisão. Liberdade Sindical e Organização Sindical. Política salarial. Representação dos trabalhadores nas empresas. Convenções e Acordos Coletivos. Negociação Coletiva. Convenções e Acordos Coletivos. Greve. Lockout. Direito Público do Trabalho.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	CAVALCANTE, R. A.; DO VAL, R. **Manual prático do advogado trabalhista**. 7. ed. São Paulo: Mizuno, 2025.	Biblioteca Física	-
	SALES, F. A. V. B. **Direito do trabalho de A a Z**. 3. São Paulo: Mizuno, 2025.	Biblioteca Física	-
	LEITE, C. H. B. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771897/.
	MARTINS FILHO, I. G. S. **Manual de Direito e Processo do Trabalho**. 31. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771484/.
	REVISTA DE DIREITO – TRABALHO, SOCIEDADE E CIDADANIA. Brasília: Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos	Periódico Científico	

	Reivindicatórios do Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília, 2016- . ISSN 2448-2358 versão *online*. Disponível em: https://revista.iesb.br/revista/index.php/ojsiesb/index.		
COMPLEMENTAR	GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito do Trabalho**. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770777/.
	MARTINS, S. P. **Direito do Trabalho**. 42. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770890/.
	MARTINS, S. P. **Terceirização No Direito do Trabalho**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623761/.
	MIZIARA, R. **Direito do trabalho e inteligência artificial**: discriminação algorítmica. Barueri: Manole, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520467183/.
	ROMAR, C. T. M. **Direito do Trabalho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621842/.
	REVISTA JURÍDICA LABORJURIS – DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO E DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL. Salvador: Laborjuris Serviços Jurídicos em Educação, 2016- . ISSN 2674-6913 versão *online*. Disponível em: https://revista.laborjuris.com.br/laborjuris/index.	Periódico Científico	

Componente	**ATIVIDADES EXTENSIONISTAS III**	**CH**	**60**

Definição, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes ao Centro Universitário e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

	Bibliografia	Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	CHAVES, V. S. **A dialogicidade extensionista a partir das relações multi, inter e/ou transdiciplinarares e interprofissionais**. Curitiba: Appris, 2020.	Biblioteca Física	-
	SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.	Biblioteca Física	-
	ANJOS, P. C. **Autodeterminação dos povos e direito das minorias**: a questão curda. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276236/.
	PIOVESAN, F. *et al*. **Sistema interamericano de proteção de direitos humanos**: proteção aos grupos vulnerabilizados. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584938254/.
	CADERNO DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019- . ISSN 2675-0678 versão *online*. Disponível em: https://seer.unirio.br/cdpp/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	DIMOULIS, D. **Direito de Igualdade**: antidiscriminação, minorias sociais, remédios constitucionais. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279169/.
	BARBIERI, S. R. J. **Os direitos dos povos indígenas**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273471/.
	LAFER, C. **A internacionalização dos direitos humanos**: Constituição, racismo e relações internacionais. Barueri: Manole, 2005.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443170/.
	SILVA JR., H. **Racismo Religioso**: Histórico e Aparato Jurídico. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629516/.
	TARTUCE, F. **Igualdade e Vulnerabilidade**	-	Disponível em:

	no Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2012.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-4350-9/.
	REVISTA EXTENSÃO E CULTURA. Bahia: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2011- . ISSN 2764-5878 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/revistaextensao/index.	Periódico Científico	

Componente	**LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**	**CH**	**30**

Lei de contravenções penais (Lei 3.688/41); Crimes contra a economia popular (Lei 1.521/51); Genocídio (Lei 2.889/56); Lei de execuções penais; Lei 7.210/84); Crimes contra o sistema financeiro (Lei 7.492/86); Racismo (Lei 7.716/89); Lei dos crimes hediondos (Lei 8.072/90); Crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo (Lei 8.137/90); Organização criminosa (Lei 9.034/95); Lei de Tortura (Lei 9.455/97); Código de Transito Brasileiro (Lei 9.503/97); Crimes Ambientais (Lei 9.605/98); Lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98); Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03); Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06); Lei de Drogas (Lei 11.343/06); Lei Antiterrorismo (lei 13.260/16).

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GONÇALVES, V. E. R. **Sinopses jurídicas** - Legislação penal especial. 17. São Paulo: Saraiva, 2024.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623552/.
	GONÇALVES,V. E. R.; BALTAZAR, J. P. **Legislação penal especial esquematizado**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2020.	Biblioteca Física	-
	GONÇALVES, V. E. R.; LENZA, P. **Legislação Penal Especial - Coleção esquematizado**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/.
	CAPEZ, F. **Legislação Penal Especial**. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771910/.
	REVISTA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS PENAIS. Belo Horizonte: Instituto de Ciências Penais, 2006- . ISSN 2775-5874 versão *online*. Disponível em: https://www.ricp.org.br/index.php/revista/abo	Periódico Científico	

	ut.		
COMPLEMENTAR	ANDREUCCI, R. A. **Legislação Penal Especial**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625482/.
	GRECO, R. **Código Penal Comentado**. 19. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778331/.
	PORTOCARRERO, C. B.; ÁVILA, F. **Legislação Penal Decifrada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646463/.
	SANTOS, C. J.; JUNQUEIRA, G. O. D. **Legislação penal especial**. v. 1. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584938407/.
	SANTOS, C. J.; JUNQUEIRA, G. O. D. **Legislação penal especial**. v. 2. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584938148/.
	REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen/MJSP), 2019- . ISSN 2675-1860 versão *online*. Disponível em: https://rbepsenappen.mj.gov.br/index.php/RBEP/pt_BR/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO PENAL ECONÔMICO**	**CH**	**30**

Compreender a relação do Direito Penal Econômico com as características sociais, políticas e econômicas do início do século XXI. Discutir crime capitais a partir de novas abordagens dogmáticas (na construção do tipo penal), teóricas (na proteção de bens jurídicos supra-individuais), processuais e relativas à pena. Relacionar Direito Penal Econômico e política econômica. Analisar responsabilidade das empresas e da sociedade no combate a esse tipo de criminalidade, cuja cifra negra é especialmente alta.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSI	KELLES, M. P. **A expansão do direito penal econômico e a interlocução com o direito administrativo sancionador**. Rio de Janeiro:	Biblioteca Física	-

	Lumen Juris, 2024.		
	MAGALHÃES, V. C. **O crime de lavagem de ativos no contexto do direito penal econômico contemporâneo**. 2. ed. Porto Alegre: Núria Fabris, 2023.	Biblioteca Física	-
	BECHARA, F. R. **Compliance e direito penal econômico**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935567/.
	CURY, R. **Direito penal econômico**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270531/.
	REVISTA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PENAL ECONÔMICO. Curitiba: Instituto Brasileiro de Direito Penal Econômico, 2015- . ISSN 2595-8828 versão *online*. Disponível em: https://ibdpe.com.br/publicacoes/.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ARAS, V.; LUZ, I. M. **Lavagem de dinheiro**: comentários à Lei n. 9.613/1998. São Paulo: Almedina, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279152/.
	BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal econômico**, v. 1. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547210182/.
	BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal econômico**, v. 2. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547210212/.
	CALLEGARI, A. **Temas Atuais de Direito Penal Econômico**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597257/.
	CAPEZ, F.; PUGLISI, F. **Lavagem de Dinheiro - Comentários à Lei n. 9.613/1998**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628939/.

	REVISTA CIENTÍFICA DO CPJM - CENTRO DE PESQUISA EM CRIMES EMPRESARIAIS E COMPLIANCE. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa em Crimes Empresariais e Compliance Prof. João Marcello de Araujo Jr., 2021- . ISSN 2764-1899 versão *online*. Disponível em: https://rcpjm.cpjm.uerj.br/revista/index.	Periódico Científico

Componente	**DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO**	**CH**	**30**

Ênfase na proteção do meio ambiente e nos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Principal legislação brasileira aplicável. Meios jurídicos de proteção ambiental. Aspectos jurídicos da proteção ao meio ambiente na esfera nacional.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GURGEL, C. S. **Direito urbanístico luso-brasileiro**: cidades sustentáveis e inclusivas, direitos fundamentais e dever estatal de ordenação. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025.	Biblioteca Física	-
	ROCHA, R. **Manual de Direito Ambiental**. 3. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	MARQUES, C. C. R. *et al*. **Legislação urbanística aplicada**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024489/.
	TRENNEPOHL, T. **Manual de Direito Ambiental**. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770142/.
	REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL E SOCIOAMBIENTALISMO. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2525-9628 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/index.	Periódico Científico	
COMPLEM	ANTUNES, P. B. **Direito Ambiental**. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777433/.
	CUSTODIO, V. M. **Planos urbanísticos**: a	-	Disponível em:

	solução dos conflitos em sua aplicação no direito brasileiro. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584937516/.
	FIORILLO, C. A. P. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 25. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626472/.
	RODRIGUES, M. A.; LENZA, P. **Direito Ambiental** - Coleção Esquematizado. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772207/.
	SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T. **Curso de Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998615/.
	REVISTA DE DIREITO URBANÍSTICO, CIDADE E ALTERIDADE. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2525-989X versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/index.	Periódico Científico	

Componente	**ESTÁGIO SUPERVISIONADO I – ÁREA CÍVEL**	**CH**	**125**

Formação simulada de autos processuais. Redação de peças processuais. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assecuratórias, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos processuais. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e arbitragem. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica nesta ementa. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	FRISKE, G.; ESTEVES, P.; SIMAS, U. F. **Petição Inicial, Contestação e Recursos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2024.	Biblioteca Física	-
	MAZZILLI, H. N. **A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo**. 35. ed São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-

	SALLES, C. A.; LORENCINI, M. A. G. L.; SILVA, P. E. A. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999667/.
	SCAVONE JUNIOR, L. A. **Modelos de Peças no Novo CPC**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530977788/.
	CIVILISTICA.COM. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGD-UERJ), 2012- . ISSN: 2316-8374 versão *online*. Disponível em: https://civilistica.emnuvens.com.br/redc/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	GONÇALVES, M. C. **Prazos Processuais**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084459/.
	GUILHERME, L. F. V. A. **Manual de Arbitragem e Mediação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620568/.
	HENRIQUES, A. **Prática Da Linguagem Jurídica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2008.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466740/.
	LAGE, F. C. **Escritórios Online e Prática Jurídica Digital**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628182/.
	SCAVONE JUNIOR, L. A. **Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648191/.
	REVISTA CONVERSAS CIVILÍSTICAS. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), 2021- . ISSN: 2763-8448 versão *online*. Disponível em:	Periódico Científico	

	https://periodicos.ufba.br/index.php/conversascivilisticas.	

8º Semestre			
Componente	**PRÁTICA JURÍDICA II – PENAL**	**CH**	**60**

Descrição da organização judiciária Estadual e Federal. Visita relatada a órgãos judiciários e outras entidades de interesse profissional. Assistência relatada de audiências e sessões de julgamento. Análise relatada de inquéritos policiais findos. Análise relatada de autos processuais findos. Contagem de prazos processuais. Elaboração de documentos profissionais, como contrato de honorários, procuração e substabelecimento. Redação de peças processuais, como denúncia, queixacrime, resposta à acusação, memoriais, Requerimentos de relaxamento de prisão e de concessão de liberdade provisória, sentença, recursos e ações de impugnação.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	ALMEIDA, Y. D. F. **Manual de peças práticas para carreiras jurídicas**: Sentença Penal. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	MIRANDA, R. S. **Teses penais na visão da defesa**. 4. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	MESSA, A. F. **Prática Penal Para o Exame da Oab**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624508/.
	NUCCI, G. S. **Prática Forense Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997717/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL. Rio Grande do Sul: Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal (IBRASPP), 2015- . ISSN 2525-510X versão *online*. Disponível em: https://revista.ibraspp.com.br/RBDPP/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	LIMA, C. A. S. M. **Execução provisória da sentença penal**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272627/.
	MESSA, A. F. **Prática Penal Para o Exame da Oab**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624508/.

	RODRÍGUEZ, V. G. **Casos práticos - laboratório de direito penal**: dez casos sistematizados para uso em aula. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563182968/.
	SALGADO, D. R.; BECHARA, F. R.; GRANDIS, R. **10 Anos da Lei das Organizações Criminosas**: Aspectos Criminológicos, Penais e Processuais Penais. São Paulo: Almedina, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278865/.
	SILVA, L. C.; SILVA, F. R. A. **Manual de Processo e Prática Penal**. 6. ed. 2012. Rio de Janeiro: Forense, 2012.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5598-4/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PENAL, PROCESSO PENAL E CONSTITUIÇÃO. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0200 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitopenal/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**	**CH**	**60**

Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Princípios do Direito Processual do Trabalho. Processo de conhecimento e respectivos procedimentos. Nulidades Processuais. Provas e audiências trabalhistas.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	SALES, F. A. V. B. **Manual de processo do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Mizuno, 2025.	Biblioteca Física	-
	SCHIAVI, M. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	LEITE, C. H. B**. Curso de Direito Processual do Trabalho**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771385/.
	MARTINS, S. P. **Direito Processual do Trabalho**. 48. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770692/.

	REVISTA TRABALHO, DIREITO E JUSTIÇA (RTDJ). Curitiba: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região, 2023- . ISSN: 2763-8448 versão *online*. Disponível em: https://revista.trt9.jus.br/revista/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ALMEIDA, A. P. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/.
	CARDOSO, B. L. **Direito do Trabalho e Processo do Trabalho Facilitados**. Rio de Janeiro: Método, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995164/.
	GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770753/.
	MARTINS FILHO, I. G. S. **Manual de Direito e Processo do Trabalho**. 31. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771484/.
	ROMAR, C. T. M.; LENZA, P. **Coleção Esquematizado - Direito Processual do Trabalho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621729/.
	REVISTA TRABALHISTA DIREITO E PROCESSO. Brasília: Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), 2002. ISSN 1677-2784 versão *online*. Disponível em: https://revista.anamatra.org.br/index.php/home/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO TRIBUTÁRIO**	**CH**	**60**

Fontes do Direito Tributário. Vigência, Aplicação e Interpretação da Legislação Tributária. Obrigação Tributária. Crédito Tributário. Lançamento. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Extinção do Crédito Tributário. Exclusão do Crédito Tributário. Processo Administrativo Tributário. Processo Judicial Tributário.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
B	ALEXANDRE, R. **Direito Tributário**. 19.	Biblioteca	-

	ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Física	
	MACHADO, H. B. **Curso de Direito Tributário**. 44. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	SCHOUERI, L. E. **Direito Tributário**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771996/.
	SEHN, S. **Curso de Direito Tributário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999353/.
	REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0138 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/direitotributario/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ABRAHAM, M. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999681/.
	COSTA, R. H. **Curso de Direito Tributário**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770593/.
	MACHADO SEGUNDO, H. B. **Manual de Direito Tributário**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778515/.
	MAZZA, A. **Curso de Direito Tributário**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771286/.
	PAULSEN, L. **Curso de Direito Tributário Completo**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771507/.

	REVISTA DIREITO TRIBUTÁRIO ATUAL – RDTA. São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Tributário – IBDT, 1982- . ISSN 2595-6280 versão *online*. Disponível em: https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/index.	Periódico Científico

Componente	**LEGISLAÇÃO PROTETIVA (CRIANÇA, IDOSO E DEFICIENTE)**	**CH**	**30**

Histórico da proteção da infanto-adolescência. A criança e o adolescente na Constituição Federal. Direitos fundamentais da população infanto-juvenil. A proteção dos menores de 18 anos na normativa internacional. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a doutrina jurídica da proteção integral. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Poder familiar: suspensão e destituição. Colocação familiar: princípios e procedimentos. Guarda e tutela: hipóteses e procedimentos. Adoção. Adoção internacional. A Construção da Ideia de Direito no Estado Moderno; A Consolidação da perspectiva de Direito em função das Diferenças Etárias, de Gênero, Socioeconômicas e Condições Físico-psicológicas; Estatuto da Pessoa Idosa; Legislações federais e estaduais voltadas à pessoa idosa.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BERTASI, M. O. D. **Violência contra pessoa idosa**. São Paulo: Imperium, 2024.	Biblioteca Física	-
	COSTA FILHO, W. M.; LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612109/.
	MARTINS, G. M.; HOUAISS, L. P. Z. **Estatuto da pessoa com deficiência**: comentários à Lei 13.146/2015. 2. ed. São Paulo: FOCO, 2022.	Biblioteca Física	-
	ROSSATO, L. A.; LÉPORE, P. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Comentado Artigo por Artigo – ECA**. 15. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	CADERNO DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. São Paulo: Grupo de Estudos de Infância da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, 2020- . ISSN 1807-2755 versão *online*. Disponível em: https://revistas.direitosbc.br/DCA.	Periódico Científico	
COMP	ARAUJO JÚNIOR, G. C. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865

			59777631/.
	LARA, M. A. **Estatuto da pessoa com deficiência**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276922/.
	NUCCI, G. S. **Estatuto da Crianca e do Adolescente**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995751/.
	SILVA, R. B. T. **Tratado da pessoa idosa**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278292/.
	VILAS BOAS, M. A. **Estatuto do Idoso Comentado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6510-5/.
	REVISTA DIREITOS FUNDAMENTAIS & DEMOCRACIA – RDFD. Curitiba: Programa de Mestrado e Doutorado em Direitos Fundamentais e Democracia do UniBrasil (Centro Universitário Autônomo do Brasil), 2007. ISSN 1982-0496 versão *online*. Disponível em: https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/index.	Periódico Científico	

Componente	**BIOÉTICA E DIREITO MÉDICO**	**CH**	**30**

Ao final da disciplina, o aluno deverá distinguir os ramos do Direito Civil e do Biodireito, aplicando de forma interdisciplinar as normas éticas, jurídicas e os preceitos das áreas de saúde, com intuito de capacitar os profissionais do direito na atuação especializada desse ramo, seja na mediação de conflitos, seja na judicialização de demandas referentes a temas da bioética.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	DANTAS, E. **Direito Médico**. 9 São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	SÁ, M. F. F.; NAVES, B. T. O. **Bioética e Biodireito**. 7. ed. São Paulo: FOCO, 2025.	Biblioteca Física	-
	COHEN, C.; OLIVEIRA, R. A. **Bioética, direito e medicina**. Barueri: Manole, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/97885 20458587/.
	NOVAIS, A. A. L. CABRAL, H. L. T. B. **Tratado de bioética jurídica**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 56275659/.
	REVISTA DE BIODIREITO E DIREITO DOS ANIMAIS. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 1807-2755 versão *online*. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistarbda/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CAMILLO, C. E. N. **Biodireito, bioética e filosofia em debate**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 56271118/.
	GOZZO, D.; LIGIERA, W. R. **Bioética e direitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885 02163126/.
	MALUF, A. C. R. F. D. **Curso de bioética e biodireito**. 4. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 56270302/.
	MARTINS-COSTA, J.; MÖLLER, L. L. **Bioética e Responsabilidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5606-6/.
	SCALQUETTE, A. C. **Whats up?:** desafios ao direito; inteligência artificial - uso de dados pessoais - covid-19 - direito à saúde - crianças, adolescentes e idosos no mundo digital - biotecnologia e bioética. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 56276557/.
	REVISTA DE DIREITO MÉDICO E DA SAÚDE: DOUTRINA, LEGISLAÇÃO, JURISPRUDÊNCIA. Brasília: Vem Mais Editoração, 2023. ISSN 1983-411XE versão *online*. Disponível em: https://anadem.com.br/material/revista-de-	Periódico Científico	

	direito-medico-e-da-saude-26-2/?_ga=2.87010584.1640239495.1762797911-1977804050.1762797911.	

Componente	ATIVIDADES EXTENSIONISTAS IV	CH	60

Definição, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes ao Centro Universitário e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

	Bibliografia	Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	CHAVES, V. S. **A dialogicidade extensionista a partir das relações multi, inter e/ou transdiciplinarares e interprofissionais**. Curitiba: Appris, 2020.	Biblioteca Física	-
	GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. S. (org.) **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016.	Biblioteca Física	-
	NIELSSON, J. G.; STURZA, J. M.; WERMUTH, M. A. D**. Direitos humanos e diversidade**: desafios para pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento na educação. Ijuí: Unijuí, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541904445/.
	LARA, M. A. **Estatuto da pessoa com deficiência**: reflexões e perspectivas. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276922/.
	INTERFACES – REVISTA DE EXTENSÃO DA UFMG. Minas Gerais: Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais (Proex/UFMG), 2013- . ISSN 2318-2326 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/index.	Periódico Científico	
COMPLEMEN	AMARAL, L. A. **Conhecendo a deficiência**. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555064674/.
	CAVALCANTI, A. E. L. W.; LEITE, F. P. A.; LISBOA, R. S. **Direito da infância e**	-	Disponível em: https://integrada.min

	juventude, idosos e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.		habiblioteca.com.br/reader/books/9788522486021/.
	COSTA FILHO, W. M.; LEITE, F. P. A.; RIBEIRO, L. L. G. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612109/.
	TOMASEVICIUS FILHO, E. **Os direitos civis da pessoa com deficiência**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272214/.
	VIGLIAR, J. M. M. **Pessoa com deficiência** - inclusão e acessibilidade: inclusão e acessibilidade. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270623/.
	REVISTA PARTICIPAÇÃO. Brasília: Decanato de Extensão da Universidade de Brasília (DEX-UnB), 1997- . ISSN 1677-1893 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/index.	Periódico Científico	

Componente	**ESTÁGIO SUPERVISIONADO II – ÁREA PENAL**	**CH**	**125**

Formação simulada de autos processuais. Redação de peças processuais. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assecuratórias, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos processuais. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e arbitragem. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica nesta ementa. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. **Tribunal do Júri** - procedimento especial comentado por artigo. 8. ed. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	MAIA, J. K. L.; SALDIAS, S. A. H. **Cadeia de custódia, metodologias e prova digital**: conhecimento prático interdisciplinar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.	Biblioteca Física	-
	NUCCI, G. S. **Curso de Execução Penal**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.min

			habiblioteca.com.br/reader/books/9788530999391/.
	NUCCI, G. S. **Manual de Direito Penal**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999230/.
	NOVA REVISTA DE DIREITO PENAL. Belo Horizonte: Instituto de Ciências Penais (ICP), 2022- . ISSN 2965-3525 versão *online*. Disponível em: https://nrdp.org.br/index.php/revista.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BONFIM, E. M. **No Tribunal do Júri**. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771569/.
	GONÇALVES, V. E. R.; REIS, A. C. A. **Sinopses Jurídicas - Processo Penal -** Procedimentos, Nulidades e Recursos. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623743/.
	GUARAGNI, F. A. **Norma penal em branco e outras técnicas de reenvio em direito penal**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584930128/.
	KAGUEIAMA, P. K**. Prova testemunhal no processo penal**: um estudo sobre falsas memórias e mentiras. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273150/.
	LIMA, C. A. M. **Execução provisória da sentença penal**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272627/.
	REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO PENAL. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Direito Penal da Faculdade de Direito da UERJ, 2013- . ISSN 2318-4892 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/redpenal/index.	Periódico Científico	
9º SEMESTRE			

Componente	TCC I	CH	30

A pesquisa jurídica: conceito, classificação e métodos. As etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. O trabalho monográfico e suas especificidades. A elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Recursos técnico-linguísticos. Normas técnicas.

	Bibliografia	Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	GONÇALVES JUNIOR, J. C. *et al*. **Manual de Metodologia da Pesquisa Jurídico-Científica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.	Biblioteca Física	-
	RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 43. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.	Biblioteca Física	-
	BITTAR, E. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/.
	GUSTIN, M. B. S.; Dias, M. T. F.; Nicácio, C. S. **Repensando a pesquisa jurídica**: teoria e prática. 5. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556270319/.
	PENSAR – REVISTA DE CIÊNCIAS JURÍDICAS. Fortaleza: Conselho Superior de Editoração – UNIFOR, 1992- . ISSN 2317-2150 versão *online*. Disponível em: https://ojs.unifor.br/rpen/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	FARIAS FILHO, M. C. F.; ARRUDA FILHO, E. J. M. **Planejamento da Pesquisa Científica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522495351/.
	GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777877/.
	HENRIQUES, A.; MEDEIROS, J. B. **Metodologia Científica da Pesquisa Jurídica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597011760/.
	SORDI, J. O. **Elaboração de pesquisa**	-	Disponível em:

	científica. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502210332/.
	VARGAS, C. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Expressa, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620827/.
	REVISTA CIENTÍFICA O DIREITO PENSA. Paraná: Departamento de Direito Privado e Processual da Universidade Estadual de Maringá, 2020- . ISSN 2675-844X versão *online*. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/direitopensa/about.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO**	**CH**	**60**

Noções propedêuticas. O Direito Internacional Público como sistema normativo. Direito Internacional Público e Direito Interno. As fontes do Direito Internacional Público. Fontes subsidiárias. Os Estados como principais destinatários das normas internacionais. Formação, transformação e extinção do Estado. Reconhecimento e elementos constitutivos do Estado. As organizações internacionais como destinatárias das normas internacionais. Cooperação e integração. Demais sujeitos do Direito Internacional Público. Novos sujeitos. Direito Internacional Público e Relações Internacionais. Relações Internacionais tradicionais. A responsabilidade internacional do Estado. As controvérsias internacionais e sua solução pacífica. Solução arbitral, solução judicial. O uso da força e o Direito Internacional Público. Guerra e desarmamento. Influência do Direito Comunitário. Perspectivas do Direito Internacional Privado frente à globalização. Direito Internacional Privado e integração: o caso Mercosul.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	AMARAL JÚNIOR, A. **Curso de Direito Internacional Público**. 6. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	PORTELA, P. H. G. **Direito Internacional Público e Privado**. 18. ed. São Paulo: JusPodivm, 2026.	Biblioteca Física	-
	PELUSO, A. C. **Pareceres de direito público e privado**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556271828/.
	TEIXEIRA, C. N. **Manual de direito internacional público e privado**. 6. ed. Rio	-	Disponível em: https://integrada.min

	de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.		habiblioteca.com.br/reader/books/9786553624511/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0219 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitointernacional.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	DOLINGER, J.; TIBURCIO, C.; ALBUQUERQUE, F. **Direito Internacional Privado**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995546/.
	GUERRA, S. **Curso de Direito Internacional Público**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628339/.
	MAZZUOLI, V. O. **Curso de Direito Internacional Público**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996550/.
	MAZZUOLI, V. O. **Curso de Direito Internacional Privado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999339/.
	REZEK, J. F. **Direito Internacional Público**. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004559/.
	REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL. Brasília: Programa de Mestrado e Doutorado em Direito do Centro Universitário de Brasília, 2011- . ISSN 2526-0219 versão *online*. Disponível em: https://www.publicacoes.uniceub.br/rdi.	Periódico Científico	

Componente	**PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO**	**CH**	**30**
Procedimento e Processo Administrativo Tributário, Contenciosos Administrativos, Processo Administrativo Tributário Federal (PAF). Processo Administrativo Tributário Estadual (PATE/PE). Processo Administrativo Tributário Municipal. Processo Judicial			

Tributário: ações do contribuinte contra o Fisco. Ações do Fisco.			
	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	DUQUE, F. **Manual de Processo Tributário**. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	ORTEGA, E.; VIEIRA, L. **Manual de Direito e Processo Tributário**. 5. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	MACHADO SEGUNDO, H. B. **Processo Tributário**. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778416/.
	NUNES, M. S. P. **Processo administrativo tributário**. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584937738/.
	REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO DA APET. São Paulo: Associação Paulista de Estudos Tributários (APET), 2004- . ISSN 1806-1885 versão *online*. Disponível em: https://revistas.apet.org.br/index.php/rdta/indexv.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CARNEIRO, C. **Processo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612390/.
	CAVALCANTI, E. M. M. **Processo Tributário** - Administrativo e Judicial. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995454/.
	NUNES, C. S. **Curso Completo de Direito Processual Tributário**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621491/.
	PAULSEN, L.; ÁVILA, R. B.; SLIWK, I. S. **Leis de processo tributário comentadas**: processo administrativo fiscal, protesto extrajudicial de títulos e execução fiscal. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553606870/.
	SALUSSE, E. P. **Medidas de redução do**	-	Disponível em:

	contencioso e o cpc/2015: contributos práticos para ressignificar o processo administrativo e judicial tributário. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933525/.
	REVISTA TRIBUTÁRIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS. São Paulo: Academia Brasileira de Direito Tributário (ABDT), 1992- . ISSN 1518-2711 versão *online*. Disponível em: https://rtrib.abdt.org.br/index.php/rtfp/index.	Periódico Científico	

Componente	**PRÁTICA JURÍDICA III – EMPRESARIAL E TRABALHISTA**	**CH**	**60**

Petição inicial. Contestação. Intervenção de terceiros. Cumprimento de sentença. Execução de título extrajudicial. Embargos de declaração. Apelação cível. Agravo de instrumento. Recurso Ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Mediação e Arbitragem para empresas. Reclamação Trabalhista. Consignação em Pagamento. Recurso Ordinário e de Revista. Súmulas TST. Negócios jurídicos processuais. Conciliação e Mediação.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BARROSO, D.; ARAUJO JUNIOR, M. A. **Prática trabalhista**. 7. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	BARROSO, D.; ARAUJO JUNIOR, M. A. **Prática empresarial**. 6. ed. São Paulo: JusPodivm, 2024.	Biblioteca Física	-
	MARTINS, S. P. **Prática Trabalhista**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623853/.
	VIDO, E. **Prática Jurídica Empresarial**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624539/.
	REVISTA LABORARE. Salvador: Instituto Trabalho Digno, 2018- . ISSN 2595-847X versão *online*. Disponível em: https://www.revistalaborare.org/index.php/laborare/index.	Periódico Científico	
COMPLE	AGUIAR, A. C. **Advocacia trabalhista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547229542/.

	GARCIA, A. A. *et al*. **Prática Trabalhista**. Porto Alegre: SAGAH, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903453/.
	LUZ, V. P. **Manual do advogado**: advocacia prática civil, trabalhista e criminal. 35. ed. Barueri: Manole, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769173/.
	SACRAMONE, M. B. **Manual de Direito Empresarial**. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771545/.
	VIDO, E. **Curso de Direito Empresarial**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771606/.
	REVISTA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DO TRABALHO, SOCIAIS E EMPRESARIAIS. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2525-9903 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadireitosfundamentais.	Periódico Científico	

Componente	**ATIVIDADES EXTENSIONISTAS V**	**CH**	**60**

Definição, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes ao Centro Universitário e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. S. (org.) **Princípios da Extensão Universitária**: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: CRV, 2016.	Biblioteca Física	-
	SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.	Biblioteca Física	-

	MARIANO JUNIOR, R. **E-due process**: devido processo digital e acesso à justiça. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277400/.
	MENDONÇA, J. J. M. **Acesso equitativo ao direito e à justiça**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584931866/.
	REVISTA DIREITO E JUSTIÇA: REFLEXÕES SOCIOJURÍDICAS. Rio Grande do Sul: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), 2015- . ISSN 2178-2466 versão *online*. Disponível em: https://revistas.san.uri.br/revistas/index.php/direitoejustica/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	FENSTERSEIFER, T. **Defensoria Pública na Constituição Federal**. Rio de Janeiro: Forense, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530975937/.
	FENSTERSEIFER, T. **Defensoria pública, direitos fundamentais e ação civil pública**: a tutela coletiva dos direitos fundamentais (liberais, sociais e ecológicos) dos indivíduos e grupos sociais necessitados. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502228405/.
	GROSTEIN, J. **Defensoria pública**: acesso à justiça, princípios e atribuições. São Paulo: Almedina, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279077/.
	JUNQUEIRA, G.; ZVEIBIL, D.; REIS, G. **Comentários a Lei da Defensoria Publica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597790/.
	SILVEIRA, R. G. R. **Acesso à Justiça**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935390/.
	REVISTA EXPRESSA EXTENSÃO: FLUXO CONTÍNUO DA UFPEL. Pelotas:	Periódico Científico	

	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, 1996- . ISSN 2358-8195 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/index.		
Componente	**ÉTICA PROFISSIONAL**	**CH**	**30**
Ética. Conceito e Classificação. Ética Geral. Moral e Direito. Normas éticas e normas técnicas. Distinções Necessárias. A ética e a vida. A ética e as Profissões Jurídicas. Deontologia Forense. Princípios Fundamentais. A ética do estudante de Direito. A ética do Advogado. A ética do membro do Ministério Público. A ética do Policial e do Defensor Público. A ética do Juiz. A ética dos Auxiliares da Justiça. O caminhar ético.			
Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	CHALITA, S. **Estatuto da Advocacia, Código de Ética e Disciplina e Regulamento da OAB destacados**. São Paulo: FOCO, 2024.	Biblioteca Física	-
	VALE JUNIOR, L. B. S. **Manual do código de ética dos advogados**. São Paulo: Mizuno, 2024.	Biblioteca Física	-
	GONZAGA, A.; NEVES, K. P.; BEIJATO JUNIOR, R. **Estatuto da Advocacia e Código de Ética e Disciplina da Oab - Comentados**. 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999452/.
	VALE JUNIOR, L. B. S. **Curso de Ética Profissional Para Advogados**. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770289/.
	REVISTA DIREITO E PRÁXIS. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010- . ISSN 2179-8966 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTA	COSTA, E. F. **Deontologia Jurídica** - Ética das Profissões Jurídicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5629-5/.
	GOLDBERG, J. P.; TARTUCE, F. **Ética, Tecnologia e Direito**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/9786559775613/.
	KRUG, P. **Coleção Método Essencial - Ética e Estatuto da OAB**. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559645343/.
	RODRIGUES, W. G. *et al*. **Ética geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024564/.
	SANCHEZ, A. **Ética Profissional e Filosofia do Direito**. Rio de Janeiro: Método, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530973711/.
	QUAESTIO IURIS (QI). Rio de Janeiro: Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2005- . ISSN 1516-0351 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/48151.	Periódico Científico	

Componente	**OPTATIVA I**	**CH**	**30**

Conteúdo depende da disciplina eleita pelo Colegiado do Curso de Direito, dentre um elenco de disciplinas apresentado, para fins de enriquecimento, aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos que complementem a formação acadêmica do aluno.

Componente	**ESTÁGIO SUPERVISIONADO III - ÁREA TRABALHISTA E EMPRESARIAL**	**CH**	**125**

Formação simulada de autos processuais. Redação de peças processuais. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assecuratórias, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos processuais. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e arbitragem. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica nesta ementa. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	DONATO, R.; GOMES, E. S. **TAGD Advogados**: aspectos jurídicos-empresariais no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2025.	Biblioteca Física	-
	SILVA, J. A. R. O. **Manual das audiências**	Biblioteca	-

	trabalhistas: presencial, por videoconferência e telepresencial. 6. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Física	
	MAMEDE, G.; MAMEDE, R. C. **Manual de Direito Empresarial**. 20. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778133/.
	REDINZ, M. A. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas**: noções sobre cálculos trabalhistas. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624047/.
	REVISTA DIREITO DAS RELAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS. Brasília: UDF – Centro Universitário, 2015- . ISSN 2446-8908 versão *online*. Disponível em: https://publicacoes.udf.edu.br/index.php/relacoes-sociais-trabalhista/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CAMPESTRINI, H. **Como redigir petição inicial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553607617/.
	CARRION, V. **CLT** - Comentários à Consolidação das Leis Trabalhistas. 50. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771446/.
	MARTINS, S. P. **Direitos Fundamentais Trabalhistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623860/.
	TEIXEIRA, T. **Direito Empresarial Sistematizado**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771583/.
	VENOSA, S. S.; RODRIGUES, C. **Direito Empresarial**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778171/.
	REVISTA DE DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL. Curitiba: Programa de	Periódico Científico	

	Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2010- . ISSN 2179-8214 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/index.	

10º Semestre			
Componente	**TCC II**	**CH**	**30**

Elaboração da versão definitiva do projeto de monografia, de acordo com os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT e no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026580/.
	LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/.
	NUNES, R. **Manual da Monografia Jurídica**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770241/.
	QUEIROZ, R. M. R. **Monografia Jurídica** - Passo a Passo - Projeto-Pesquisa-Redação-Formatação. Rio de Janeiro: Método, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6298-2/.
	PONTO DE VISTA JURÍDICO. Santa Catarina: Núcleo de Pesquisa em Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), 2012- . ISSN 2316-4042 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/juridico/index.	Periódico Científico	
COMPLE	GIBBS, G.; FLICK, U. **Analise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Bookman, 2009.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536321332/.

	LEHFELD, L. S. **Monografia Jurídica** - Guia Prático. 2. ed. Rio de Janeiro: Método, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-6530-3/.
	QUEIROZ, R. M. R.; FEFERBAUM, M. **Metodologia da Pesquisa em Direito**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/.
	RAMOS, A. **Metodologia da pesquisa científica**: como uma monografia pode abrir o horizonte do conhecimento. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.	Biblioteca Física	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522465989/.
	SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565848367/.
	REVISTA OPINIÃO JURÍDICA. Fortaleza: Centro Universitário Christus (Unichristus), 2004- . ISSN 2447-6641 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO DIGITAL**	**CH**	**60**

Influência da tecnologia no Direito; liberdade de expressão na internet; privacidade e dados pessoais; responsabilidade de intermediário; Direito Autoral; tecnologia e prova no processo judicial; novos aspectos da relação de trabalho; crimes eletrônicos; processo eletrônico; arquitetura da internet; big data e gestão de dados; moedas encriptadas; como a Tecnologia desafia os fundamentos clássicos do sistema de proteção à propriedade intelectual; a regulação do uso da internet no Brasil.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	CAPANEMA, W. A. **Manual de Direito Digital**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2026.	Biblioteca Física	-
	JORGE, H. V. N. **Tratado de Direito Digital**. 3. ed. São Paulo: JusPodivm, 2026.	Biblioteca Física	-
	PINHEIRO, P. P. **Direito Digital**. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624979/.

	TEIXEIRA, T.; KASEMIRSKI, A. **Direito Digital e Processo Eletrônico**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772429/.
	REVISTA REDE DE DIREITO DIGITAL, INTELECTUAL & SOCIEDADE (RRDDIS). Paraná: Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial (GEDAI) do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2021, 2763-7220- . ISSN 2763-7220 versão *online*. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/wp/.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ANUNCIAÇÃO, C. S. *et al*. **Direito, inteligência artificial e algoritmos**: desafios jurídicos na era da tecnologia extrema. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939404/.
	COSTA NETTO, J. C. **Direito Autoral No Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624126/.
	GOLDBERG, J. P.; TARTUCE, F. Ética, **Tecnologia e Direito**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775613/.
	SILVA, L. S. H. T. *et al*. **Direito Digital**. Porto Alegre: SAGAH, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902814/.
	WOLFGANG, H. **Teoria Geral do Direito Digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559642267/.
	REVISTA DE DIREITO, GOVERNANÇA E NOVAS TECNOLOGIAS. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0049 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistad	Periódico Científico	

	gnt.		
Componente	**PRÁTICA JURÍDICA IV – TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA**	**CH**	**60**

Trabalhos simulados e reais orientados em prática jurídica tributária, forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na Area Específica. Elaboração de peças Considerações preliminares: lançamento e Fiscalização Tributária. Requisitos da Certidão de Dívida Ativa (CDA). Estudo de casos. Processo Judicial Tributário: ações do contribuinte contra o Fisco. Ações do Fisco. Objetiva o estudo de instrumentos processuais utilizados nas demandas administrativas e judiciais que envolvem controvérsias na esfera do Direito Administrativo. Nessa perspectiva, proporciona o manejo de instrumentos aptos à defesa de Direitos Fundamentais, como o meio ambiente saudável, o acesso à saúde pública, a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural, combate à improbidade administrativa, bem como, o resguardo de Direitos Individuais, em concursos públicos, procedimentos licitatórios entre outros. Ressalte-se, que a proteção desses direitos será estudada por meio da judicialização e pela resolução das demandas na esfera administrativa (resolução acordada), com o intuito de preparar o estudante para o litígio - quando este for inafastável - mas, sobretudo, para a resolução amigável do conflito.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BARROSO, D.; ARAUJO JUNIOR, M. A. **Prática Administrativa**. 7. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	BARROSO, D.; ARAUJO JUNIOR, M. A. **Prática Tributária**. 8. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	OLIVEIRA, R. C. R. **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999032/.
	SABBAG, E. **Prática Tributária**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530982188/.
	REVISTA DIREITO TRIBUTÁRIO INTERNACIONAL ATUAL (RDTI-ATUAL). São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) da Universidade de São Paulo (USP), 2016- . ISSN 2595-7155 versão *online*. Disponível em: https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTIAtual/index.	Periódico Científico	
C	CUNHA, C. R. **Praticabilidade tributária**:	-	Disponível em:

	eficiência, segurança jurídica e igualdade. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272597/.
	DI PIETRO, M. S. Z. *et al*. **Manual de Licitações e Contratos Administrativos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999490/.
	MACHADO, H. B.; MACHADO SEGUNDO, H. B. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778539/.
	MACHADO SEGUNDO, H. B. **LC 227/2026**: Reforma Tributária - IBS (Processo Administrativo) e ITCMD. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778317/.
	QUINTANILHA, G. S. **Manual de Direito Tributário**. 6. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998950/.
	REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA (RDAI). São Paulo: Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Administrativo e Infraestrutura – IBEDAC, 2017- . ISSN 2675-9527 versão *online*. Disponível em: https://rdai.com.br/index.php/rdai/index.	Periódico Científico	

Componente	**ATIVIDADES EXTENSIONISTAS VI**	**CH**	**60**

Definição, numa perspectiva histórico-filosófica, estudos referentes ao Centro Universitário e à Extensão Universitária e a sua função acadêmica e social. Analisa as concepções, a legislação e as tendências da Extensão nas Universidades Brasileiras. Aborda os procedimentos pedagógicos, metodológicos e técnico-científicos de projetos e atividades de extensão universitária, articulados ao ensino de graduação e à iniciação científica/Pesquisa.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSIC	CHAVES, V. S. **A dialogicidade extensionista a partir das relações multi, inter e/ou transdiciplinarares e interprofissionais**. Curitiba: Appris, 2020.	Biblioteca Física	-

	SERVA, F. M. **A extensão universitária e sua curricularização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.	Biblioteca Física	-
	CARVALHO, B. V. S. **Proteção de dados pessoais e direitos humanos**. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584937806/.
	PINHEIRO, P. P. **Proteção de Dados Pessoais**: Comentários À Lei N. 13.709/2018 (lgpd). 5. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623617/.
	DIREITO & TI. Porto Alegre: WB Educação, 2015- . ISSN 2447-1097 versão *online*. Disponível em: https://direitoeti.com.br/direitoeti/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	BIONI, B. R. **Proteção de Dados Pessoais** - A Função e os Limites do. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530994105/.
	SARLET, I. W.; SARLET, G. B. S.; BITTAR, E. C. B. **Inteligência artificial, proteção de dados pessoais e responsabilidade na era digital**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599527/.
	TAMER, M. **Manual de Direito da Proteção de Dados**. Rio de Janeiro: SRV, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629905/.
	TEIXEIRA, T.; GUERREIRO, R. M. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**: Comentada Artigo Por Artigo. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599015/.
	VIGLIAR, J. M. M. **Lgpd e a proteção de dados pessoais na sociedade em rede**: dados de crianças e adolescentes na internet; tratamento de proteção de dados no comércio eletrônico. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556275901/.
	REVISTA INTERAGIR DA UERJ. Rio de Janeiro: Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001- . ISSN 2236-4447versão *online*.	Periódico Científico	

	Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/index.		
Componente	**DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL**	**CH**	**60**

Estudo sobre a compreensão de diversos conceitos definidores ou subjacentes ao sistema de proteção social, como também dos princípios, autonomia, natureza e fontes do Direito Previdenciário e suas aplicações, influências e consequências na Previdência Social Brasileira, abordando a análise da seguridade social do país como um todo (saúde, previdência e assistência social) incidindo o enfoque sobre seus regulamentos de custeio e benefícios.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	AMADO, F. **Direito Previdenciário**. 19. ed. São Paulo: JusPodivm, 2025.	Biblioteca Física	-
	GARCIA, G. F. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 10. São Paulo: JusPodivm, 2026.	Biblioteca Física	-
	MARTINS, S. P. **Direito da Seguridade Social**. 44. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004740/.
	SANTOS, M. F.; LENZA, P. **Direito Previdenciário**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771521/.
	REVISTA DE DIREITOS SOCIAIS, SEGURIDADE E PREVIDÊNCIA SOCIAL. Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2525-9865 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadsps.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	AGOSTINHO, T. **Manual de Direito Previdenciário**. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623518/.
	ALENCAR, H. A. **Cálculo De Benefícios Previdenciários**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627660/.

	CASTRO, C. A. P.; LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998493/.
	GARCIA, G. F. B. **Curso de Direito Previdenciário**: Seguridade Social. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770791/.
	LAZZARI, J. B.; CASTRO, C. A. P.; KRAVCHYCHYN, G. L. **Guia de Prática Previdenciária Administrativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997908/.
	REVISTA BRASILEIRA DE PREVIDÊNCIA. Curitiba: Centro Universitário UniCuritiba, 2012- . ISSN 2317-0158 versão *online*. Disponível em: https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/previdencia.	Periódico Científico	

Componente	**ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV - ÁREA TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA**	**CH**	**125**

Formação simulada de autos processuais. Redação de peças processuais. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assecuratórias, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos processuais. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e arbitragem. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica nesta ementa. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GIDI, A. **Redação Jurídica Estilo Profissional**: forma, estrutura, coesão e voz. 5. ed. São Paulo: JusPodivm, 2026.	Biblioteca Física	-
	SOUZA, B. A. **Inteligência artificial generativa na prática jurídica**. São Paulo: Thomson Reuters, 2025.	Biblioteca Física	-
	MACHADO SEGUNDO, H. B. **LC 227/2026**: Reforma Tributária - IBS (Processo Administrativo) e ITCMD. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778317/.
	OLIVEIRA, R. C. R. **Curso de Direito**	-	Disponível em:

	Administrativo. 14. ed. Rio de Janeiro: Método, 2026.		https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999032/.
	REVISTA DE FINANÇAS PÚBLICAS, TRIBUTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Rio de Janeiro: Portal de Publicações Eletrônicas da UERJ, 2013- . ISSN 2317-837X versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfptd/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CUNHA, C. R. **Praticabilidade tributária**: eficiência, segurança jurídica e igualdade. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272597/.
	MACHADO SEGUNDO, H. B. **Lc 214/2025 Comentada**: Reforma Tributária - Ibs, Cbs e Is. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778621/.
	MACHADO SEGUNDO, H. B. **Reforma Tributária Comentada e Comparada**: Emenda Const. 132 de 20 de Dezembro de 2023. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778355/.
	NOHARA, I. P. D. **Direito Administrativo**. 15. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778393/.
	OLIVEIRA, R. C. R. **Licitações e Contratos Administrativos** - Teoria e Prática. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999513/.
	REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO. Argentina: Ediciones UNL / REDOEDA – Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, 2014- . ISSN 2362-583X versão *online*. Disponível em: https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Redoeda/pt_BR/index.	Periódico Científico	

OPTATIVAS			
Componente	**LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS**	**CH**	**30**

As necessidades especiais e suas dificuldades. Desenvolvimento da comunicação em língua de sinais. Reconhecer as diversidades de surdos, o trabalho e a função do intérprete de língua de sinais. Identificará parâmetros da gramática na língua de sinais para avaliação diferenciada. Organização e fortalecimento de estudos teóricos e práticos da língua brasileira de sinais (libras). Inserção da temática de educação inclusiva.

	Bibliografia	Acervo	
		Físico	Virtual
BÁSICA	CORRÊA, Y.; CRUZ, C. R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291687/.
BÁSICA	MORAIS, C. E. L. *et al*. **Libras**. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027305/.
BÁSICA	MOURA, C.; BEGROW, D. D. V. **Libras e surdos**: políticas, linguagem e inclusão. São Paulo: Contexto, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555413953/.
BÁSICA	QUADROS, R. M. MACHADO, R. N.; SILVA, J. B. **Introdução ao estudo da Libras**. São Paulo: Contexto, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555416367/.
BÁSICA	RELLÍS - REVISTA DE ESTUDOS DE LIBRAS E LÍNGUAS DE SINAIS. Santa Catarina: Grupo de Pesquisa em Estudos de Libras e Educação de Surdos, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2020- . ISSN 2763-5082 versão *online*. Disponível em: https://periodicosonline.uems.br/estudosdelibras/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	PEREIRA, R. C. **Surdez**: Aquisição de Linguagem e Inclusão Social. 2. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788554651619/.
COMPLEMENTAR	PLINSKI, R. R. K.; MORAIS, C. E. L.; ALENCASTRO, M. I. **Libras**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024595/.

	QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. **Língua de sinais**: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: ArtMed, 2009.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536325200/.
	QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de sinais brasileira**. Porto Alegre: ArtMed, 2003.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536311746/.
	QUADROS, R. M. **Língua de herança**. Porto Alegre: Penso, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291113/.
	REVISTA SCIAS LÍNGUA DE SINAIS. Minas Gerais: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Comunicação e Tecnologia (NECT), Núcleo de Pesquisa Sobre Conhecimento e Educação, Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2021- . ISSN 2965-5617 versão *online*. Disponível em: https://revista.uemg.br/sciasls/index.	Periódico Científico	

Componente	**EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS**	**CH**	**30**

Compreender a complexidade do fenômeno humano na defesa da vida, da liberdade, fraternidade e da solidariedade; ancorada nos elementos que fundamentam sua identidade em relação ao Estado, no desenvolvimento de uma consciência crítica das manifestações jurídicas; subsidiando o operador do direito na fronteira entre a crença, os valores do sujeito histórico e as garantias fundamentais constitucionais; fornecendo instrumentos teóricos para uma melhor percepção da contextualização jurídica de novos olhares da ferramenta dos Direitos Humanos. Conforme ressalta o programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2005): Ao propor a construção de uma cultura universal de direitos humanos por meio do conhecimento, de habilidades e atitudes, aponta para as instituições de ensino superior a nobre tarefa de formação de cidadãos (ãs) hábeis para participar de uma sociedade livre, democrática e tolerante com as diferenças étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico- individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras. (BRASIL, 2008).

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	BAZILIO, L. C. **Infância, educação e direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2011.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924378/.

	LIMA, C. A. S. **Cidadania, direitos humanos e educação**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935529/.
	RADDATZ, V. L. S. **Educação e Comunicação para os Direitos Humanos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541903097/.
	SCHILLING, F. **Educação e direitos humanos**: percepções sobre a escola justa. São Paulo: Cortez, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922466/.
	REVISTA SCIAS. DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO. Minas Gerais: Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Conhecimento e Educação da Faculdade de Educação do Campus Belo Horizonte da Universidade do Estado de Minas Gerais/COED/FaE/CBH/UEMG e Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), 2018- . ISSN 2596-1772 versão *online*. Disponível em: https://revista.uemg.br/sciasdireitoshumanoseducacao/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	CANDAU, V. M. *et al*. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922473/.
	NIELSSON, J. G.; STURZA, J. M.; WERMUTH, M. A. D. **Direitos humanos e diversidade**: desafios para pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento na educação. Ijuí: Unijuí, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541904445/.
	RAYO, J. T. **Educação em direitos humanos**: rumo a uma perspectiva global. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2003.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536317779/.
	SILVA, A. M.M.; TIRIBA, L. **Direito ao ambiente como direito à vida**: desafios para	-	Disponível em: https://integrada.min

	a educação em direitos humanos. São Paulo: Cortez Editora, 2014.		habiblioteca.com.br/reader/books/9788524923838/.
	SILVA, A. M. M. **Educação superior**: espaço de formação em direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922411/.
	REVISTA DE DIREITOS HUMANOS EM PERSPECTIVA. Santa Catarina: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), 2015- . ISSN 2526-0197 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/index.	Periódico Científico	

Componente	**EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**	**CH**	**30**

Educação para as relações étnico-raciais. Conceitos de raça e etnia, mestiçagem, racismo e racialismo, preconceito e discriminação. Configurações dos conceitos de raça, etnia e cor no Brasil: entre as abordagens acadêmicas e sociais. Cultura afro- brasileira e indígena. Políticas de Ações Afirmativas e Discriminação Positiva – a questão das cotas. Trabalho, produtividade e diversidade cultural.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	FRANÇA, D. X. **A psicologia social do desenvolvimento nas relações raciais e racismo**. São Paulo: Blucher, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555501643/.
	GOMES, N. L.; SILVA, P. B. G. E. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582179598/.
	GOMES, N. L. **Um olhar além das fronteiras** - educação e relações raciais. São Paulo: Autêntica, 2007.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551302309/.
	GOMES, N. L.; ABRAMOWICZ, A. **Educação e raça** - Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. São Paulo: Autêntica, 2010.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582178164/.
	REVISTA EM FAVOR DE IGUALDADE	Periódico Científico	

	RACIAL (REFIR). Acre: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), 2018- . ISSN: 2595-4911 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/RFIR/index.		
COMPLEMENTAR	BOCK, A. M. B.; TEIXEIRA, M. L. T.; FURTADO, O. **Relações sociais e a vida coletiva**: aspectos psicológicos e desafios étnico-raciais. Rio de Janeiro: Expressa, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786587958279/.
	FURLANI, J. **Educação sexual na sala de aula** - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. São Paulo: Autêntica, 2011.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582178195/.
	IMANI, B. **Leia isso e aprenda**: sobre raça, classe, gênero, deficiência e muito mais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550819532/.
	LAFER, C. **A internacionalização dos direitos humanos**: Constituição, racismo e relações internacionais. Barueri: Manole, 2005.		Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443170/.
	LIMA, M. E. O. **Psicologia Social do Preconceito e do Racismo**. São Paulo: Blucher, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555500127/.
	REVISTA DIVERSIDADE & EDUCAÇÃO. Rio Grande do Sul: Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, 2013. ISSN 2358-8853 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.furg.br/divedu/about.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO E CIDADANIA**	**CH**	**30**

Estudo dos Fundamentos e Desenvolvimento Histórico da Construção dos Direitos do Homem. Análise da Cidadania Enquanto Fenômeno Jurídico. A Cidadania na Sociedade Capitalista. O Discurso Liberal da Cidadania. Neoliberalismo e Cidadania. Ética e Cidadania. Pluralismo, Tolerância e Cidadania.

Bibliografia	**Acervo**	
	Físico	**Virtual**

BÁSICA	MIOTO, R. C. T.; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924019/.
	MORAES, A.; KIM, R. P. **Cidadania**. Rio de Janeiro: Atlas, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522486403/.
	POCOCK, J. **Cidadania, Historiografia e Res Publica**. São Paulo: Almedina Brasil, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724053332/.
	POLICARPO, D. **Superior tribunal de justiça**: origem, formação e propósito do tribunal da cidadania. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276809/.
	REVISTA CIDADANIA E ACESSO À JUSTIÇA. Santa Catarina: CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2015- . ISSN 2526-026X versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/acessoajustica.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	LIMA, C. A. S. **Cidadania, direitos humanos e educação**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935529/.
	PINSKY, J. **Cidadania e educação**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 1998.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448475/.
	SCHONARDIE, E. F.; BEDIN, G. A.; LEVES, A. M. P. **Direitos humanos e vulnerabilidades sociais**: os impactos emergenciais do neoliberalismo na sociedade atual. Ijuí: Unijuí, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788541904155/.
	WEILER, A. L. D. *et al*. **Direito Público e Direito Privado**: Reflexões Acadêmicas Sobre Cidadania, Democracia e Direitos Humanos. Ijuí: Unijuí, 2021.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865

			86074529/.
	WEILER, A. L. D. *et al*. **Direito público e direito privado**: reflexões acadêmicas sobre cidadania, democracia e direitos humanos. v.2. Ijuí: Unijuí, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786586074994/.
	REVISTA CIÊNCIAS JURÍDICAS E CIDADANIA. Taubaté: Universidade de Taubaté – UNITAU, 2018- . ISSN 2526-026X versão *online*. Disponível em: https://periodicos.unitau.br/juridicas-e-cidadania/issue/archive.	Periódico Científico	

Componente	**MEDICINA LEGAL**	**CH**	**30**

Introdução ao Estudo da Medicina Legal; A aplicabilidade da Medicina na prática do Direito Penal; Conhecimentos da Traumatologia Forense, Tanatologia e Sexologia Forense; Crimes Sexuais; Estudo da Psiquiatria Forense, doenças e perturbações mentais e as suas consequências na aplicação da pena; Pericias e Peritos; Lesões corporais leves, graves e gravíssimas; Identificação e distinção de Homicídios, suicídios e acidentes; Documentos médico-legais; Antropologia Forense.

	Bibliografia	**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	AVELAR, L. E. T.; BORDONI, L. S.; CASTRO, M. M. **Atlas de medicina legal**. Rio de Janeiro: MedBook, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786557830086/.
	FRANÇA, G. V. **Pareceres IV - Esclarecimentos Sobre Questões de Medicina Legal e de Direito Médico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-1980-3/.
	NUCCI, G. S. **Prática Forense Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997717/.
	UCHÔA, A. L. A. **Medicina Legal Decifrada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559646340/.
	PERSPECTIVAS EM MEDICINA LEGAL E PERÍCIA MÉDICA (PERSPECTIVAS). São Paulo: Associação Brasileira de Medicina Legal e Perícia Médica (ABMLPM), 2016- .	Periódico Científico	

	ISSN 2526-0928 versão *online*. Disponível em: https://www.perspectivas.med.br/.		
COMPLEMENTAR	BARROS, D. M. **Introdução à psiquiatria forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582715185/.
	CHACON, L. F. R.; SODERO, L. H. L. A. S. **Prática Forense para estagiários**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502146457/.
	HUSS, M. T. **Psicologia forense**: pesquisa, prática clínica e aplicações. Porto Alegre: ArtMed, 2010.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536325545/.
	MIZIARA, I. D.; MIZIARA, C. S. M. G. **Manual prático de sexologia forense**: da graduação à prática médica. Barueri: Manole, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520468395/.
	SOARES, J. A. *et al*. **Forense Computacional**. Porto Alegre: SAGAH, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902029/.
	BRAZILIAN JOURNAL OF FORENSIC ANTHROPOLOGY & LEGAL MEDICINE (BJFA&LM). Brasília: Associação Brasileira de Antropologia Forense (ABRAF), 2020- . ISSN 2675-6951 versão *online*. Disponível em: https://www.bjfalm.com/ojs/index.php/bjfalm/about.	Periódico Científico	

Componente	**CIÊNCIAS FORENSES E CRIMINALÍSTICA MODERNA**	**CH**	**30**

Introdução à Criminalística. Legislação aplicada à Criminalística. Dinâmica do Local de Crime. Perícias e Peritos. Laudo Pericial. Toxicologia Forense (Análise de Drogas Ilícitas). Genética Forense. Documentoscopia. Computação Forense.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSI	DELMANTO, R. **A antessala da esperança**: crônicas forenses. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/

			reader/books/97885 02183285/.
	MARTINIS, B. S.; DORTA, D. J.; COSTA, J. L. **Toxicologia forense**. São Paulo: Blucher, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885 21213680/.
	PEREIRA, E. S. **Introdução às Ciências Policiais**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885 84935048/.
	SOARES, J. A. *et al*. **Forense Computacional**. Porto Alegre: SAGAH, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 56902029/.
	REVISTA BRASILEIRA DE CRIMINALÍSTICA. Brasília: Associação Brasileira de Criminalística (ABC), 2011- . ISSN 2237-9223 versão *online*. Disponível em: https://revista.rbc.org.br/index.php/rbc.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	MOREAU, R. L. M. **Ciências Farmacêuticas** - Toxicologia Analítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-277-2860-7/.
	NUCCI, G. S. **Código Penal Comentado**. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885 30998974/.
	SERAFIM, A. P.; SAFFI, F. **Psicologia e práticas forenses**. 3. ed. Barueri: Manole, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 55761344/.
	SOARES, J. A. *et al*. **Forense Computacional**. Porto Alegre: SAGAH, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865 56902029/.
	UCHÔA, A. L. A. **Medicina Legal Decifrada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865

			59646340/.
	REVISTA CRIMINALÍSTICA E MEDICINA LEGAL. Minas Gerais: Associação de Criminalística do Estado de Minas Gerais – ACEMG ISSN, 2016- . ISSN 2526-2785 versão *online*. Disponível em: https://revistacml.com.br/.	Periódico Científico	

Componente	**ÉTICA, SOCIEDADE E DIREITO**	**CH**	**30**

Sociologia geral. Sociologia do direito e sociologia jurídica. Direito e sociedade. Teorias sociológicas clássicas e perspectivas sociológicas do direito. Função social, fato social e direito. Estrutura social e direito. Direito e sistema social. Direito e ação social. Direito e conflito social.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	ALMEIDA, G. A.; CHRISTMANM, M. O. **Ética e Direito**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522467150/.
	CAVALIERE FILHO, S. **Programa de Sociologia Jurídica**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559776092/.
	GOLDBERG, J. P.; TARTUCE, F. **Ética, Tecnologia e Direito**. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775613/.
	ZIPPELIUS, R. **Sociologia do direito e do Estado**: noções fundamentais. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502209640/.
	REVISTA DE DIREITO E SOCIEDADE: estudos interdisciplinares. Mato Grosso do Sul: Faculdade FINAN e ASSECS (Associação Educacional do Cone Sul), 2024- . ISSN 2965-8810 versão *online*. Disponível em: http://www.diresociedade.periodikos.com.br/.	Periódico Científico	
COMP	ALENCAR, A. C. **Inteligência Artificial, Ética e Direito**: Guia Prático para Entender o Novo Mundo. Rio de Janeiro: Expressa, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97865

			53620339/.
	COSTA, E. F. **Deontologia Jurídica** - Ética das Profissões Jurídicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5629-5/.
	GOLDBERG, J. P. **O Direito no Divã**: Ética da Emoção. 2. ed. São Paulo: Edições 70, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788562938955/.
	RODRIGUES, W. G. *et al*. **Ética geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024564/.
	SANTOS, B. S. **O direito dos oprimidos**: sociologia crítica do direito v.1. São Paulo: Cortez Editora, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924088/.
	REVISTA DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Rio, 1991-. ISSN 1516-6104 versão *online*. Disponível em: https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/index.	Periódico Científico	

Componente	**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE**	**CH**	**30**

Refletir sobre Educação Ambiental, globalização e universalização do Direito Ambiental e sua repercussão na modificação fática e compreensiva das realidades social, econômica e jurídica. Imprescindibilidade de que tais realidades recebam exame científico multidisciplinar. Novo contexto que exige ampliação da noção de sustentabilidade para outros segmentos, além da questão ambiental sendo associada ao tripé: meio ambiente, transformação econômica e impactos sociais à ótica do preceituado no texto constitucional à luz do Art. 225/CF.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	OLIVEIRA, S. V. W. B.; LEONETI, A.; CEZARINO, L. O. **Sustentabilidade: princípios e estratégias**. Barueri: Manole, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520462447/.
	PHILIPPI JR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. 2.	-	Disponível em: https://integrada.min

	ed. Barueri: Manole, 2014.		habiblioteca.com.br/reader/books/9788520445020/.
	PHILIPPI JR., A.; FREITAS, V. P.; SPÍNOLA, A. L. S. **Direito Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520439241/.
	PINOTTI, R. **Educação ambiental para o século XXI**: No Brasil e No Mundo. 2. ed. São Paulo: Blucher, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521210566/.
	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (REVBEA). São Paulo: Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), 2004- . ISSN 1981-1764 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/index.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	IBRAHIN, F. I. D. **Educação Ambiental**: Estudo dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade. Rio de Janeiro: Érica, 2014.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536521534/.
	PEREIRA, A. C.; SILVA, G. Z.; CARBONARI, M. E. E. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2011.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502151444/.
	ROSA, A. H.; FRACETO, L. F.; MOSCHINI-CARLOS, V. **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788540701977/.
	RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental**: abordagens múltiplas. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2009.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563899873/.
	SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: ArtMed, 2005.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536315294/.
	PESQUISA EM EDUCAÇÃO	Periódico Científico	

	AMBIENTAL. São Paulo: Universidade Estadual Paulista – Unesp, 2006- . ISSN 1980-1165 versão *online*. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/index.		

Componente	**DIREITO URBANÍSTICO E AGRÁRIO**	**CH**	**30**

Direito Agrário: Noções introdutórias e conceitos básicos. Reforma agrária. Princípios constitucionais. Legislação nacional especifica. Tributação da terra e sobre a atividade rural. Assistência financeira e credicia. Direito Urbanístico. Conceituação e analise sintetizada do espaço urbano. Elementos constituídos de paisagem urbana. Aspectos sócio-culturais da cidade. O meio de comunicação. Reestruturação urbana, renovação e conservação, preservação do meio ambiente urbano. Região metropolitana, características e interações. Planejamento metropolitano. Aspectos jurídicos e institucionais de planejamento metropolitano.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	HAVRENNE, M. **Direito Agrário**. Rio de Janeiro: Método, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644865/.
	LUCCHESI, S. T. *et al*. **Planejamento urbano e regional**: o município. Porto Alegre: SAGAH, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500396/.
	MANO FILHO, B. C. C. **Tributação da Atividade Rural**. São Paulo: Almedina Brasil, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935895/.
	MARQUES, B. F.; MARQUES, C. R. S. **Direito Agrário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009118/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO URBANÍSTICO (RBDU). São Paulo: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), 2015 - . ISSN 2448-1386 versão *online*. Disponível em: https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/index.	Periódico Científico	
C	COLAÇO, A. **Guia Prático do Arrendamento Urbano**. 2. ed. São Paulo:	-	Disponível em: https://integrada.min

	Almedina, 2020.		habiblioteca.com.br/reader/books/9789724085401/.
	FERREIRA, R. M. **Estatuto da Cidade Comentado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553613052/.
	MATTOS NETO, A. J. **Curso de Direito Agroambiental Brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621477/.
	RAMIRES, V. F.; MARIANO, G. F. **Legislação urbana e prática profissional**. Porto Alegre: SAGAH, 2017.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595022232/.
	SILVA, E. *et al*. **Assistência técnica e extensão rural**. Porto Alegre: SAGAH, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581492168/.
	REVISTA DE DIREITO DA CIDADE. Rio de Janeiro: Projeto de Extensão do Programa de Pós Graduação – Mestrado e Doutorado - em Direito da Faculdade de Direito da UERJ, 2006- . ISSN: 2317-7721 versão *online*. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/rdc/index.	Periódico Científico	

Componente	**DIREITO E INOVAÇÃO**	**CH**	**30**

Direito Sistêmico: Exercício estratégico, humanizado e consensual. Constelações Familiares. NeuroLaw: Estudos Interdisciplinares entre Direito e Neurociências. Gestão de Comunicação Processual. Legal Design. Design Thinking. Visual Law. Processo eletrônico, certificado digital e softwares jurídicos. Jurimetria. Impacto das Tecnologias e Mídias Sociais.

Bibliografia		**Acervo**	
		Físico	**Virtual**
BÁSICA	GREGORIO, A. **Inovação no Judiciário**. São Paulo: Blucher, 2019.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580393941/.
	NEVES JUNIOR, P. C. **Judiciário 5.0**: inovação, governança, usucentrismo,	-	Disponível em: https://integrada.min

	sustentabilidade e segurança jurídica. São Paulo: Blucher, 2020.		habiblioteca.com.br/reader/books/9786555500479/.
	TEIXEIRA, T.; LOPES, A. M. **Startups e inovação**: direito no empreendedorismo. 2. ed. Barueri: Manole, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520461976/.
	TOCCI, G.; SAMICO, P.; CARNEIRO, T. **Transformação Jurídica**: Criatividade É Comportamento... Inovação É Processo. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623729/.
	REVISTA DE DIREITO, INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E CONCORRÊNCIA (RDIPIC). Santa Catarina: CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito, 2015- . ISSN 2526-0014 versão *online*. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistadipic.	Periódico Científico	
COMPLEMENTAR	ALENCAR, A. C. **Inteligência Artificial, Ética e Direito**: Guia Prático para Entender o Novo Mundo. Rio de Janeiro: Expressa, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620339/.
	ANUNCIAÇÃO, C. S. *et al*. **Direito, inteligência artificial e algoritmos**: desafios jurídicos na era da tecnologia extrema. São Paulo: Almedina Brasil, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939404/.
	CAVALCANTI, C.; FILATRO, A. **Design Thinking**: Inovação com Propósito. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571442269/.
	LAGE, F. C. **Escritórios Online e Prática Jurídica Digital**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628182/.
	MAIA, A. C.; NYBØ, E. F.; CUNHA, M. **Legal Design** - Criando documentos que fazem sentido para o usuário. Rio de Janeiro: Expressa, 2020.	-	Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/97885

			53613687/.
	REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. Paraná: Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário UNIVEL, 2021- . ISSN 2965-0860 versão *online*. Disponível em: https://periodicos.univel.br/ojs/index.php/redir/index.	Periódico Científico	

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no desenvolvimento das atividades dos cursos da Faculdade de Goiana - FAG favorecem ao desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos de forma excelente. Enquanto diretriz pedagógica, as metodologias de ensino adotadas pelo curso refletem a necessidade de adequação aos princípios teórico-metodológicos concebidos no âmbito do seu projeto pedagógico.

Essa adequação se objetiva por meio de aulas teóricas e práticas com intenso envolvimento dos estudantes, por meio de mecanismos que os incentivem a participar efetivamente, com um elenco de disciplinas inter-relacionadas do curso oferecido pela FAG resulta numa forma específica e particular em termos de metodologia, operacionalizando o conteúdo do curso e de suas disciplinas. Para a efetivação do ensino, a metodologia aplicada sofre variações decorrentes da necessária adequação para o atendimento às exigências educacionais da comunidade. A atuação do professor reflete, também, a necessidade de sintonia de sua didática com o perfil profissional traçado e a realidade pedagógica do educando.

Observa-se, consequentemente, no curso oferecido, a busca permanente de aproximação da teoria com a prática, na medida em que se proporcionam, paulatinamente, no transcorrer do curso, oportunidades de vivenciar situações de aprendizagem que extrapolem as exposições verbais em sala de aula.

A instituição assume assim seu papel de mediador e busca articular tais trocas, pois reconhece o educando como um o agente principal de sua própria aprendizagem, sendo capaz de construir satisfatoriamente seu aprendizado quando participa ativamente do processo. Assim, o Curso de Graduação visa à qualificação e competência do egresso, adotando para tal, métodos de ensino e aprendizagem

diversificados e criativos. Sendo assim, no curso, as seguintes metodologias são empregadas:

Seminários: metodologia utilizada como uma forma de avaliação, preparando o aluno para a prática expositiva, sistematização de ideias, clareza ao discorrer sobre o assunto em pauta. Auxilia na comunicação e expressão oral;

Palestras: metodologia utilizada após o professor aprofundar determinado assunto, tendo o palestrante a finalidade de contribuir para a integração dos aspectos teóricos com o mundo do trabalho;

Ciclo de palestras: metodologia utilizada na busca de integração de turmas e avanço do conhecimento, trazendo assuntos novos e enriquecedores, além de proporcionar aos alunos a prática de cerimonial e organização de eventos, já que estes ciclos são elaborados pelos próprios alunos, sob a orientação do professor da disciplina competente;

Práticas em laboratórios: o curso utiliza laboratórios básicos e laboratórios aplicados ao desenvolvimento das competências e habilidades práticas de suas disciplinas. Esses laboratórios são montados de forma a possibilitar um ensino de alto nível e atualizado, colocando o aluno em contato com equipamentos regularmente utilizados na realidade profissional. Dessa forma, o aluno, ao se formar, poderá aplicar, em sua vida profissional, os conhecimentos úteis e importantes adquiridos nas aulas práticas. A partir do 5º período os alunos terão a sua disposição a empresa júnior, espaço de integração entre os conteúdos vistos em sala de aula e prática profissional;

Visitas técnicas: realização de visitas a empresas, órgãos e instituições visando a integrar teoria e prática, além de contribuir para o estreitamento das relações entre instituição de ensino e as esferas sociais relacionadas a área do curso, estabelecendo, dessa forma, uma visão sistêmica, estratégica e suas aplicações na área do curso;

Projetos culturais: projetos desenvolvidos pelos alunos, em prol da sociedade regional a serem desenvolvidos durante a implantação do curso, pelo coordenador, em conjunto com as demais turmas da escola e instituições correlatas;

Aulas expositivas: método tradicional de exposição de conteúdo, porém com a utilização de recursos tecnológicos que auxilia no processo de ensino e aprendizagem, tais como: audiovisuais, tais como, data show, TV, internet e vídeo. É preocupação constante a atualização e o aprimoramento do corpo docente no que tange à metodologia do ensino superior, diagnosticando-se carências e programando-se cursos/treinamentos de aperfeiçoamento didático- pedagógico.

Enfim, busca-se uma postura acadêmica por parte de todos os integrantes do corpo docente da faculdade. A avaliação do ensino de graduação da Faculdade de Goiana – FAG se materializa segundo a concepção da instituição. Todos os indicadores endógenos e exógenos, nos campos científico, técnico e cultural, servem de parâmetros para a concretização do processo de avaliação do ensino, para todos os cursos.

Tomando por base a programação departamental, cada professor é livre para procurar os procedimentos metodológicos que julgar mais adequados para o processo ensino-aprendizagem, a partir de aulas teóricas, aulas práticas, seminários, simpósios, estudo dirigido, estudos em grupo, áudio, vídeo e outros métodos, com apoio dos diferentes meios existentes.

Considerando que as avaliações dos alunos são baseadas nas competências, habilidades e conteúdos curriculares e que o próprio curso deve utilizar metodologias e critérios para acompanhamento e avaliação do processo ensino- aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação (Lei nº 10.861, de 14 de abril 2004 - SINAES) e com a dinâmica curricular, optamos por priorizar as práticas pedagógicas que utilizam as atividades grupais.

As práticas pedagógicas que serão empregadas no curso, da faculdade serão apoiadas em cinco concepções de ensino-aprendizagem:

- Aprendizagem autodirigida;
- Aprendizagem baseada em problemas ou casos;
- Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria;
- Aprendizagem orientada para a comunidade; e
- Aprendizagem interdisciplinar, conforme consta abaixo.

Aprendizagem autodirigida

O estudante deverá conhecer os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Como busca e aquisição de conhecimentos constitui um processo contínuo ao longo da vida de cada indivíduo, os estudantes, durante o curso, serão encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais no sentido de quanto estão se aproximando dos objetivos formulados.

Esta avaliação deve incluir a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos. Cada aluno poderá discutir suas características pessoais de aprendizagem com seu tutor e/ou orientador. Desta forma, procurar-se-á estimular os

discentes para que desenvolvam sua capacidade de compreensão dos conteúdos ministrados através de práticas personalizadas de estudo com o auxílio de professores escolhidos pelos mesmos e nomeados pela direção acadêmica da ies como responsáveis pela orientação do discente.

Aprendizagem baseada em problemas ou casos

Na aprendizagem baseada em problemas ou casos, o caso é utilizado como estímulo à aquisição de conhecimento e compreensão de conceitos. Nesta metodologia deve-se buscar: Aclarar o problema oferecido, explorandoos dados apresentados e refletindo se existe alguma pergunta sobre a descrição do problema que possa ser formulada para melhor explicá-lo;

- Resumir os dados oferecidos no problema, especificando: o que é o problema? Do que trata o problema?
- Identificar os pontos importantes do problema, definindo quais são as áreas de conhecimento relevantes;
- Identificar o conhecimento atual relevante ao problema, frente aos objetivos de aprendizagem propostos;
- Desenvolver hipóteses, a partir da explicação dos dados apresentados no problema;
- Identificar o conhecimento adicional requerido para melhorar a compreensão do problema, baseado nas necessidades de aprendizagem individual e/ou grupal;
- Identificar os recursos de aprendizagem apropriados, dentre uma diversidade: livros, periódicos, base de dados local ou remota, programas interativos multimídia, entrevistas com professores; profissionais ou usuários, vídeos, laboratórios, comunidade, isto é, quais são as fontes de recursos mais apropriadas à exploração deste problema?
- Procurar novos conhecimentos, utilizando recursos de aprendizagem apropriados, o que implica em ampliar os horizontes de busca além dos limites institucionais (outras bibliotecas, outros acervos, outros locais passíveis de utilização no processo ativo de ensino-aprendizagem);
- Sintetizar os conhecimentos prévios e novos em relação ao problema, isto é, baseado em sólidas evidências científicas, como pode explicar o problema agora?
- Repetir alguns ou todos os passos anteriores, se necessário;
- Reconhecer o que foi identificado como uma necessidade de aprendizagem, mas que não foi adequadamente explorado, para incursões complementares;
- Sintetizar os conhecimentos auferidos e, se possível, testar a compreensão do conhecimento adquirido por sua aplicação em outro casoou problema.

Neste sentido, o discente poderá vivenciar situações práticas em sala de aula e em visitas técnicas conduzidas e orientadas por professores responsáveis por

disciplinas específicas.

Aprendizagem em pequenos grupos de tutoria

A aprendizagem baseada em problemas pode ocorrer tanto de maneira individual como em pequenos grupos. Porém, é no grupo tutoria que o pensamento crítico pode ser encorajado e argumentos levantados, ideias podem ser construídas de maneira criativa, novos caminhos podem ser estabelecidos, permitindo a análise coletiva de problemas que espelhem a prática profissional futura.

O aluno deve desenvolver competências para tornar-se um integrante ativo, com contribuições para o grupo, seja este um grupo de aprendizagem, de pesquisa ou de trabalho formado por profissionais. O grupo de tutoria representa, portanto, um laboratório para aprendizagem sobre a integração humana, onde alunos podem desenvolver habilidades de comunicação, relacionamento interpessoal e a consciência de suas próprias reações no trabalho coletivo, constituindo uma oportunidade para aprender a ouvir, a receber e assimilar críticas, e por sua vez, oferecer análises e contribuições produtivas ao grupo.

É um fórum onde os recursos dos membros do grupo são mais efetivos que a somatória das atividades individuais. O grupo tutoria promove a oportunidade para a autoavaliação, na qual o aluno pode analisar seu próprio progresso, seus pontos fortes e as áreas que requerem atenção. Os grupos de tutoria serão compostos por alunos e suas atividades orientadas por um professor Tutor, escolhido pelos alunos e nomeado pela direção acadêmica da FAG.

Aprendizagem orientada para a comunidade

Processos educacionais orientados à comunidade consistem em proporcionar atividades de ensino-aprendizagem que utilizam extensivamente a comunidade como ambiente/situação de aprendizagem.

A interação com a comunidade deve ser desenvolvida continuamente em todas as séries do curso, notadamente a partir do 5º período com a implantação da empresa júnior. Está inserida numa filosofia educacional baseada na comunidade, com trabalho em equipe multiprofissional e

interdisciplinar. Esta comunidade inclui grupos sociais, empresas, escolas e instituições sociais, entre outras.

A interação comunitária permitirá ao aluno trabalhar com membros da comunidade, não se restringindo à temática estrita do curso, mas estendendo- se em outros setores relacionados aos problemas existentes ou potenciais identificados.

Os alunos conduzirão, em equipes, pesquisas na comunidade, desenvolvendo experiências em análise e solução de problemas.

A meta da interação comunitária será proporcionar aos alunos, por meio de um trabalho contínuo durante todo o curso de graduação, conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à prática profissional. Esta meta será alcançada a partir do desenvolvimento de atividades em comunidades-alvo, através da execução de projetos de pesquisa e extensão elaborados e coordenados por professores com o auxílio da coordenação do curso, além do envolvimento ativo do aluno na preparação e ministração de cursos e/ ou oficinas dirigidas à comunidade.

Aprendizagem interdisciplinar

Aprendizagem baseada em correlações efetivadas entre as disciplinas que constituem a estrutura curricular do curso, resultando em produtos teóricos e práticos de convergências teórico-metodológicas. Nesta proposta pedagógica, os campos de conhecimento se aglutinam no sentido de ampliar e interagir suas formas epistemológicas, em seu sentido prático ou teórico.

Nesse sentido, a experiência pedagógica interdisciplinar apresenta uma visão integradora em suas abordagens sobre os diversos objetos de prática e estudos na área do curso. Assim, a interdisciplinaridade invoca um olhar crítico, reflexivo, consentâneo com as formas contemporâneas da formação profissional. Estas práticas apoiam-se numa metodologia que busca uma interação entre aluno – professor – conteúdo. Preza-se que o educando conheça os primeiros passos do caminho para aprender a aprender. Os estudantes são encorajados a definir seus próprios objetivos de aprendizagem e tomar a responsabilidade por avaliar seus progressos pessoais. No entanto, o aluno é acompanhado e avaliado, e essa avaliação inclui a habilidade de reconhecer necessidades educacionais pessoais, desenvolver um método próprio de estudo, utilizar adequadamente uma diversidade de recursos educacionais e avaliar criticamente os progressos obtidos

3 ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR

As atividades de estágio supervisionado dos cursos da Faculdade de Goiana são obrigatórias, preponderantemente práticas e devem proporcionar ao educando a participação em situações reais de vida e trabalho, em todas as funções da carreira escolhida pelo estudante, além de práticas simuladas.

O Estágio Obrigatório Supervisionado deverá propiciar ao estagiário uma interpretação jurídica melhor contextualizada, em relação aos conflitos de interesses

entre os entes da sociedade, por meio da prática jurídica simulada e real. As negociações coletivas, arbitragens e conciliação, incluindo redação de peças processuais e profissionais, assistência a audiências e sessões judiciais, visitas a órgãos judiciários, prestação de serviços de assistência jurídica e judiciária, serão realizadas pelos estagiários, devidamente orientados pelos docentes lotados no Núcleo de Prática Jurídica.

Entendendo como articulação necessária entre teoria e prática para formação do profissional da área jurídica, a Faculdade de Goiana disponibiliza matriz curricular que contempla uma ampla carga horária destinada às práticas jurídicas do curso de Bacharelado em Direito. São disciplinas obrigatórias das práticas jurídicas, iniciadas a partir do sétimo semestre do curso de Bacharelado em Direito: a Prática Jurídica I, destinada à área do direito civil; a Prática Jurídica II, destinada à área do direito penal; a Prática Jurídica III, destinada às áreas do direito empresarial e do direito do trabalho; e a Prática Jurídica IV, destinada às áreas do direito tributário e administrativo.

Além das práticas simuladas, acima descritas, que contabilizam carga horária individual de 60 horas, são também obrigatórias as práticas jurídicas reais, desempenhadas principalmente no Núcleo de Práticas Jurídicas, da Faculdade de Goiana, denominadas de Estágio Supervisionado, de I a IV.

As atividades de práticas reais poderão ser complementadas com Convênios específicos de estágios, como Defensorias Públicas do Estado e da União, Ministérios Públicos do Estado e da União, Advocacia Geral da União, Tribunais Regionais do Trabalho, Federal e Eleitoral, além do Tribunal de Justiça do Estado e Justiças Estadual e Federal, entre outros. Mesmo nesses casos, não estão dispensados os discentes de realizarem as atividades práticas do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Goiana, conforme previsto no PPC da Instituição de Ensino.

A formação do profissional do Direito não pode se limitar apenas às disciplinas teóricas, ministradas em salas de aula, mesmo quando aparelhadas tecnologicamente para facilitar maior interação com a realidade virtual. O profissional das ciências sociais aplicadas deve ter contato com a realidade da vida, aprender a ouvir o cliente/assistido e a desenvolver o seu senso prático em relação às intervenções que deverão ser realizadas para solucionar os problemas do cotidiano, de maneira ágil, ética e competente.

O Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Goiana tem como objetivo integrar teoria e prática na formação acadêmica de seus alunos do curso de Bacharelado em Direito, através da prestação de assistência jurídica à população hipossuficiente do município de Goiana, capital do Estado de Pernambuco.

Com a supervisão de profissionais legalmente habilitados, o discente poderá atender clientes/assistidos, oferecendo orientação jurídica e esclarecimentos, bem como propondo acordos e judicializando demandas nas matérias de Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Tributário, Direito Empresarial, Direito do Consumidor e Direito Previdenciário. Por se tratar de atendimento à população hipossuficiente, a apropriação da função social desse tipo de prestação de serviço, favorece o desenvolvimento de profissionais mais humanizados, aptos a promoverem uma sociedade mais justa e mais respeitosa.

4 COMPOSIÇÃO DAS PRÁTICAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE GOIANA

As práticas jurídicas da Faculdade de Goiana - FAG, em conformidade com o projeto pedagógico do curso, são compostas por atividades simuladas, desenvolvidas em salas de aula e ministradas por professores da Faculdade, e pelas atividades reais, desempenhadas no Núcleo das Práticas Jurídicas, através dos Advogados Orientadores.

O Núcleo das Práticas Jurídicas, da Faculdade de Goiana - FAG, doravante denominado NPJ/FAG é composto pela coordenadoria de práticas jurídicas; pela secretaria; pelos advogados orientadores; e pelos discentes.

5 DA COORDENADORIA DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS

O coordenador do NPJ/FAG, professor titular da Faculdade de Goiana e advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, será

escolhido pelo Diretor da Faculdade, em atenção aos critérios estabelecidos no PPC da instituição de ensino, e deverá cumprir uma carga horária semanal de 20 horas, na sede do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Goiana - FAG, de segunda a sexta-feira, no horário de 14h às 17h.

5.1 São atribuições do Coordenador do NPJ/FAG:

I – Supervisionar as atividades desenvolvidas no NPJ/FAG;

II – Zelar pelo cumprimento do Regimento Interno do NPJ/FAG;

III – Coordenar as atividades dos advogados orientadores, inclusive quanto à distribuição de tarefas desempenhadas em função das práticas jurídicas;

IV – Coordenar as atividades dos professores responsáveis pelas disciplinas de Prática Jurídica simulada, realizadas em sala de aula;

V – Estabelecer as formas de avaliação para as variadas práticas jurídicas na Faculdade de Goiana - FAG, respeitando seus respectivos Planos de Ensino e especificidades de cada área abrangida;

VI – Propor ações de cunho acadêmico e social pertinentes às finalidadesdo Núcleo de Práticas Jurídicas;

VII – Apresentar Relatórios à Diretoria da Faculdade de Goiana - FAG, ao final de cada semestre letivo, com a discriminação dos atendimentos realizados e das ações programadas;

VIII – Atender a todos com zelo e presteza, agindo com decoro em todos os atos que represente a Instituição de Ensino.

6 DA SECRETARIA

A secretaria do NPJ/FAG será exercida por funcionário do corpo técnico administrativo da Faculdade de Goiana - FAG, ficando sob sua responsabilidade o arquivamento dos documentos produzidos pelos discentes e pelos advogados no Núcleo de Práticas Jurídicas, bem como das peças e documentos produzidos nas atividades simuladas das práticas jurídicas em salas de aula.

6.1 São atribuições da secretaria:

I – Recepcionar os clientes/assistidos do NPJ/FAG, mediante entrega de ficha de atendimento e encaminhamento aos discentes e advogados;

II – Elaborar sistema de arquivamento de pastas físicas e dados eletrônicos dos atendimentos realizados;

III – Arquivar pastas físicas e eletrônicas das atividades realizadas pelos discentes;

IV – Manter atualizado quadro de audiências, diligências e atividades afetas ao NPJ/FAG;

V – Zelar pelos equipamentos e solicitar os materiais de apoio ao setor competente da IES, necessários ao exercício das atividades do NPJ/FAG, como resmas de papel, canetas, furadores, grampeadores e grampos, pastas, cartuchos, entre outros.

7 DOS ADVOGADOS ORIENTADORES

Os advogados orientadores deverão orientar os discentes em suas atividades no NPJ/FAG, em conformidade com os ditames da ética profissional e com o que prevê o estatuto dos advogados, assistindo e supervisionando todos os atos praticados pelos alunos.

7.1 São funções próprias dos advogados orientadores:

I – Orientar as atividades dos discentes no NPJ/FAG;

II – Corrigir todos os documentos produzidos pelos discentes;

III - Assinar as peças, pareceres, declarações ou outros similares, de interesse das partes assistidas pelo NPJ/FAG, em conjunto ou separadamente, com os discentes e/ou outros advogados que tenham colaborado com a tarefa;

IV – Avaliar o desempenho dos alunos sob sua supervisão, mediante relatório detalhado das atividades propostas e realizadas pelos discentes;

V – Propor e conduzir as tarefas próprias no NPJ/FAG de atendimento, consultoria, conciliação e judicialização.

8 DOS DISCENTES

Os discentes matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado I, II, III e IV deverão realizar suas atividades de prática jurídica real no NPJ/FAG, cumprindo carga horária de 3 (três) horas semanais, a serem exercidas num único dia da semana, a ser definido no momento da matrícula. Somente discentes regularmente matriculados na instituição de ensino poderão desempenhar atividades supervisionadas no NPJ/FAG.

Além das atividades propostas pelos advogados orientadores, que supervisionarão os discentes, é dever do aluno matriculado em estágio supervisionado o cumprimento de carga horária específica de audiências e sessões, como parte de sua avaliação ordinária.

A participação dos discentes em audiências e sessões dos tribunais é de livre escolha do aluno, em conformidade com sua disponibilidade de dias e horários, bem como dos locais de mais fácil acesso, como Fórum do Recife, Tribunal Eleitoral, Tribunal do Trabalho, Tribunal Federal, Juizados Especiais, Justiça do Trabalho e Justiça Federal.

O discente deverá contabilizar ao final de cada etapa avaliativa, pelo menos, 3

(três) horas de audiências ou sessões, mediante registro em carteirinha própria, emitida pela IES e assinada pelo coordenador de práticas jurídicas.

8.1 São deveres dos discentes:

I – Realizar as atividades propostas pelos advogados orientadores, como atendimento ao cliente/assistido; elaboração de peças jurídicas e documentos pertinentes à demanda, como procurações, declarações e afins;

II – Agir com proatividade e ética em todas as atividades do NPJ/FAG;

III – Cumprir carga horária em conformidade com sua matrícula;

IV – Postar-se com respeito e educação perante todos que frequentam o NPJ/FAG;

V – Vestir-se adequadamente para a atividade das práticas jurídicas, como exercício preparatório de sua vida profissional futura.

8.2 São direitos dos discentes:

I – Serem avaliados de modo objetivo e com parâmetros claros e precisos;

II – Pedir revisão de sua avaliação, quando entender desproporcional a nota recebida e as atividades desempenhadas;

III – Submeter-se, alternativamente, a sistemas de avaliação diferenciados, quando se tratar de aluno portador de necessidades especiais devidamente comprovadas ou quando estiverem sob programa de acompanhamento especial temporário;

IV – Realizar atividades próprias do NPJ/FAG no interesse exclusivo dos clientes/assistidos.

9 DA AVALIAÇÃO DOS DISCENTES

As disciplinas de práticas jurídicas serão coordenadas pelo coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Goiana - FAG.

9.1 O sistema de avaliação das Práticas Jurídicas I (Cível), II (Penal), III (Empresarial e Trabalhista) e IV (Administrativo e Tributário), denominadas práticas simuladas, que acontecem sob a orientaçãode professores em salas

de aula, será composto da seguinte forma:

a) A realização das peças semanais em aula ministrada pelo professor orientador, corresponde a 30% (trinta por cento) da nota total, e a avaliação modelo OAB segunda fase, correspondente a 70% (setenta por cento) da nota total do aluno.

b) A soma das peças e sua qualidade terá a atribuição de 3,0 (três) pontos e a avaliação (Etapas I e II) terá a atribuição de 7,0 (sete) pontos, sendo 1,0 (um) ponto para uma questão prática estilo OAB segunda fase e 6,0 (seis) pontos para a peça jurídica. A soma dos pontos totalizará 10,0 (dez) pontos, facultado ao professor orientador realizar uma atividade complementar correspondente a 1,0 (um) ponto extra.

c) Caso o aluno não obtenha pontuação suficiente para aprovação direta, ficará submetido à avaliação final, que corresponderá a uma nota de variação entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), acompanhando os mesmos critérios que as demais avaliações institucionais dessa categoria.

d) Não será permitido nenhum outro modo de avaliação final, exceto dentro do programa de acompanhamento especial aplicável a cada situação específica.

e) É de responsabilidade de cada professor orientador a elaboração desuas avaliações e disponibilização junto aos alunos dos casos que serão objeto de estudo nas aulas de Prática Jurídica, em conformidade com os respectivos Planos de Ensino.

f) A avaliação parcial (por etapa) deverá conter uma questão subjetiva, de teor prático, com limitação de linhas para resposta e necessariamente fundamentada em artigos de legislação, estando permitido ao aluno apenas o uso do Vade Mecum ou assemelhado, sem comentários ou anotações, de formato físico e não eletrônico, nos moldes da prova OAB segunda fase.

g) Constatada a insuficiência de pontos para aprovação por média, o aluno se submeterá a uma avaliação final, que corresponderá a uma peça a ser solicitada pelo professor orientador, dentre aquelas que foram abordadas na Unidades I ou II, em conformidade com os conteúdos trabalhados ao longo do semestre.

9.2 O sistema de avaliação do Estágio Supervisionado, de I a IV, denominado práticas reais, será composto por um conjunto de 05 (cinco) tarefas para cada Etapa do semestre, que valerão 2,0 (dois) pontos cada uma, totalizando 10,0 (dez) pontos.

a) Cada Etapa corresponderá a uma Avaliação Institucional (AV I e AV II).

b) Na hipótese do aluno não obter pontuação suficiente para aprovação direta, ficará submetido à avaliação final, que corresponderá a uma nota de variação entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), acompanhando os mesmos critérios que as demais avaliações institucionais dessa categoria.

c) Não será permitido nenhum outro modo de avaliação final, exceto dentro do programa de acompanhamento especial aplicável a cada situação específica.

d) É de responsabilidade de cada advogado orientador a elaboração de suas avaliações e disponibilização junto aos alunos dos casos que serão objeto de estudo nas aulas de Prática Jurídica, em conformidade com os respectivos Planos de Ensino, e de conformidade com o Regulamento do Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade de Goiana - FAG.

e) A avaliação parcial (por etapa) de cada aluno deverá ser preenchida de acordo com o formulário institucional e assinada pelo advogado orientador, que deverá justificar o resultado final, sempre que a soma dos pontos obtidos pelo aluno não for suficiente para sua aprovação direta.

f) Constatada a insuficiência de pontos para aprovação por média, o aluno se submeterá a uma avaliação final, que corresponderá a uma peça a ser solicitada pelo Advogado Orientador, dentre aquelas que foram abordadas nas Etapas I ou II, em conformidade com os conteúdos trabalhados ao longo do semestre.

10 DAS CARTEIRINHAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS DISCENTES

Os discentes regularmente matriculados no Estágio Supervisionado, desempenhado no NPJ/FAG somente terá validada a carga horária referente às audiências e sessões em órgãos do Poder Judiciário, quando portadores das carteirinhas de estágio, emitidas pela instituição de ensino, devidamente identificadas com nome, matrícula e foto atualizada do aluno, bem como assinada pelo coordenador do NPJ/FAG.

A emissão das carteirinhas é de responsabilidade da IES e deverá ser disponibilizada para os alunos do estágio supervisionado até a segunda semana depois de iniciadas as aulas do semestre letivo correspondente. O discente assinará ata de recebimento, devendo utilizar exclusivamente para anotação de audiências e sessões em que tenha comparecido, em atendimento ao disposto nos itens 5 e 6.2 deste regulamento.

11 DAS OMISSÕES

Os atos e situações não previstos neste regulamento que afetem o desenvolvimento das atividades no NPJ/FAG serão submetidas e resolvidas pela Coordenação Geral e pela Direção, na forma do PPC e demais normas da instituição de ensino.

12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares caracterizam-se como um componente curricular obrigatório que visam estimular a formação do aluno autônomo, que busca novas oportunidades de aprendizagem além dos componentes da estrutura curricular estabelecidos pelo curso. É um mecanismo de aproveitamento de estudos e experiências realizadas pelo acadêmico, complementares à integralização curricular, que deverá ser realizado ao longo do curso, desde que obedecidas às normas e prazos da instituição para o cumprimento de tal atividade.

Deve-se prever a inclusão de atividades de caráter científico, cultural e acadêmica, articulando-se com e enriquecendo o processo formativo do aluno como um todo, prevendo a ampliação do universo cultural dos alunos e diversificando os espaços educacionais, tais como: seminários, apresentações, exposições, participações em eventos científicos, estudo de caso, ações de caráter científico, técnico, cultural e comunicativo, produções coletivas, monitorias, resolução de situação-problema, e projetos de ensino.

A carga horária das atividades complementares deve atender às Diretrizes Curriculares de cada curso e categorizam-se em dois tipos: Atividades Complementares Dirigidas, aquelas definidas pelo Colegiado do Curso e promovidas pela Faculdade de Goiana - FAG e Atividades Complementares Abertas, aquelas que o aluno desenvolve independente da instituição, e categorizam-se em 3 (três) grupos: Grupo 1 - Atividades de Ensino; Grupo 2 - Atividades de Pesquisa; e Grupo 3 - Atividades de Extensão.

São objetivos das Atividades Complementares:

- Preparar e integrar o discente na prática profissional;
- Comprometer o estudante no desenvolvimento de um processo de autogestão em diferentes setores de atuação, a partir do saber acadêmico adquirido;
- Ampliar a visão acadêmico-científico-cultural do discente, visando à formação de um profissional atento às transformações da sociedade;
- Proporcionar ao estudante espaços diferenciados para a aquisição do saber,

estabelecendo relações com a atuação profissional;

- Levar o estudante à reflexão, considerando o saber acadêmico e as implicações com os princípios éticos e de cidadania;
- Inserir o estudante na pesquisa, visando à autonomia do sujeito na construção do saber;
- Formar profissionais qualificados para atuar com flexibilidade, adequação e criatividade na prática profissional;
- Flexibilizar o currículo pleno do curso;
- Proporcionar ao estudante aperfeiçoamento crítico-teórico e técnico-instrumental.

O cômputo das horas de atividades complementares, para integralização curricular, será feito de acordo com o Regulamento de Atividades Complementares.

ANEXO I

Relatório de Atividades Complementares

FAG - FACULDADE DE GOIANA Relatório de Atividades Complementares				
1. Dados do Requerente				
Aluno		**Curso**	**Matrícula**	
Atividade Complementar realizada				
Espécie	**Carga Horária**	**Data**	**Hora**	**Local e Instituição**
2. Declaramos junto a FAG - FACULDADE DE GOIANA que o aluno supracitado participou das atividades mencionadas neste formulário. **Goiana,_____de_____de____.**				
Nome e cargo do coordenador/organizador da atividade	**Assinatura**	**Telefone da instituição**		

4. Descrição detalhada da atividade desenvolvida (anexar relatório, se necessário).		
5. Assinatura do Estudante	**Telefone para contato**	**Data**
6. Nome do Coordenador	**Assinatura**	**Data**
7. Carga Horária validada(por extenso)		

ANEXO II

Protocolo para recebimento de documento comprobatório derealização de Atividades Complementares

FAG – FACULDADE DE GOIANA

Aluno:_____

Matríc. :_____Telefone_____

Recebida cópia para fins de validação como

ANEXO III

TABELA CARGA HORÁRIA MÍNIMA E MÁXIMA POR ATIVIDADE

	Atividades Complementares	Carga Horária Mínima	Carga Horária Máxima

I	Participação em atividades culturais diversas, tais como exposições, peças teatrais, palestras, feiras culturais e comerciais, filmes exibidos em cinemas de arte ou na própria Faculdade.	02 horas	30 horas
II	Participação como ouvinte em defesas de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado, acompanhado do respectivo relatório a ser elaborado pelo aluno e entregue ao Coordenador do Curso;	02 horas	30 horas
III	Participação em congressos, simpósios, workshops,oficinas e outros eventos relacionados.	02 horas	30 horas
IV	Participação em minicursos que possibilitem efetiva contribuição para a formação profissional.	02 horas	30 horas
V	Participação em cursos à distância e outras atividades de extensão.	02 horas	30 horas
VI	Participação em visitas técnicas a empresas promovidas pelos professores ou pela Faculdade.	02 horas	30 horas
VII	Realização de cursos (línguas estrangeiras, informática,entre outros) que contribuam para a formação profissional.	08 horas	60 horas
VIII	Exercício de monitoria.	08 horas	60 horas
IX	Participação efetiva, individual ou coletiva, em atividades científicas, tais como programas de iniciação científica, publicações de livros ou capítulos de livro, artigos acadêmicosou não, filmes e softwares, promovidos pela FAG - FACULDADE DE GOIANA ou por outras instituições.	08 horas	60 horas
X	Participação em atividades comunitárias e de extensão promovidas pela FAG - FACULDADE DE GOIANA ou por outras instituições, por período letivo.	08 horas	60 horas
XI	Participação de grupos de estudo, com a devidaorientação docente e frequência registrada.	12 horas	100 horas
XII	Disciplinas extracurriculares, cursadas na FAG - FACULDADE DE GOIANA ou em outras instituições de ensino superior.	12 horas	100 horas
XIII	Participação em projetos da Empresa Júnior.	12 horas	100 horas
XIV	Participação em estágios não curriculares oferecidos por organizações públicas, privadas e não-governamentais.	12 horas	100 horas

13 REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

DIRETRIZES GERAIS

13.1 DO CONCEITO E PRINCÍPIOS

As atividades complementares são componentes curriculares de caráter acadêmico, cultural e científico, cujo objetivo central é permitir e estimular a prática de estudos independentes, opcionais, transversais, interdisciplinares e de permanente e contextualizada interação com o campo profissional do estudante, de forma a

promover, em conjunto com as demais atividades acadêmicas, seu desenvolvimento intelectual, o preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

Quando realizadas e efetivadas de acordo com as presentes Diretrizes, promovendo a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento de competências e habilidades, verificados através dos competentes mecanismos de avaliação, as Atividades Complementares serão consideradas e validadas sob o mérito acadêmico pela FAG - FACULDADE DE GOIANA, mesmo se realizadas fora da instituição, e desde que apresentem vínculos com o mundo profissional e social do estudante.

As Atividades Complementares que compõem os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação promovidos pela FAG - FACULDADE DE GOIANA obedecem aos seguintes princípios e diretrizes:

a) Despertar no discente, desde o início do curso, a necessidade de interação de sua futura profissão com outras áreas de conhecimento, em especial a cultura e o trabalho, através de uma maior flexibilidade curricular dos cursos de graduação;

b) Estimular a criação cultural e desenvolvimento do espírito científico do estudante, através de incentivo à permanente e contextualizada atualização profissional;

c) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade;

d) Estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade através de promoção à participação dos estudantes nas atividades de extensão visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica.

Além dos princípios e diretrizes citados, deve-se cumprir e respeitar:

a) as estratégias para a realização das atividades de caráter acadêmico, científico e cultural, componentes dos Projetos Pedagógicos decada curso, desde o primeiro período;

b) o cumprimento da carga horária de Atividades Complementares, de acordo com as Diretrizes de cada curso;

c) a supervisão e o controle das Atividades Complementares realizado pelo Coordenador de Curso, no que se refere a carga horária e a coerências com a formação acadêmica e profissional do aluno;

d) as normas para registro das Atividades Complementares no Histórico Escolar do aluno a serem instituídas pela Secretaria Acadêmica.

14 DAS ESPÉCIES DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Em conformidade com as diretrizes e princípios supramencionados, serão consideradas para efeito de validação acadêmica as seguintes espécies de Atividades Complementares:

I. Participação em atividades culturais diversas, tais como exposições, peças teatrais, palestras, feiras culturais e comerciais, filmes exibidos em cinemas de arte ou na própria Faculdade;

II. Participação como ouvinte em defesas de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado, acompanhado do respectivo relatório a ser elaborado pelo aluno e entregue ao Coordenador do Curso;

III. Participação em congressos, simpósios, workshops, oficinas e outros eventos relacionados;

IV. Participação em minicursos que possibilitem efetiva contribuição para a formação profissional;

V. Participação em cursos à distância e outras atividades de extensão;

VI. Participação em visitas técnicas a empresas promovidas pelos professores ou pela Faculdade;

VII. Realização de cursos (línguas estrangeiras, informática, entre outros) que contribuam para a formação profissional;

VIII. Exercício de monitoria;

IX. Participação efetiva, individual ou coletiva, em atividades científicas, tais como programas de iniciação científica, publicações de livros ou capítulos de livro, artigos acadêmicos ou não, filmes e softwares, promovidos pela FAG - FACULDADE DE GOIANA ou por outras instituições;

X. Participação em atividades comunitárias e de extensão promovidas pela FAG - FACULDADE DE GOIANA ou por outras instituições;

XI. Participação de grupos de estudo, com a devida orientação docente e frequência registrada;

XII. Disciplinas extracurriculares, cursadas na FAG - FACULDADE DE GOIANA ou em outras instituições de ensino superior;

XIII. Participação em projetos da Empresa Júnior;

XIV. Participação em estágios não curriculares oferecidos por organizações públicas, privadas e não-governamentais.

As Atividades Complementares, definidas anteriormente, são classificadas de acordo com as categorias abaixo:

I. Categoria A: atividades correspondentes aos itens I, II, III, IV, V, VI;

II. Categoria B: atividades correspondentes aos itens VII, VIII, IX, X;

III. Categoria C: atividades correspondentes aos itens XI, XII, XIII, XIV.

O aluno deve desenvolver no decorrer do Curso as Atividades Complementares nas três categorias, observando o seguinte quadro de distribuição de número mínimo e máximo de horas em cada uma das categorias:

I. Categoria A: 02 a 30 horas;

II. Categoria B: 08 a 60 horas;

III. Categoria C: 12 a 100 horas.

15 DA VALIDAÇÃO E DO REGISTRO ACADÊMICO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

a) Para fins de validação acadêmica o discente deverá apresentar ao coordenador de curso documento comprobatório e/ou relatório de atividades complementares (anexo i) de sua participação em uma das espécies de atividades supramencionadas;

b) A validação das Atividades Complementares através da apresentação dos respectivos documentos comprobatórios será de competência única e exclusiva do Coordenador de Curso;

c) O discente apresentará o certificado comprobatório à Secretaria da

Faculdade em 02 (duas) vias (original e cópia simples). Após a conferência com a via original, será aposto no documento original o carimbo de "RECEBIDA CÓPIA PARA FINS DE VALIDAÇÃO COMO ATIVIDADE COMPLEMENTAR" (Anexo II), sendo este devolvido ao aluno. A cópia será encaminhada ao Coordenador de Curso para posterior validação;

d) O Coordenador de Curso, de posse de cópia do documento comprobatório apresentado, avaliará a coerência das atividades realizadas com as presentes diretrizes, e, quando de acordo, validará a carga horária da respectiva atividade, encaminhado o documento para registro pela Secretariada Faculdade;

e) Será de responsabilidade da Secretaria da Faculdade a conferência e o registo no Sistema Acadêmico das informações fornecidas pelo Coordenador de Curso, devendo também se responsabilizar pelo arquivo dos documentos na pasta do discente;

f) Na hipótese de não haver certificado, o estudante deverá preencher o Relatório de Atividades Complementares, descrevendo em detalhes a atividade e demonstrando efetivos participação e aproveitamento.

16 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) As Atividades Complementares realizadas pelo aluno e que não constem no rol de atividades elencadas, terão efeito para validação e registro acadêmico mediante o atendimento dos requisitos destas diretrizes;

b) Para fins de aproveitamento, serão considerados como carga horária mínima os valores apresentados no Anexo III destas diretrizes. Caberá ao Coordenador do Curso a definição da carga horária máxima por atividade complementar realizada;

c) Para fins comprobatórios, o aluno poderá solicitar à secretaria da Faculdade declaração específica (certificado de cumprimento de atividades complementares), contendo as cargas horárias total, a cumprir e cumpridas de atividades complementares;

d) Em caso de dúvidas quanto ao aproveitamento de carga horária realizado pelo Coordenador de Curso, o discente poderá requerer à secretaria da faculdade revisão das atividades complementares mediante solicitação fundamentada esta em princípio, será realizada pelo Coordenador de Curso. Persistindo as dúvidas, o requerente poderá solicitar, em última instância, composição de banca para dirimi-las;

e) As solicitações de revisão e banca examinadora de aproveitamento de carga

horária serão concedidas apenas no semestre em que foram realizadas as atividades complementares e de acordo com as normas vigentes na faculdade sobre a matéria;

f) É de responsabilidade do Coordenador de Curso informar aos estudantes sobre os prazos e demais disposições sobre as atividades complementares, além de incentivá-los quanto ao cumprimento dessas desde o primeiro período, em reuniões específicas, evitando o acúmulo de carga horária para o último semestre letivo;

g) As atividades complementares cursadas em outras instituições por alunosque ingressaram na FAG – Faculdade de Goiana, nas modalidades transferência ou portador de diploma, poderão ser validadas, mediante avaliação do Coordenador de Curso e desde que tenham sido cumpridas no período em que o discente estava realizando o curso do qual foi transferido ou diplomado;

h) As atividades complementares realizadas por alunos da FAG – Faculdade de Goiana que optaram por transferência interna de curso, poderão ser validadas, mediante avaliação do Coordenador do Curso que acolheu o discente, e cumprindo-se os requisitos destas diretrizes;

i) Na hipótese de realização de novo vestibular na FAG – Faculdade de Goiana para o mesmo curso, as atividades complementares já cumpridas poderão ser validadas e registradas para o novo currículo;

j) Atividades complementares realizadas durante os períodos de trancamento ou abandono do curso, poderão ser validadas mediante análise do poderão ser validadas mediante análise do Coordenador de Curso, quando de reabertura de matrícula ou readmissão;

k) A validação e registro acadêmico das atividades complementares no sistema acadêmico, serão realizados apenas pela secretaria da faculdade, a cada semestre letivo, desde o seu início até o seu encerramento, respeitando-se os prazos determinados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Encerrado o período letivo, eventuais retificações serão realizadas mediante justificativa do Coordenador de Curso;

l) Semestre letivo, desde o seu início, até o seu encerramento, respeitando-se os prazos determinados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

m) Os casos omissos serão encaminhados ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para julgamento em última instância.

17 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso constitui instrumento que possibilita ao acadêmico a oportunidade de demonstrar o grau de habilitação adquirida e os conhecimentos assimilados durante o curso.

Na medida em que o processo de formação educacional leva o aluno a prover seu próprio desenvolvimento, a Faculdade de Goiana - FAG deve proporcionar-lhe condições e requisitos essenciais para que direcione seus projetos de vida, sólida formação teórico-prática para a compreensão do mundo jurídico e social e atuação e liderança na sociedade.

A formação baseada em aspectos de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, integração entre teoria e prática, traduz também qualificação e dedicação do corpo docente às atividades acadêmicas e à produção científica.

A Faculdade de Goiana - FAG disponibilizará um professor-orientador para cada grupo de seis a dez alunos, nas atividades de orientação do Trabalho de Conclusão de Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade curricular opcional de cada curso, por decisão de seu Conselho, exceto nos casos em que as Diretrizes Curriculares Nacionais, fixadas pelo MEC, determinarem em contrário, exatamente como ocorre no caso do Curso de Direito, onde o referido trabalho é componente curricular obrigatório.

De acordo com as características do curso, o TCC deverá ser uma monografia, conforme disciplinado pelo colegiado competente, na forma regimental.

Apresenta-se, a seguir, o regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, que disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de projetos de graduação dos cursos da Faculdade, incluindo a escolha do tema e a consequente orientação docente.

18 REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título I Disposições Preliminares

Art. 1º o presente regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com o trabalho de conclusão do curso de direito

Art. 2º o Trabalho de Conclusão de Curso consiste em uma pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de uma monografia, em qualquer ramo do Direito.

Art. 3º os objetivos gerais do Trabalho de Conclusão de Curso são os de propiciar aos alunos do curso a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica do Direito.

Título II

Do Coordenador de Monografia

Art. 4º o coordenador do curso deve indicar um coordenador de monografia.Art. 5º ao

coordenador de monografia compete, em especial:

I - Atender aos alunos matriculados nas disciplinas Trabalho de Conclusãode Curso I e II;

II - Proporcionar, com a ajuda dos professores orientadores, orientaçãobásica aos alunos em fase de iniciação do projeto de monografia;

III - Convocar reuniões, sempre que necessário, com os professores orientadores e alunos matriculados nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I e II;

IV - Indicar professores orientadores para os alunos que não os tiverem;

V - Elaborar cronograma de atividades a serem desenvolvidas no decorrer do semestre, em conformidade ao calendário acadêmico;

VI - Manter fichário atualizado, onde conste o nome e dados de identificação do aluno em fase de elaboração da monografia, título da monografia, nome do professor orientador e atividades desenvolvidas;

VII - Receber e analisar o projeto da monografia e os relatórios parciais;VIII -

indicar ao coordenador do curso as bancas examinadoras;

IX - Receber as monografias e encaminhá-las às bancas examinadoras;

X - Publicar editais, respeitado o prazo deste regulamento, fazendo constar data, hora e local em que será realizada a audiência pública, bem como o nome dos membros que compõem a banca examinadora;

XI - Manter arquivo atualizado das atas das audiências públicas;

XII - Providenciar o encaminhamento à biblioteca central de cópias das monografias aprovadas; e

XIII - Tomar, no âmbito de sua competência, todas as demais medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste regulamento.

Título III

Dos Professores Orientadores

Art. 6º O Trabalho de Conclusão do Curso é desenvolvido sob a orientação de um professor do curso.

Parágrafo único - o Trabalho de Conclusão do Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação.

Art. 7º Cabe ao aluno escolher o professor orientador, devendo, para esse efeito, realizar o convite levando em consideração os prazos estabelecidos neste regulamento para a entrega do projeto de monografia.

§ 1º ao assinar o projeto de monografia, o professor está aceitando a sua orientação.

§ 2º pode o aluno contar com a colaboração de profissional que não faça parte do corpo docente do curso, atuando como co-orientador, desde que obtenha a aprovação de seu orientador.

§ 3º o nome do co-orientador deve constar dos documentos e relatórios entregues pelo aluno.

Art. 8º Na situação em que o aluno não encontre nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação deve procurar o coordenador de monografia, a fim de que este lhe indique um orientador.

Parágrafo único - na indicação de professores orientadores, o coordenador de monografia deve observar as áreas de interesse dos professores, bem como a distribuição eqüitativa de orientados entre eles.

Art. 9° Cada professor pode orientar, no máximo, dez alunos por semestre.

Parágrafo único - a carga horária mensal, por aluno, destinada à orientação do Trabalho de Conclusão de Curso, para fins do cômputo da carga horária de ensino do docente no plano de trabalho, será de uma hora de orientação por acadêmico, totalizando no máximo dez horas de ensino para cada professor.

Art. 10 A troca de orientador só é permitida quando outro docente assumir formalmente a orientação, mediante aquiescência expressa do professor substituído.

Parágrafo único - é da competência do coordenador de monografia a solução de casos especiais, podendo ele, se entender necessário, encaminhá-los para decisão pelo coordenador do curso.

Art. 11 O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de monografia;

II - Atender semanalmente seus alunos orientados, em horário previamente fixado;

III - Avaliar o projeto da monografia, que lhe for entregue pelo orientando, atribuindo-lhe a respectiva nota, que deverá ser acompanhada de parecer de admissibilidade;

IV - Avaliar os relatórios parciais que lhes forem entregues pelo orientando, ao término da primeira etapa do trabalho de conclusão de curso, atribuindo-lhes as respectivas notas;

V - Assistir à audiência pública de seu orientado;

VI - Atuar, como suplente, na audiência pública de defesa da monografia de seu orientando, em caso de ausência de um dos membros designados para a banca examinadora;

VII - Assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da audiência pública de defesa da monografia;

VIII - Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Art. 12 - A responsabilidade pela elaboração da monografia é integralmente do aluno, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Título IV

Dos Alunos em Fase de Realização da Monografia

Art. 13 - É considerado aluno em fase de realização de monografia, todo aquele regularmente matriculado nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II pertencente ao currículo pleno do curso.

Art. 14 - O aluno, em fase de realização do Trabalho de Conclusão de Curso, tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de monografia ou pelo seu orientador;

II - Manter contatos, no mínimo quinzenais, com o orientador, para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III - Cumprir o calendário divulgado pela coordenadoria de monografia para entrega de projetos, relatórios parciais e monografia;

IV - Entregar ao orientador o projeto de monografia, em duas vias, a fim de que este o analise, atribua o grau devido e emita parecer de admissibilidade;

V - Entregar ao coordenador de monografia o projeto acompanhado do parecer de admissibilidade do orientador e do grau atribuído;

VI - Entregar ao orientadores relatórios parciais sobre as atividades desenvolvidas no período, em duas vias, a fim que este faça constar o grau atribuído e as observações pertinentes;

VII - Entregar ao coordenador de monografia, relatórios parciais sobre as atividades desenvolvidas no período, onde conste o grau atribuído pelo orientador às observações pertinentes;

VIII - Elaborar a versão final de sua monografia, de acordo com o presente regulamento e às instruções de seu orientador e do coordenador de monografia;

IX - Entregar ao coordenador de monografia, ao término da segunda etapa do trabalho de conclusão de curso, três cópias de sua monografia, devidamente assinadas pelo orientador, e cópia do arquivo em disquete;

X - Comparecer no dia, hora e local determinados para apresentar e defender a versão final de sua monografia;

XI - Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

Título V

Do Projeto de Monografia

Art. 15 - o aluno deve elaborar seu projeto de monografia de acordo com este regulamento e com as orientações do seu professor orientador, na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I.

Parágrafo único - a estrutura formal do projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da abnt sobre documentação, no que forem a eles

aplicáveis, compondo-se de:

I - Folha de rosto; II - Identificação; III - Tema;

IV - Delimitação do tema;

V- Formulação do problema (pergunta básica);

IV - Objetivos (geral e específico);

VII - justificativas;

VIII - Metodologia;

IX - Roteiro da monografia;

X - Instrumentos de pesquisa (quando houver pesquisa de campo);XI -

Cronograma de atividades;

XII - Levantamento bibliográfico inicial sobre o tema;

XIII - Parecer de admissibilidade do professor orientador.

Art. 16 - o projeto deve ser entregue ao coordenador de monografia, assinado pelo orientador responsável com cópia do arquivo em disquete, quando for digitado em computador, dentro do prazo estabelecido no cronograma de atividades.

§ 1º cabe ao coordenador de monografia e ao professor orientador a avaliação e aprovação dos projetos apresentados pelos alunos para que esses possam desenvolver a pesquisa, de acordo com a área escolhida, a redação e a defesa de suas monografias.

§ 2º o projeto reprovado deve ser devolvido ao aluno no prazo de até cinco dias, para que seja reformulado ou refeito e possa ser entregue novamente ao coordenador de monografia.

§ 3º aprovado, o projeto de monografia é arquivado na coordenação do curso de direito.

Art. 17 - para a aprovação do projeto de monografia deve ser levada em consideração a existência ou não de monografia já apresentada e defendida com base em projeto idêntico.

Art. 18 - aprovado o projeto de monografia, a mudança de tema só é permitida mediante a elaboração de um novo projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - Ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data de início do período letivo;

II - Haver a aprovação do professor orientador;

III - Existir a concordância do professor orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

IV - Haver a aprovação do coordenador de monografia.

Parágrafo único - pequenas mudanças, que não comprometam as linhas básicas do projeto, são permitidas a qualquer tempo, desde que autorizadas pelo orientador.

Título VI Da Monografia

Art. 19 - a monografia deve ser elaborada na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II considerando-se:

I - Na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação, no que forem a eles aplicáveis;

II - No seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 3º deste regimento e a vinculação direta do seu tema com a Ciência do Direito, pela sua inserção nas áreas de conhecimento jurídico identificadas pelas disciplinas ofertadas no currículo.

Art. 20 - a estrutura da monografia compõe-se de:I - capa padronizada;

II - folha de rosto;

III - folha de aprovação (parecer do professor orientador);IV - sumário;

V - introdução;

VI - desenvolvimento; VII - conclusão;

VIII - referências bibliográficas; IX - anexos (quando for o caso).

Art. 21 - a monografia deve ser apresentada preenchendo os seguintes requisitos:

I - datilografada ou impressa em espaço dois, em papel branco tamanho A4 (21 cm x 29,7 cm);

II - a soma das margens inferior e superior não pode ultrapassar quatro centímetros;

III - a soma das margens laterais esquerda e direita não pode ultrapassar cinco

centímetros;

IV - o corpo do trabalho (introdução, desenvolvimento e conclusão) deve possuir, no mínimo, trinta páginas de texto escrito.

Título VII

Da Banca Examinadora

Art. 22 - a versão final da monografia é defendida pelo aluno perante banca examinadora composta por um presidente e por outros dois membros, designados pelo coordenador do curso, mediante indicação do coordenador de monografia.

Parágrafo único - quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado o professor orientador como membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em casos de impedimento.

Art. 23 - a comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com três membros presentes.

§ 1º não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, deve ser comunicada, por escrito, ao coordenador do curso.

§ 2º não havendo o comparecimento de, no mínimo, três membros da banca examinadora, deve ser marcada nova data para a defesa, sem prejuízo do cumprimento da determinação presente no parágrafo anterior.

Art. 24 - todos os professores do curso podem ser convocados para participarem das bancas examinadoras, em suas respectivas áreas de atuação, mediante indicação do coordenador de monografia, aprovada pelo coordenador do curso.

Parágrafo único - deve, sempre que possível, ser mantida a eqüidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 6 (seis) comissões examinadoras por semestre.

Título VIII

Da Defesa da Monografia

Art. 25 - as sessões de defesa das monografias são públicas.

Parágrafo único - não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos das monografias antes de suas defesas.

Art. 26 - o coordenador do curso, em conjunto com o coordenador de monografia, deve elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega das monografias, designação das bancas examinadoras e realização das defesas.

§ 1º quando a monografia for entregue com atraso, a relevância do motivo deve ser avaliada pelo coordenador de monografia.

§ 2º não é admitido um segundo atraso, significando esse a reprovação na respectiva disciplina.

Art. 27 - após a data-limite para a entrega das cópias finais das monografias, o coordenador de monografia divulga a composição das bancas examinadoras e as salas destinadas às suas defesas.

Art. 28 - os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de quinze dias para procederem a leitura das monografias.

Art. 29 - na defesa, o aluno tem até trinta minutos para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até dez minutos para sua argumentação, dispondo ainda o discente de outros dez minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 30 - a atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§ 1º a nota final do aluno é o resultado da média das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora.

§ 2º para aprovação o aluno deve obter no mínimo Conceito C, na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 31 - a comissão examinadora pode reunir-se antes da sessão de defesa pública e, se reprovado por maioria, devolver a monografia para reformulações.

Parágrafo único - nessa situação a defesa é marcada para trinta dias após, contados da devolução da monografia ao aluno, feita essa mediante protocolo.

Art. 32 - a avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada na ata respectiva e, em caso de aprovação, na cópia da monografia que é destinada à biblioteca da instituição.

Art. 33 - o aluno que não entregar a monografia, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado na respectiva disciplina.

Art.34 - não há recuperação da nota atribuída à monografia, sendo a reprovação, nos casos em que houver definitiva.

§ 1º se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema de monografia e com o mesmo orientador.

§ 2º optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do trabalho de conclusão de curso.

Art. 35 - ao aluno cuja monografia haja sido reprovada, é vedada a defesa da mesma ou de nova monografia, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 36. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

19 ESTUDO DIRIGIDO

O discente é o facilitador da aprendizagem ajudando o aluno a aprender. E o incentivador e o ativador do aprender. E a técnica atende com vantagens, às exigências do processo de aprender, incentivando a atividade intelectual do aluno, força-o à descoberta de seus próprios recursos mentais, facilitando-lhe o desenvolvimento das habilidades e operações de pensamento significativas - identificar, selecionar, comparar, experimentar, analisar, concluir, solucionar problemas, aplicando o que aprendeu - e possibilitando-lhe ajustar-se às tarefas que deve executar para alcançar o previsto nos objetivos.

O estudo dirigido predispõe o aluno à criatividade, uma vez que sua finalidade principal está voltada à atividade de reflexão, e o pensamento reflexivo, de acordo com as circunstâncias do indivíduo, provoca a necessidade de inventar, buscar modos pessoais de operar com inteligência e resolver o que lhe foi proposto.

Um estudo dirigido pode ser utilizado para, entre outros objetivos:

- Oportunizar situações para o aluno aprender por meio de sua própria atividade, de acordo com o seu ritmo pessoal;
- Facilitar o atendimento das diferenças individuais, pelo professor;
- Favorecer o desenvolvimento do sentido de independência e desegurança do aluno;
- Possibilitar a criação, a correção e o aperfeiçoamento de hábitos de estudo, a fixação, a integração e a ampliação da aprendizagem.

No Estudo Dirigido é importante que o professor acompanhe o trabalho em todas as suas fases: na execução, na correção e na avaliação. Pode ser realizado em sala de aula ou como tarefa para casa.

20 POLÍTICAS DE PESQUISA

A FAG - FACULDADE DE GOIANA preconiza uma Política de Iniciação Científica e Tecnológica que prioriza a formação de recursos humanos através do aprimoramento acadêmico-profissional do aluno em todas as áreas do conhecimento.

Esta política possibilita o despertar e aprimorar de qualidades do estudante na formação da atitude científica que se reflete no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os novos desafios, que são a tônica de um mundo globalizado e competitivo.

Os objetivos que norteiam a Política de Iniciação Científica e Tecnológica são:

- Aprimorar o espírito de análise crítica e desenvolver o espírito científico do aluno;
- Incrementar a inovação de soluções através da participação do aluno em Iniciação Científica;
- Possibilitar a participação de alunos na atividade de pesquisa;
- Incentivar o aluno da graduação a dar continuidade a seus estudos por meio de cursos de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado;
- Preparar o aluno para a competitividade no mercado de trabalho;

- Aprimorar a formação acadêmica dos alunos contribuindo significativamente para a produtividade das linhas e projetos de pesquisa em que participam;
- Criar as condições favoráveis a participação de alunos de Iniciação Científica em eventos regionais, visando a qualidade dos resultados das pesquisas em que participam;
- Incentivar a produção científica discente própria ou em colaboração com seus orientadores, visando a criatividade e a crítica.

Participar em pesquisas de ponta, assim consideradas por representarem avanços significativos do conhecimento humano ou melhorias tecnológicas importantes para a qualidade de vida do cidadão, contribui para o desenvolvimento de um sentimento participativo do estudante para com sua comunidade. Estas pesquisas de ponta, na maioria das vezes de caráter inter e multidisciplinar, estimulam a formação do cidadão capacitado a trabalhar integrado a equipes, reconhecendo o papel do indivíduo e valorizando o trabalho conjunto, considerado fundamental na

formação de um executivo de sucesso.

No que diz respeito à Pesquisa, o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, realizados com qualidade, atende a mais um dos objetivos da FAG - FACULDADE DE GOIANA que, como instituição inserida na comunidade, procura concretizar os interesses coletivos da sociedade brasileira. Estes interesses refletem uma melhoria na qualidade de vida em nível regional, estadual e nacional à medida que a pesquisa científica avança no conhecimento e no desenvolvimento tecnológico trazendo novas soluções.

A FAG - FACULDADE DE GOIANA propõe, portanto, políticas que priorizem o desenvolvimento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento, com vistas ao avanço do conhecimento científico, promovendo a inovação tecnológica, o intercâmbio e a divulgação científica e tecnológica e contribuindo significativamente para a formação de recursos humanos, tendo como objetivos:

- Produzir o conhecimento ampliando as fronteiras científicas;
- Incrementar a produção científica nos Cursos;
- Incrementar a participação de docentes nas atividades de pesquisa, sem perda da qualidade dos projetos;
- Aumentar a produtividade com qualidade em pesquisa;
- Consolidar a presença da Faculdade nos eventos principais de cada área do conhecimento;
- Consolidar os processos de avaliação de pesquisa da FAG - FACULDADE DE GOIANA;
- Melhorar a qualidade e produtividade do gerenciamento da pesquisa na FAG - FACULDADE DE GOIANA;
- Promover o intercâmbio entre pesquisadores nacionais e estrangeiros;
- Implementar Laboratórios de Pesquisa;
- Consolidar os Grupos de Excelência da Instituição.

A política para a Iniciação Científica conduz à formação da atitude científica do estudante que se reflete no desempenho de um profissional capacitado a enfrentar os novos desafios, que são a tônica de um mundo globalizado e competitivo.

21 INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O sistema universitário tem como objetivo a formação integral do ser humano, preparando-o para a atividade profissional a ser exercida na sociedade. A qualidade desta formação é avaliada, em última instância, pelo sucesso que o egresso do Ensino

Superior atinge em sua vida profissional. A FAG - FACULDADE DE GOIANA, entre seus objetivos, e de acordo com os princípios éticos e comunitários que a regem, visa desenvolver o espírito crítico entre seus alunos e difundir os conhecimentos por todos os meios ao seu alcance.

Vivemos hoje em um mundo globalizado e altamente competitivo em decorrência dos avanços científicos e suas aplicações tecnológicas. O sucesso nas atividades profissionais de nossos egressos está vinculado à formação acadêmica que lhes propiciamos.

Além de conteúdos programáticos atualizados, próprios das mais variadas disciplinas ministradas por nossos professores dentro de modernas técnicas de ensino, para que se atinja uma formação além dos limites da informação, indispensável nestes dias para destacar o profissional que compete por novos postos do mercado de trabalho, faz-se necessário um trabalho de despertar qualidades que ajudarão estes egressos a terem sucesso em suas atividades futuras.

No desenvolvimento da investigação científica e tecnológica a FAG - FACULDADE DE GOIANA tem um valioso instrumental pedagógico e social para a consecução de seus objetivos educacionais. O fazer ciência, participando de atividades de pesquisa básica ou aplicada, tem um importante papel na formação do estudante universitário, no despertar e aprimorar de qualidades que se refletem no preparo de um profissional capacitado a enfrentar os problemas do dia a dia.

Espera-se do novo profissional a capacidade de dar respostas concretas e imediatas aos problemas que surgem em sua atividade diária, quando engajado no mercado de trabalho. A investigação do desconhecido ajuda a formar uma mente organizada no método científico, na análise crítica frente a novos desafios e na proposição e verificação experimental de hipóteses de trabalho a serem testadas de forma sistemática.

O espírito analítico-crítico, a inovação de soluções, a engenhosidade e o empreendedorismo, entre outras, são qualidades trabalhadas no cotidiano da pesquisa, importantes, também, no processo de formação do acadêmico por desenvolver neste, características desejáveis como autoconfiança, liderança e versatilidade.

Por sua vez o participar em pesquisas de ponta, assim consideradas por representarem avanços significativos no conhecimento humano ou tecnologicamente melhorias importantes na qualidade de vida do cidadão, contribuem para o desenvolvimento no estudante universitário de um sentimento participativo com sua

comunidade.

Estas pesquisas de ponta, na maioria das vezes de caráter multidisciplinar, estimulam a formação do cidadão, capacitado a trabalhar integrado a equipes, reconhecendo o papel do indivíduo e valorizando o trabalho do conjunto, aspectos estes hoje considerados fundamentais na formação de um profissional de sucesso.

22 REGULAMENTO DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO

Art. 1º - A Iniciação Científica é uma atividade de investigação, realizada por estudantes de graduação, no âmbito de projeto de pesquisa, orientado por pesquisador qualificado, e que visa ao aprendizado de técnicas e métodos científicos, bem como ao desenvolvimento da mentalidade científica e da criatividade, no confronto direto com os problemas oriundos da pesquisa.

Art. 2º - A iniciação científica é apoiada, pela Faculdade, por intermédio doPrograma de Iniciação Científica (PIC).

Art. 3º - O Programa de Iniciação Científica (PIC) da FAG - FACULDADE DE GOIANA consiste num instrumento de financiamento da pesquisa, complementar às outras formas de fomento, tanto internas quanto externas.

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 4º - O PIC-FAG é um instrumento que permite introduzir os estudantes dos cursos de graduação à pesquisa científica, configurando-se como poderosofator de apoio às atividades de ensino.

Art. 5º - O PIC-FAG tem como objetivos:

- iniciar e apoiar o aluno na prática da pesquisa científica;

- desenvolver a mentalidade científica, crítica e investigativa dos alunos;

- estimular o professor orientador a formar equipes de pesquisa;

- identificar e estimular os alunos com vocação para a investigação científica.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 6º - O gerenciamento do PIC-FAG fica a cargo da Diretoria que, nos termos do presente regulamento, baixará todos os atos necessários à sua execução.

Art. 7º - O PIC-FAG contará com um Comitê Diretor, com o objetivo de fornecer as diretrizes acadêmicas do programa, acompanhar e avaliar seu desenvolvimento, além de analisar e dar parecer sobre os pedidos de bolsas e sobre os relatórios dos bolsistas nos casos de renovação.

Art. 8º - O Comitê Diretor do PIC-FAG será constituído por três professores doutores, designados por ato da Diretoria.

Art. 9º - O Comitê Diretor poderá solicitar à Diretoria, que decidirá sobre sua conveniência, a colaboração de consultores ad hoc, tanto do corpo docente da instituição, quanto de outras IES, desde que necessária em razão do caráter especializado dos projetos em análise.

Art. 10 - Para avaliação do primeiro ano de implementação do PIC-FAG, será criado o Comitê Consultor Externo, formado por três professores doutores, membros ou ex-membros de comitês assessores de agências de fomentos, convidados pela Diretoria correspondente, na condição de consultores ad hoc, com o objetivo de avaliar o programa, bem como participar da análise dos pedidos de concessão de Bolsas de Iniciação Cientifica, nos padrões determinados pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Cientifica do CNPq (PIBIC/CNPq).

CAPÍTULO IV

DAS BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Art. 11 - A quota de bolsas de iniciação científica será fixada, até 31 de janeiro de cada ano, por portaria do Diretor, para cada curso de graduação.

Art. 12 - As Bolsas de Iniciação Cientifica serão distribuídas, conforme plano aprovado pela Diretoria, ouvido o Conselho Superior de Administração, consistem em remuneração mínima de quarenta por cento do salário mínimo, segundo Plano de Trabalho do Bolsista.

Art. 13 - O aluno poderá optar por participar dos projetos de iniciação científica sem a concessão de bolsa.

Art. 14 - As Bolsas de Iniciação Cientifica serão concedidas, no âmbito de projetos de pesquisa de docentes da FAG - FACULDADE DE GOIANA, que sejam, preferencialmente, doutores, com maior carga horária na instituição e com produção científica relevante nos últimos três anos, ressalvados os casos especiais, a juízo do

Comitê Diretor.

Art. 15 - O professor orientador deverá consagrar um mínimo de quatro horas- aula por bolsista, a título de orientação acadêmica. O professor orientador é pessoalmente responsável pelo acompanhamento das atividades do bolsista, devendo comunicar à Diretoria qualquer irregularidade ou inobservância do presente regulamento.

Art. 16 - A solicitação de Bolsa de Iniciação Cientifica deverá ser feita em formulário próprio acompanhado de projeto de pesquisa apresentado no padrão exigido pela Diretoria, conforme o roteiro aprovado pela Diretoria da FAG - FACULDADE DE GOIANA.

Art. 17 - Os projetos deverão ser encaminhados à Diretoria, com a chancela da coordenação do curso.

Art. 18 - O desenvolvimento do trabalho dos bolsistas será acompanhado por meio de relatórios parciais (semestrais) e finais (anuais), elaborados pelos próprios bolsistas, sob supervisão do professor orientador. Os relatórios devem conter os elementos exigidos pela Diretoria da FAG - FACULDADE DE GOIANA.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES DO BOLSISTA

Art. 19 - São obrigações do bolsista:

- cumprir o programa e a carga horária de trabalho estipuladas pelo professor orientador;
- apresentar relatórios, parciais e final de suas atividades;
- apresentar seminário na Semana de Iniciação Científica ou outras mostras determinadas pela Diretoria;
- comparecer às atividades propostas pela Diretoria, no âmbito da formação geral para a pesquisa;
- assistir a palestras, encontros ou cursos, por determinação do professor-orientador, desde que relevantes para o trabalho desenvolvido ou a formação para a pesquisa.

CAPÍTULO VI

DA VIGÊNCIA, RENOVAÇÃO E CANCELAMENTO DAS BOLSAS DEINICIAÇÃO CIENTÍFICA

Art. 20 - As Bolsas de Iniciação Científica terão duração de onze meses, com início em 1º de fevereiro e término em 31 de dezembro, do mesmo ano, exigindo-se do bolsista a carga horária mínima de oito horas semanais, admitindo-se a renovação por igual período, consoante solicitação do professor-orientador e parecer do Comitê Diretor.

Art. 21 - Os bolsistas deverão ser substituídos nos seguintes casos:

- cancelamento ou trancamento de matrícula, bem como conclusão de curso;
- a pedido; ou por solicitação do orientador, devidamente justificada.

Parágrafo único - O cancelamento da bolsa poderá ser feito a qualquer momento.

Art. 22 - Somente farão jus ao Certificado de Bolsista de Iniciação Científica os alunos que, além do cumprimento de suas obrigações, tiverem seus relatórios e trabalhos apresentados na Semana de Iniciação Cientifica e aprovados pelo Comitê Diretor.

23 MONITORIA

O Programa de Monitoria da FAG - FACULDADE DE GOIANA é destinado ao aprendizado e aperfeiçoamento do aluno, estabelecido de acordo com a lei nº 9.394/96 (LDB). O objetivo de sua criação é incentivar a melhoria na qualidade do ensino, através do aprofundamento teórico-prático e do aperfeiçoamento profissional do corpo discente da instituição, além de promover a integração participativa entre alunos e professores. O programa disponibiliza bolsas financiadas pela própria instituição (Monitoria Bolsista), na forma bolsa atividade e de vagas para Monitoria Voluntária. As solicitações de vagas pelos professores e a seleção dos alunos é realizada semestralmente, mediante a publicação de edital. O monitor bolsista recebe uma bolsa atividade durante o período de vigência da monitoria.

Tanto o Monitor Bolsista quanto o voluntário recebem um Certificado que serve de comprovação de horas/aulas que podem ser aproveitados como Atividades Complementares. Através desse Certificado é possível também utilizá-lo para a majoração de créditos ou para a comprovação de títulos em concursos para provimento de cargos de professores.

Os monitores auxiliam o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de pesquisa e extensão e de trabalhos práticos experimentais.

Ao corpo discente, os monitores auxiliam, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência, conforme consta no regulamento de monitoria abaixo.

24 REGULAMENTO DA MONITORIA

Art. 1º - A monitoria é uma atividade complementar para os cursos de graduação, tendo como objetivo central contribuir para o desenvolvimento acadêmico-científico do discente.

Art. 2º - A monitoria é exercida por alunos selecionados publicamente pelos Coordenadores Gestores de curso, sendo seus objetivos:

I - despertar nos alunos o interesse pela carreira docente ou pelo aprofundamento de estudos em uma determinada disciplina, incentivando-os também à pesquisa e às atividades de extensão;

II – oportunizar o discente em sua integração com a comunidade universitária;

Art. 3º - O exercício da monitoria não cria para os alunos vínculo empregatício com a Instituição.

Parágrafo 1º - O exercício da monitoria conta como título para o ingresso na carreira docente da FAG - FACULDADE DE GOIANA.

Parágrafo 2º - O monitor poderá receber bolsa atividade financiada pela própria faculdade cujo valor será definido pelo Conselho Superior de Administração.

Parágrafo 3º - A Instituição fornecerá gratuitamente certificado de exercício de monitoria, constando seu período, a disciplina de atuação e o coeficiente de rendimento do aluno monitor.

Parágrafo 4º - As horas/aulas de monitoria poderão ser aproveitadas como atividades complementares.

Art. 4º - As funções de monitor na Instituição estão reservadas ao discente que atenda às seguintes condições:

I - Ter sido aprovado sem dependência, atingindo a média nas duas primeiras avaliações do semestre, ou seja, 7,0 (sete), na disciplina objeto da monitoria;

II - Ter sido aprovado nas demais disciplinas anteriormente cursadas;

III - Não ter sofrido nenhuma punição disciplinar da Instituição;

IV- Não estar inadimplente em seu contrato financeiro com a Instituição;

V - Ter sido aprovado no teste de seleção definido e aplicado pelo Núcleo de Pesquisa, Extensão e Monitoria.

Art. 5º - As funções de monitor são exercidas em regime de no máximo 10 (dez) horas semanais de efetivo trabalho, sob a supervisão do professor da disciplina objeto da monitoria.

Parágrafo 1º - O horário do exercício da monitoria não deve coincidir com o horário escolar do aluno monitor.

Parágrafo 2º - O aluno monitor para efeito de controle dos horários deve registrar seu ponto diretamente com o professor vinculado, conforme regulamentação do Coordenador do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Monitoria – NUPEM que expedirá formulário padrão.

Parágrafo 3º - A designação do aluno monitor dá-se no início de cada período letivo e tem validade por um semestre, podendo ser renovado uma única vez, mediante novo processo seletivo.

Art. 6º - São atribuições do monitor:

I - Auxiliar o professor nas atividades práticas da disciplina;

II - Auxiliar os colegas em pesquisas, experiências, estudos em grupo e outras atividades atribuídas pelos docentes supervisores, desde que compatíveis com o grau de conhecimento e experiência do monitor;

III – Auxiliar os colegas nas dificuldades de aprendizagem.

Parágrafo 1º - É vedado ao professor-orientador utilizar o monitor para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária normal da disciplina ou prática pedagógica.

Parágrafo 2º - É vedada a Monitoria em mais de uma disciplina simultaneamente.

Art. 7º - A responsabilidade do controle das atividades do monitor é do professor-orientador que deverá avaliar a atuação do monitor de acordo comos objetivos estabelecidos no Art. 2º, e outros regulamentados pelo Núcleo de Pesquisa, Extensão e Monitoria – NUPEM.

Parágrafo 1º - De acordo com o resultado dessa avaliação, o professor orientador pode manter o monitor ou afastá-lo após aprovação do Colegiado de Curso.

Art. 8º - A designação de monitores obedece aos seguintes procedimentos sistemáticos:

I - Os Coordenadores Gestores dos Cursos de graduação devem solicitar autorização ao Conselho Superior de Administração para adotar o sistema de monitorias, neste documento deve constar a indicação das disciplinas que ofertarão Monitorias e o número de vagas necessárias, com a devida justificativa;

II - Após aprovação do Conselho Superior de Administração, o Coordenador do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Monitoria - NUPEM divulgará edital lançando as inscrições para a seleção das Monitorias;

III – Os alunos interessados devem realizar sua inscrição no NUPEM na disciplina da monitoria vinculada ao seu curso, anexando a documentação necessária prevista neste regulamento;

IV - Após seleção dos candidatos à monitoria o Coordenador do NUPEM deverá enviar lista final dos classificados ao Conselho Superior de Administração para homologação e expedição da resolução autorizativa;

V – O Coordenador do NUPEM deverá firmar com o monitor o termo de compromisso de monitoria, destacando a qualificação das partes, a disciplina, o docente e objetivos da monitoria. Deve ser destacada no termo de compromisso a regulamentação contida nesta Portaria, sendo ao final assinada pelo Diretor, pelo Coordenador do NUPEM, pelo docente e pelo aluno.

Art. 9º - Os monitores devem fazer um relatório ao final do semestre sobre todas as atividades exercidas e encaminhá-lo ao professor orientador da monitoria, que fará uma avaliação do discente emitindo nota de 0 (Zero) a 10 (Dez).

Art. 10 - Os casos omissos nesse regulamento serão resolvidos pelo Conselho Superior de Administração.

Art. 11 - Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

25 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A política da FAG - FACULDADE DE GOIANA para a Extensão conduz:

- Ao desenvolvimento de habilidades e competências do alunado

possibilitando condições para que os alunos aprendam na prática os aspectos teóricos refletidos em sala de aula;

- À participação dos discentes nos Projetos idealizados para o curso;
- À oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades balizados nos eixos temáticos do Fórum Nacional de Extensão;
- Ao estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do aluno em atividades extensionistas;
- À definição dos indicadores próprios de avaliação das atividades de extensão.

Com a extensão, a FAG - FACULDADE DE GOIANA, além de ter um canal de comunicação com a comunidade na qual está inserida, busca a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa, pois dados e problemas identificados podem servir de retroalimentação para essas atividades.

São objetivos da Extensão:

- Aprimorar o espírito de análise crítica e desenvolver o espírito científico do aprendiz;
- Criar condições para o desenvolvimento de parcerias entre o ensino e a pesquisa e segmentos da sociedade;
- Contribuir para o equacionamento de problemas sociais, econômicos e políticos da sociedade, em especial os vivenciados pela população nas adjascências da FAG - FACULDADE DE GOIANA;
- Articular o saber existente na sociedade com o saber sistematizado na academia;
- Promover a reflexão e a produção de conhecimento na área de atuação do docente;
- Possibilitar a relação entre teoria e prática;
- Contribuir para o aprimoramento da formação ética, política, científica e técnica dos corpos docente e discente;
- Incentivar a formação de grupos interdisciplinares;
- Promover parcerias voltadas para a construção de um projeto de sociedade referenciado na justiça social e na igualdade;
- Contribuir para a (re)definição do conceito de currículo, de maneira a incorporar a extensão como atividade rotineira do discente;
- Promover uma intervenção social qualificada através das práticas extensionistas sob a forma de programas comunitários, projetos, cursos de extensão, eventos, prestações de serviço e elaboração e difusão de publicações e outros produtos acadêmicos.

26 REGULAMENTO DO PROGRAMA DE EXTENSÃO

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A extensão tem por objetivo geral tornar acessível, à sociedade, o conhecimento de domínio da FAG - FACULDADE DE GOIANA, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível.

Art. 2º - São objetivos específicos da extensão:

- otimizar as relações de intercâmbio entre a IES e a sociedade, quanto aos objetivos institucionais;
- aumentar a probabilidade de que as pessoas e as instituições utilizem,da melhor maneira possível, o conhecimento existente na realização de suas atividades;
- produzir conhecimento sobre os processos de apropriação e utilização do conhecimento existente por parte das pessoas e das instituições;
- avaliar as contribuições da IES para o desenvolvimento da sociedade;
- Facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade social.

Art. 3º - As atividades de extensão devem ser realizadas com o envolvimento de alunos regulares dos cursos de graduação e de pós-graduação, sob a supervisão docente, como executores-colaboradores nessas atividades.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 4º - A extensão pode ser desenvolvida por intermédio das seguintes atividades principais:

✓ Publicações que visem tornar o conhecimento acessível à população, a cientistas, a profissionais, etc.;

✓ Eventos - culturais, científicos ou de outros tipos - que tenham como finalidade a criação de condições para que a sociedade tenha possibilidade de conhecer os bens científicos, técnicos ou culturais disponíveis ou de usufruir deles;
✓ Serviços, desenvolvidos por atendimentos diretos à população, ou, indiretamente, por agências que fazem esse atendimento, desde que sejam realizados

de forma consistente com os objetivos da instituição;

✓ Assessorias e consultorias com vista a auxiliar pessoas ou instituições a utilizarem mais, ou melhor, o conhecimento existente, nas situações com que se defrontam;

✓ Cursos de atualização científica ou da formação universitária, de aperfeiçoamento profissional, de ampliação cultural, de especialização técnica e outros que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento existente;

✓ Intercâmbios de docentes ou técnicos da IES para auxiliar no desenvolvimento de áreas carentes em outras instituições; e,

✓ Estudos ou pesquisas para aumentar o conhecimento sobre os processos de utilização do conhecimento, ou de acesso a ele, por parte da população em geral.

Art. 5º - Os diversos tipos de atividades de extensão têm as seguintes características e objetivos:

✓ Cursos de ampliação cultural. Aumentar o conhecimento geral das pessoas (sobre um assunto determinado), independentemente de sua formação específica, seja profissional ou não. São cursos voltados para o objetivo de capacitar melhor a população, em geral, para usufruir do conhecimento já disponível (entender, acompanhar, utilizar, procurar, etc.).

✓ Cursos de ampliação universitária. Ampliar (complementar, suplementar, etc.) a formação obtida em qualquer curso universitário (sequenciais, licenciaturas, de graduação ou de pós-graduação), em relação a aspectos que, usualmente, não fazem parte do currículo desses cursos. Geralmente tem como perspectiva a ampliação da formação para aspectos de interesse ou opção pessoal, mas não necessariamente fundamentais para a formação básica no campo de atuação profissional do interessado.

✓ Cursos de aperfeiçoamento profissional. Desenvolver uma reformulação (geralmente parcial), um aprofundamento ou uma complementação de habilidades e conhecimentos que compõem o perfil (e a formação) profissional em uma determinada parte do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que compõem um campo de atuação profissional. Em geral, são voltados para o restrito atendimento de uma necessidade, na realização de um trabalho, tal como ela se apresenta em um dado momento.

✓ Cursos de atualização científica. Atualizar o participante com e a evolução do conhecimento (ou da produção científica e tecnológica) em uma área do conhecimento ou sobre um objeto de estudo específico. Não pretendem especializar nem ampliar conhecimento ou experiência e sim atualizar, em relação ao que está

acontecendo, com o conhecimento sobre um assunto, em um período de tempo recente (por exemplo, nos últimos dez, cinco ou dois anos, conforme o ritmo de produção na área).

✓ Cursos de especialização. (sem exigência de graduação). Aprofundar o conhecimento e a capacidade de trabalho em um assunto, tema ou campo de atuação particular. Enfatizam o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades especializados e profundos, mas restritos a um objeto de trabalho ou de estudo específico, e para capacitarem agentes a lidarem melhor com esse objeto.

✓ Publicações. (livros, revistas, artigos, anais, resenhas, comunicações em congressos, etc.). Divulgar a produção de conhecimento da IES e da humanidade em geral, em veículos que tornem essa produção disponível e maximize sua acessibilidade a toda a sociedade.

✓ Produção de vídeos, filmes e similares. Facilitar o acesso ao conhecimento gerado pela IES em qualquer de suas modalidades de trabalho com o conhecimento (científica, técnica, filosófica, artística, etc.).

✓ Eventos científicos e técnicas. (Congressos, mesas-redondas, simpósios, encontros, seminários, palestras, conferências ou teleconferências). Promover atividades organizadas para que a sociedade tome conhecimento da produção intelectual nas diversas áreas do conhecimento, a partir de contato direto com os indivíduos que produzem, sistematizam ou criticam esses conhecimentos, acompanhando o próprio processo de produção desse conhecimento ou conhecendo os resultados do mesmo.

✓ Eventos esportivos, artísticos, culturais ou sociais. Promover atividades que coloquem a sociedade em contato com o patrimônio cultural da humanidade (por exemplo: peças de teatro, apresentações de corais, shows musicais, sessões de cinema ou vídeo, jogos ou promoções desportivas, de lazer, etc.) de modo que as pessoas possam ter acesso a esse patrimônio.

✓ Ofertas de produtos de pesquisa. Desenvolver atividades que visam colocar à disposição da sociedade materiais (químicos, físicos, biológicos, etc.) ou equipamentos (protótipos, aparelhos, etc.) ou tecnologias (procedimentos) criados pela IES, para promover maior acessibilidade a esses produtos.

✓ Sistemas de informação. Oferecer, de forma sistemática, informações úteis para a sociedade. Exemplos dessa modalidade de atividade de extensão cadastramento da produção intelectual da IES, bancos de dados sobre diferentes assuntos, bibliotecas, discotecas, videotecas, arquivos, museus, etc.

✓ Criação ou manutenção de programas em estações de rádio ou de televisão. Difundir e tornar acessíveis o conhecimento produzido pela IES e o patrimônio cultural da humanidade, já existente.

✓ Assessorias. Oferecer subsídios para processos de acompanhamentode decisões na realização de trabalhos, intervenções profissionais, etc. Na assessoria há um envolvimento com todas as etapas do trabalho a que ela se refere, incluindo avaliação de resultados do trabalho de interesse.

✓ Consultorias. Opinar ou emitir parecer sobre assunto, problema, projeto, tema, atividade, etc., sem envolvimento com a execução ou com o acompanhamento do trabalho relacionado ao parecer ou da própria utilização do parecer.

✓ Prestação de serviços. Promover serviços profissionais e assistenciais (por exemplo: assistência e orientação jurídicas, por intermédio dos núcleos de prática jurídica; produção de materiais e objetos; realização de tarefas técnicas; etc.) em campos de atuação para os quais a IES desenvolve conhecimento ou qualifica alunos. A prestação desses serviços, pela IES, só se justifica quando atender, pelo menos, a uma das seguintes condições:

✓ treinamento de alunos na realização de tarefas profissionais;

✓ meio para testar técnicas, procedimentos e equipamentos resultantes da produção de conhecimento da IES;

✓ coleta de dados e informações sobre assuntos relacionados ao serviço;

✓ um determinado tipo de serviço não existir na comunidade ou, existindo, não for acessível; neste caso, deverá ser de duração temporária, até o serviço estar disponível e acessível;

✓ a prestação de serviço for uma condição ou um procedimento para desenvolver uma agência da comunidade para que ela passe a realizar tal prestação de serviços.

✓ Supervisões. Oferecer atividades de acompanhamento e orientação por docentes em relação a trabalhos profissionais, durante um período definido. No caso de supervisão de estágios curriculares, estes devem ser considerados apenas como atividades de ensino de graduação.

✓ Cooperações interinstitucionais tecnológicas, educacionais ou científicas. Promover ações que visem auxiliar outra instituição a realizar atividades tais como: disciplinas de cursos de graduação ou de pós- graduação, participação em projetos de pesquisa, realização de atividades em conjunto para viabilizar projetos de ambas as instituições.

✓ Oficinas e treinamentos serão considerados como equivalentes a cursos de caráter prático, simples e de curta duração, podendo ser de atualização científica, de aperfeiçoamento profissional, de ampliação universitária ou de ampliação cultural.

✓ As assessorias e consultorias são diferenciadas da prestação de serviços, por ser, esta última, uma execução direta de um trabalho técnico pelo profissional da IES, enquanto a assessoria e a consultoria constituem modalidades de atuação profissional indireta - o trabalho final será realizado por outro(s) profissional(ais) com o auxílio de

assessoria ou de consultoria.

Art. 6º - Todo e qualquer tipo de atividade de extensão deve ser feita com o cuidado de não anular ou substituir outras instituições sociais que, por definição, sejam responsáveis, na sociedade, pela realização de atividades similares às propostas pela IES.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO

Art. 7º - O planejamento e a organização das atividades de extensão estarão afetos à Diretoria à qual deve competir, a identificação de fontes de financiamento e a busca ou a geração dos recursos e investimentos necessários.

Art. 8º - À unidade acadêmica básica responsável pelas atividades extensionistas compete:

- ✓ apreciar as propostas de atividades apresentadas;
- ✓ acompanhar e avaliar a execução das atividades;
- ✓ apreciar toda e qualquer alteração proposta para a atividade, nos casos em que esta já tiver sido aprovada pelas instâncias competentes;
- ✓ participar da obtenção de recursos para a realização da atividade;
- ✓ promover a divulgação dos eventos, utilizando os órgãos competentes;
- ✓ avaliar relatórios das atividades de extensão de docentes do setor, quanto ao cumprimento dos objetivos propostos, resultados obtidos, contribuição da atividade ao ensino, à pesquisa e ao acesso ao conhecimento;
- ✓ elaborar plano anual de atividade de extensão;
- ✓ encaminhar propostas de atividades de extensão, de acordo com as normas da instituição, para o órgão superior competente;
- ✓

- ✓ encaminhar os relatórios das atividades de extensão, devidamente avaliados, à autoridade superior, de acordo com as normas da instituição.

Art. 9º - Na elaboração, encaminhamento, aprovação e execução de propostas de programas de extensão, permanentes ou eventuais, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- ✓ qualquer membro da comunidade universitária (professor, aluno e funcionário) pode sugerir programa de extensão, cabendo à unidade acadêmica, a que esteja vinculado, deliberar a respeito;
- ✓ após aprovada, a proposta deve ser encaminhada ao órgão superior de

coordenação das atividades extensionistas, para análise e decisão, quando for o caso;

✓ aprovado o programa, cabe à unidade acadêmica respectiva a sua execução; quando o programa envolver mais de uma unidade, cabe à coordenação superior da extensão disciplinar a sua execução;

✓ quando se tratar de eventos ligados às representações estudantis (diretórios ou centros acadêmicos), o órgão superior da extensão deve designar um docente para acompanhar e coordenar a sua realização.

CAPÍTULO IV

DA PROGRAMAÇÃO

Art. 10 - Tendo presente esses pressupostos, as atividades de extensão, compreenderão cursos e serviços programados, anualmente, com a participação de alunos e professores.

27 APOIO AO DISCENTE

O educando é o centro das atenções do processo de ensino- aprendizagem. Pensando assim e para responder às suas necessidades da forma mais adequada, a Faculdade de Goiana - FAG mantém em permanente funcionamento políticas de atendimento ao discente, a seguir descritas.

27.1 Núcleo de atendimento ao discente (NAD)

A missão desta Unidade é a de desenvolver um trabalho de caráter preventivo, focado no resgate da aprendizagem, ressignificação dos conhecimentos e estímulo à autoestima. Entre as atribuições do NAD, estão:

✓ Apontar a solução de problemas relacionados à não aprendizagem, enfocando o educando, o professor ou a própria instituição de ensino;

✓ Oferecer atendimento e acompanhamento sistemático aos trabalhos acadêmicos realizados no espaço da faculdade;

✓ Sugerir a promoção de encontros para socialização entre professores, educandos, coordenadores, administradores, direção e grupos de apoio;

✓ Dar assistência e acompanhamento psicopedagógico aos educandos que apresentem dificuldades no desenvolvimento de aprendizagem e emsua interação psicossocial;

✓ Assistir e orientar alunas gestantes;

✓ Assistir e acompanhar alunos que apresentem dificuldade de adaptação no

convívio social;

✓ Informar a Direção Acadêmica, Coordenador de Núcleo e Gestores de Cursos sobre casos de alunos que ignorem as orientações do NAD; entre outros.

27.2 Apoio psicopedagógico

O acompanhamento do desempenho discente e o apoio às suas atividades acadêmicas são da responsabilidade dos coordenadores de curso, tendo como suporte o núcleo específico. Os coordenadores recebem, ainda, o auxílio dos professores do curso, com jornada diferenciada, para atenção aos alunos, especialmente, no apoio psicopedagógico, na orientação para o processo de aprendizagem, na elaboração de relatórios de estágio estágios curriculares e extracurriculares, visitas técnicas, projetos de diagnóstico organizacional ou trabalhos de conclusão do curso e nas atividades complementares.

O serviço de Apoio Psicopedagógico, juntamente com o NAD, destina-se a apoiar os alunos nos aspectos relacionados ao processo ensino- aprendizagem, nas relações interpessoais e na autoajuda.

27.3 Mecanismos de nivelamento

Considerando um grande número de alunos que ingressam no ensino superior com algumas lacunas formativas, dificultando o acompanhamento dos componentes curriculares neste grau de ensino, fazendo com que muitos percam o entusiasmo e como consequência acabem trancando a matrícula. Considerando ainda a heterogeneidade e o desnivelamento formativo entre os alunos, há a necessidade de oferecer aos alunos, que apresentam estas dificuldades, a oportunidade do nivelamento da aprendizagem, para que possam, de forma homogenia e segura, acompanhar os estudos nesta nova fase da vida.

A Faculdade de Goiana – FAG cumprindo a sua missão de fazer todos os esforços de inclusão, apresenta o regulamento que norteará o Mecanismo de Nivelamento que será ofertado aos alunos ingressantes em cada um dos cursos oferecidos nas suas Instituições de ensino.

A Faculdade de Goiana - FAG oferece cursos de nivelamento, a partir de diagnóstico inicial, no primeiro semestre letivo de cada curso e aprimoramento dos programas de monitoria e de iniciação científica. O diagnóstico é realizado nas primeiras semanas do primeiro período letivo dos cursos, para os alunos ingressantes, em língua portuguesa e em Matemática, além de teste específico para leitura, compreensão e produção de textos.

Feito o diagnóstico, por turma, a Faculdade de Goiana - FAG oferece aos alunos

aulas de nivelamento, com vistas a dar-lhes suporte para o desenvolvimento, com êxito, das atividades acadêmicas.

27.4 Atendimento extraclasse

O atendimento extraclasse é realizado por todos os setores da Faculdade (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Ouvidoria, Núcleo de Apoio, Coordenadorias dos Cursos, Professores em TI e TP etc.), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

Os laboratórios podem ser utilizados pelos alunos, fora do horário de aulas, com a participação de monitores e dos técnicos dos laboratórios, para o reforço da aprendizagem prática.

A biblioteca tem horário de funcionamento adequado as necessidades dos alunos para que os mesmo possam realizar suas pesquisas bibliográficas, leituras ou trabalhos em grupo sem prejuízo da presença em sala de aula.

27.5 Acompanhamento ao egresso

Será feito através de formulários enviados, através de correspondência para todos os egressos, com o objetivo de coletar informações sobre atuação na área, levantamento dos empregadores e profissionais liberais, campos de atuação, principais demandas do mercado e principais deficiências na formação, entre outros.

Os dados obtidos permitem traçar um perfil do egresso e de sua distribuição e ocupação no mercado de trabalho, assim como fornecem subsídios úteis para aprimoramento do curso, norteando mudanças curriculares, além de apontar para as necessidades de implantação de cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação lato sensu, além dos já existentes hoje na Faculdade, e stricto sensu, que serão criados em decorrência do desenvolvimento da Instituição.

A Faculdade também colocará à disposição dos seus ex-alunos a Biblioteca e cursos de extensão visando oferece-lhes a possibilidade de se engajarem num programa de educação continuada.

27.6 Estímulos às produções acadêmicas

A Faculdade de Goiana – FAG além dos projetos que desenvolverá através do Núcleo de Atividades Complementares, possui uma política de apoio à participação de alunos em eventos de diversas naturezas, tais como cursos, programas de capacitação, visitas técnicas, seminários e projetos de voluntariado, dispensa de aulas, dentre outros, destinando, anualmente, uma verba específica no seu orçamento para essas atividades.

Os projetos, analisados e aprovados pelas coordenações de curso em termos da

pertinência e importância para o curso e para o aluno, são encaminhados ao Núcleo de Atividades Complementares para adequação orçamentária e operacionalização, em conjunto com os proponentes. No caso de apresentação de trabalho em congressos ou outros eventos similares, o aluno expositor deve apresentá-lo previamente ao coordenador, para aprovação. A Faculdade ainda oferece toda sua infraestrutura - equipamentos, pessoal e espaço físico para realização de eventos internos. A Biblioteca está à disposição dos alunos para catalogar e divulgar trabalhos de conclusão decurso, dissertações, monografias, teses, entre outros. Além disso, a Faculdade dispõe de acesso livre à Internet e os alunos poderão utilizar o site da Instituição onde foi criado um espaço para divulgação de seus trabalhos e de seus projetos de extensão.

27.7 Programas de bolsa

A Faculdade de Goiana - FAG possui uma política de bolsas bem abrangente que envolve, além dos programas de desenvolvimento acadêmico, monitoria e iniciação científica, bolsas destinadas a alunos carentes dentro das seguintes diretrizes gerais de apoio e financiamento de estudos para alunos carentes:

- ✓ Concessão de bolsas integrais e parciais de estudos aos alunos que comprovem impossibilidade de custearem os seus estudos;
- ✓ Convênios com empresas públicas e privadas através dos quais os funcionários e dependentes podem obter descontos nas mensalidades.

27.8 Núcleo de talentos

Este órgão tem por objetivo orientar, desenvolver e encaminhar alunos e ex-alunos para o mundo do trabalho, orientando-o quanto ao desenvolvimento de habilidades e competências que ajuda a aumentar seu nível de empregabilidade. Além disso, o programa disponibiliza materiais e ferramentas de capacitação que o auxiliarão na elaboração de seu plano de carreira.

27.9 Atividades de monitoria

A Faculdade de Goiana - FAG estimula a prática de pesquisa e o aprofundamento do conhecimento também através do programa de Monitoria, destinado a propiciar aos alunos interessados a oportunidade de desenvolver suas habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão, assegurando, por sua vez, cooperação didática tanto ao corpo docente, quanto ao discente, nas funções universitárias.

Todos os professores, de acordo com a sua disponibilidade de horários, podem solicitar monitores para as suas disciplinas, sejam elas práticas ou teóricas, podendo a atuação do monitor acontecer em paralelo com o horário letivo da respectiva disciplina, ou em horários paralelos, com o apoio aos estudantes, grupos de estudo, acompanhamento de aulas práticas, realização de pesquisas, desenvolvimento de materiais didáticos, entre outras atividades.

Os monitores auxiliarão o corpo docente na execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas; de trabalhos didáticos e atendimento a alunos; de atividades de pesquisa e extensão e de trabalhos práticos e experimentais.

Ao corpo discente, os monitores auxiliarão, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência, conforme consta no regulamento de monitoria abaixo. A monitoria funciona de acordo com o regulamento. O aluno monitor tem direito a bolsa, conforme regulamento que regula todo o processo de monitoria. As atividades de Monitoria do curso de Bacharelado em Direito são regidas por regulamento próprio.

27.10 Atividades de extensão

O Núcleo de Extensão oferecerá à comunidade e aos alunos, cursos de extensão e seminários sobre temas específicos, sujeitos a planos e projetos próprios, submetidos aos respectivos conselhos dos cursos. Além de organizar, ao menos uma vez a cada semestre letivo, um evento (simpósio, congresso, jornada, encontro, etc.) sobre temas atuais nas áreas dos cursos, que mereçam estudo e pesquisa mais aprofundados ficando subordinados a supervisão e o desenvolvimento.

Sob os projetos constará obrigatoriamente o professor responsável pela atividade de extensão, os alunos integrantes do projeto e o planejamento econômico-financeiro demonstrando a viabilidade da sua implementação. Assim, o Núcleo de Extensão organizará e incentivará a extensão por todos os meios ao seu alcance, dentre os quais os promoverá a realização de convênios com instituições e agências nacionais ou estrangeiras, visando fomentar programas de extensão, no sentido de:

✓ Intercâmbio com outras instituições, estimulando a interação entre professores e o desenvolvimento de projetos comuns;
✓ Divulgação das atividades de extensão realizadas pelo Núcleo de Extensão, através de seminários internos e da publicação, em revista técnica e ou científica, de notícias e informações a elas atinentes;

✓ Concessão de auxílios financeiros para execução de projetos e programas de interesse social, após autorização da Direção da instituição;
✓ Busca de financiamento para realização de projetos de Extensão em agências de fomento.

Nesta perspectiva, o Núcleo de Extensão elaborará semestralmente uma programação geral de atividades de Extensão que atenda aos reclamos da comunidade e que propicie aos alunos a aprendizagem e o exercício da Extensão acadêmica. Sempre obedecendo a diretrizes aprovadas pelo Colegiado da Faculdade. As atividades de Extensão da Faculdade de Goiana – FAG são regidas por regulamento próprio.

27.11 Relações e parcerias com a comunidade e instituições

A Faculdade de Goiana – FAG desenvolve parcerias com a comunidade, mediante convênios, acordos e contratos, para a implantação e desenvolvimento de:

✓ Estágios curriculares e extracurriculares para os alunos dos cursos de graduação;
✓ Práticas investigativas, serviços e cursos de extensão;
✓ Atividades complementares;
✓ Parcerias para a interação teoria-prática;
✓ Atividades culturais, sociais, desportivas e científicas;
✓ Realização de congressos, seminários, simpósios e eventos similares, para interação entre a comunidade acadêmica e comunidade social;
✓ Projetos comunitários.

28 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A FAG, através do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e da Comissão Própria de Avaliação, criou mecanismo de autoavaliação dos cursos existentes com a intenção de implantar e manter padrões de qualidade nas áreas de graduação, de pós-graduação e de extensão e pesquisa, compreendendo a mobilização de professores acadêmicos.

Além da avaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação, outras formas de avaliação do curso são realizadas:

a) Através de reuniões constantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com o objetivo de pensar no curso como um todo, buscando a melhoria contínua no processo ensino-aprendizagem, levando em consideração os critérios de qualidade referenciados pelo Ministério da Educação (ENADE, IGC, CPC, entre outros);

b) Através de reuniões constantes com todos os professores do curso no intuito de manter um padrão de ensino;

c) Interação diária com o corpo discente, por meio de entrevistas, observações in loco entre outras, no sentido de conhecer as necessidades, dúvidas e reivindicações pedagógicas;

d) Aplicação de processo de avaliação vertical discente – docente, objetivando captar as informações necessárias para melhoria do corpo docente.

e) Acompanhamento do egresso, considerando sua absorção pelo mercado de trabalho e sua atuação global frente às inovações tecnológicas;

f) Acompanhamento de novas tendências e propostas curriculares de outros cursos de Bacharelado em Direito.

A FAG desenvolve sua Avaliação Institucional, através da sua Comissão Própria de Avaliação, apresentando os Relatórios Avaliação Institucional anuais. Esta avaliação é feita anualmente com o objetivo de detectar os pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades de melhoria do processo ensino- aprendizagem, bem como, aos serviços e infraestrutura de uma maneira em geral. Participam desta avaliação, funcionários, docentes, discentes ingressantes e veteranos e sociedade civil organizada.

A avaliação do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Goiana – FAG constitui-se em uma ferramenta de grande importância na identificação de fragilidades e potencialidade das IES, de forma a atingir um melhor desempenho em sua gestão educacional e na qualidade da educação ofertada. Esta avaliação, de acordo com as determinações legais vigentes, é realizada em dois níveis: o Interno e o Externo, em sintonia com o programa de avaliação institucional da Faculdade de Goiana - FAG que tem como referência o SINAES.

Em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº. 10.861/04 NOTA TÉCNICA INEP/DAES/CONAES No 065, DE 2014, as dimensões a seguir são objetos de avaliação na Faculdade de Goiana - FAG:

Eixo 1: Planejamento e Avaliação InstitucionalDimensão 8: Planejamento e

Avaliação

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento InstitucionalDimensão 3:

Responsabilidade Social da Instituição

Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a ExtensãoDimensão 4:

Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

Eixo 4: Políticas de Gestão Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da InstituiçãoDimensão 10: Sustentabilidade

Financeira

Eixo 5: Infraestrutura Física Dimensão 7: Infraestrutura Física

29 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

As Tecnologias de Informação e Comunicação planejadas para o processo de ensino-aprendizagem possibilitam a execução do Projeto Pedagógico do Curso, viabilizam a acessibilidade digital e comunicacional e a interatividade entre docentes, discentes, assegurando o acesso a materiais ou recursos didáticos propiciando experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

As Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC"s trazem contribuições à produção escrita e à leitura prazerosa, apontando novos horizontes para a formação de uma sociedade de leitores e escritores. Por tratar-se de uma nova forma de expressão do pensamento e interação, a incorporação desses recursos à educação é objeto de investigação não apenas como um meio para ensinar conteúdos específicos de disciplinas, mas principalmente pelos processos cognitivos, sociais e afetivos que suscitam.

A inserção das TIC"s na educação oportunizará romper com as paredes da sala de aula e da escola, integrando-a à comunidade que a cerca, à sociedade da informação e a outros espaços produtores de conhecimento. Considerando as demandas por novas tecnologias que permeiam constantemente o universo acadêmico, a faculdade, terá o compromisso de ter em seu acervo tecnológico, equipamentos que darão o suporte ao processo de ensino-aprendizagem. Em todas as salas de aula existirá um computador com acesso à internet e projetor multimídia ou aparelhos de TVs.

Professores e alunos terão acesso aos Laboratórios de Informática que

comportarão computadores com configurações atualizadas e diversos softwares que auxiliarão na execução do projeto pedagógico.

O planejamento dos laboratórios obedecerá às exigências didático-científicas do Projeto Pedagógico do Curso, quanto à área física, às instalações específicas, aos equipamentos e aparelhos indicados pelos professores responsáveis pelas práticas, projetos de iniciação científica e também programas de extensão. Todo espaço físico da ies possuirá rede wifi para ser utilizada pela comunidade acadêmica.

Os equipamentos serão adequados ao projeto do curso em quantidade que manterá a relação equipamento/aluno compatível com o bom desempenho no ensino e dentro dos padrões de qualidade exigidos para a avaliação do curso. Haverá também o portal acadêmico que prevê área privativa para alunos e professores, onde poderão ser trocados materiais de auxílio à construção do conhecimento. O Ambiente Virtual de Aprendizagem da instituição estará todo modelado e preparado para o desenvolvimento de atividades complementares. Nesse ambiente, haverá diversos mecanismos de interação disponíveis, tais como: chats, ambiente para desenvolvimento de fóruns, áreas multimídias de áudio e vídeo, etc.

O sistema de gestão acadêmica da instituição integrará os diversos setores e disponibiliza no ambiente exclusivo dos discentes, do portal acadêmico, tudo sobre sua vida acadêmica, tais como: notas, frequência, situação de atividades complementares, histórico financeiro, etc., além de serviços importantes como rematrícula online, negociação financeira eletrônica, emissão de boletos bancários, reserva e renovação de empréstimos de livros da biblioteca, consulta do acervo da biblioteca, solicitação de documentação da secretaria acadêmica dentre outros.

30 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

30.1 Princípios norteadores

A FAG – Faculdade de Goiana, por acreditar na construção de um processo de ensino e aprendizagem com vistas à formação de seres humanos comprometidos com os aspectos profissionais e humanos, com capacidade de tomar decisões, de liderança, administração e planejamento, busca promover a educação a partir de uma concepção pedagógica consistente e dinâmica. A formação do profissional na FAG tem como princípio as práticas educativas integrativas, concebidas em torno da pesquisa, da indagação, da problematização e da significação dos conhecimentos acumulados.

Nesse contexto, o processo de avaliação, a partir de uma concepção pedagógica

consistente e dinâmica, ocupa espaço relevante no conjunto das práticas pedagógicas aplicadas, constituindo recurso essencial para o aprimoramento constante dos processos educativos e da dinâmica institucional, independente dos aspectos concernentes à mensuração do rendimento escolar. Nessa perspectiva, a avaliação não deve ater-se apenas ao juízo que o professor estabelece do aluno, mas também da própria dinâmica do professor, bem como atuação da instituição frente à operacionalização do seu projeto político-pedagógico.

Ao centrar as atenções no processo de ensino-aprendizagem, a avaliação adquire características que evidenciam o projeto político pedagógico da instituição, bem como a concepção do ato educativo pelos professores. A avaliação precisa estar centrada na aprendizagem do aluno, comprometendo- se com seu desempenho e processo de construção do saber, voltada para a construção do conhecimento, da compreensão e do desenvolvimento da capacidade do aluno para resolver problemas e desafios profissionais.

A dinâmica da avaliação pode ser compreendida a partir de três vertentes básicas: diagnóstica, formativa e somativa. A primeira vertente, diagnóstica, refere-se a sua função constitutiva, que tem um caráter investigativo e processual. Caracteriza-se aqui a ação de fazer um estudo inicial e continuado sobre a realidade dos alunos, suas concepções e conhecimentos, com o fim de elaborar uma ação pedagógica mais próxima das reais necessidades destes sujeitos.

A segunda vertente, formativa, é entendida como processual, contínua e articulada, sendo realizada cotidianamente com vistas à identificação constante da aquisição e/ou (re)construção de conhecimento e dificuldades que se instaurem no percurso do processo ensino-aprendizagem. Desta forma, ela permite e exige o redirecionamento, a reorientação do planejamento e, consequentemente, das ações dos estudantes em seu processo de aprendizado.

A terceira e última vertente, somativa, nos leva a retomar uma discussão sobre os aspectos qualitativos e quantitativos da avaliação, que, apesar de intrinsecamente ligados, dizem respeito a diferentes propósitos do Projeto Político Pedagógico, envolvendo as atitudes do professor. De acordo com a Lei 9394/96, definem-se como aspectos qualitativos da avaliação, os valores e condutas dos alunos. A avaliação da aprendizagem de conceitos e conhecimentos diversos situa-se no âmbito da quantidade.

A FAG adota uma avaliação que apresenta características de continuidade, processual e diagnóstica, coerente com a forma de ensinar, baseada em diferentes modalidades e instrumentos, desde o instrumento mais usual que é a prova, que após ser analisada qualitativamente é mensurada, até a atribuição de valores a aspectos

da postura do aluno frente a situações específicas de aprendizagem, tal como frequência, desempenho em classe, relacionamento com colegas em um trabalho de grupo, etc. Professores e estudantes, enquanto parceiros na dinâmica do ensino/aprendizagem devem participar de todo o processo de avaliação, alicerçada em objetivos e critérios claros, que conduzam à melhoria da aprendizagem e da estrutura curricular dos cursos.

31 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA FAG

Os critérios da avaliação do processo ensino aprendizagem ocorre de acordo com o Regimento da FAG:

CAPÍTULO VI

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 80. A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 81. A frequência às aulas e demais atividades escolares, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, exceto nas hipóteses expressamente previstas em lei.

§ 1º Independentemente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas.

§ 2º A verificação e o registro da frequência são de responsabilidade do professor, e seu controle, para o efeito do parágrafo anterior, da Secretaria-Geral.

Art. 82. Haverá em cada semestre, obrigatoriamente, duas verificações de aprendizagem visando a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno.

§ 1º Incumbirá ao professor a elaboração, aplicação e julgamento das verificações de rendimento escolar concernentes à disciplina de sua responsabilidade.

§ 2º O professor, a seu critério ou a critério do Colegiado de Curso, pode promover trabalhos, exercícios e outras atividades em classe e extraclasse,que podem ser computados nas notas ou conceitos semestrais, nos limites definidos pelo mesmo colegiado.

Art. 83. A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero a dez pontos, permitindo-se o fracionamento de inteiros em

cinco décimos.

§ 1º Ressalvado o disposto no § 2º, atribui-se nota zero ao aluno que deixar de submeter-se à verificação prevista, na data fixada, bem como ao que nela se utilizar de meio fraudulento.

§ 2º O aluno que deixar de comparecer à verificação na data fixada poderá requerer uma única prova substitutiva para cada disciplina de acordo com o Calendário Escolar, arcando com a taxa especificada pela Tesouraria.

Art. 84. Pode ser concedida revisão da nota atribuída, mediante requerimento justificado dirigido ao Coordenador do Curso no prazo de quarenta e oito horas, após sua divulgação, cabendo ao aluno juntar a avaliação e argumentos que justifiquem tal solicitação.

§ 1º O professor responsável pela revisão da nota poderá mantê-la ou alterá-la, devendo, sempre, fundamentar sua decisão; entregando sua manifestação sobre o pedido de revisão da nota atribuída no prazo de cinco dias.

§ 2º Não aceitando a decisão do professor, o aluno, desde que justifique, poderá solicitar ao Coordenador de Curso que submeta seu pedido de revisão à apreciação de dois outros professores do mesmo Curso.

§ 3º Se ambos concordarem em alterar a nota, esta decisão é a que prevalecerá, mas, não havendo unanimidade, prevalecerá a nota atribuída pelo professor da disciplina que avaliou a prova.

Art. 85. As datas das verificações de aprendizagem e provas finais serão designadas pelo Coordenador de Curso e constarão do Calendário Escolar.

Art. 86. Em cada disciplina, a média dos trabalhos escolares realizados durante o semestre forma a média de aproveitamento.

Art. 87. Atendida a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

I- Independentemente de exame final, o aluno que obtiver média de aproveitamento não inferior a sete, correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares; e

II- Mediante exame final, o aluno que tendo obtido média de aproveitamento inferior a sete, obtiver média final não inferior a cinco, correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento do semestre e a nota do exame final.

Art. 88. Considerar-se-á reprovado o aluno que:

I- Não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e atividades obrigatórias da disciplina; e

II- Não obtiver, na disciplina, após exame final, média de verificação de aprendizagem igual ou superior a cinco.

Art. 89. Quando houver reprovação em disciplina, o aluno poderá cursar o período seguinte desde que haja compatibilidade de horários e o preenchimento dos pré-requisitos curriculares, quando for o caso.

Parágrafo único. As disciplinas cursadas em regime de dependência obedecerão às normas fixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 90. A FAG - FACULDADE DE GOIANA poderá oferecer cursos ou atividades programadas em horários especiais com metodologia adequada para os alunos em dependência, desde que haja compatibilidade de horários com as atividades regulares do período em que está matriculado.

Art. 91. O aluno matriculado com dependência deverá arcar com eventual prolongamento no prazo de conclusão do curso, não lhe sendo assegurada pela FAG - FACULDADE DE GOIANA a conclusão do curso no prazo previsto para integralização curricular regular.

Art. 92. Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ressalvadas as disposições regimentais, compete definir diretrizes complementares subsidiárias necessárias ao atendimento das peculiaridades dos respectivos cursos ou disciplinas, referentes à avaliação do desempenho escolar.

CAPÍTULO VII

DO REGIME EXCEPCIONAL

Art. 93. É assegurado, aos alunos amparados por prescrições expressamente estabelecidas em lei, direito a tratamento excepcional, com dispensa a frequência regular, de conformidade com as normas constantes deste Regimento e outras aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, incumbindo ao interessado comprovar o permissivo legal aplicável e sua adequação a tal previsão normativa.

Art. 94. A ausência às atividades escolares durante o regime excepcional pode ser compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares realizados com

acompanhamento do professor da disciplina de acordo com o plano de curso fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as possibilidades da FAG - FACULDADE DE GOIANA, a juízo dos Coordenadores de Cursos.

Parágrafo único. Ao elaborar o plano de curso a que se refere esteartigo, o professor levará em conta a sua duração, de forma que sua execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo psicopedagógico da aprendizagem neste regime.

Art. 95. Os requerimentos relativos ao regime excepcional disciplinados neste Regimento devem ser instruídos com laudo médico ou por profissional credenciado pela FAG - FACULDADE DE GOIANA para tal fim.

Parágrafo único. É da competência do Coordenador do Curso o deferimento dos pedidos do regime excepcional.

CAPÍTULO VIII DOS ESTÁGIOS

Art. 96. Constitui parte obrigatória para a formação do profissional, nos cursos da FAG - FACULDADE DE GOIANA, a realização de estágio supervisionado.

Parágrafo único. As atividades de estágio são diversificadas de acordo com as modalidades do curso, previstas no currículo pleno em anexo a este Regimento.

Art. 97. Os estágios supervisionados constam de atividades de práticas pré-profissionais, exercidas em situações reais de trabalho ou atividades destinadas à elaboração de monografia sobre tema de escolha do aluno, envolvendo levantamento de dados, análise de dados, proposta de soluções e elaboração do texto final do trabalho.

Art. 98. As atividades de estágio devem ser desenvolvidas dentro das normas estabelecidas através de regulamentos próprios aprovados pelo Colegiado de Curso, devendo ser consideradas as características específicas de cada modalidade de Ensino.

Art. 99. Obrigatoriamente, cada Estágio Supervisionado atenderá aos seguintes pontos:

I- registro, em fichário próprio, de trabalhos e experiências realizadas;

II- esclarecimento e informação aos interessados na utilização dos instrumentos e utensílios sobre horários e condições para a realização de trabalhos e experiências; e

III- apresentação de um relatório de estágio no último semestre do curso, segundo as diretrizes da Coordenadoria de Curso.

Art. 100. O Estágio Supervisionado estará a cargo de um Coordenador de Estágio indicado pelo Colegiado de Curso e supervisionado por docentes designados.

32 NÚMERO DE VAGAS

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade de Goiana – FAG oferecerá 100 vagas anuais, no período noturno, atendendo muito bem à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.

33 DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

33.1 Atuação do núcleo docente estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Direito FAG é composto pelo Coordenador do Curso e por mais 4 professores do Curso, sendo que todos participaram da reestruturação do Projeto Pedagógico do Curso e tem clara responsabilidade com a implantação e desenvolvimento do mesmo.

Professor	Titulação
Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra - (Coordenador)	Mestre
Allan Victor Corrêa de Carvalho	Mestre
Eloy Moury Fernandes	Mestre
Cláudia Lúcia Ribeiro da Cruz	Mestre
Ernandes de Queiroz Pereira	Doutor

33.2 Titulação e formação acadêmica do NDE (titulação e formação acadêmica do NDE - núcleo docente estruturante) e Regime de Trabalho.

100% do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Direito da FAG possui titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu e 60% possui formação acadêmica na área do curso. O Núcleo Docente Estruturante

do Curso de Bacharelado em Direito da FAG possui Regime de trabalho 100% parcial e integral, sendo 40% em regime de trabalho integral.

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	
		CH	RT
Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra (Coordenador)	Mestre	40	TI
Eloy Moury Fernandes	Mestre	40	TI
Allan Victor Corrêa de Carvalho	Mestre	12	TP
Cláudia Lúcia Ribeiro da Cruz	Mestre	12	TP
Ernandes de Queiroz Pereira	Doutor	12	TP

33.3 Atuação do coordenador do curso

O Curso de Bacharelado em Direito da FAG é coordenado pelo Professor Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra, graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Especialização em direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Joaquim Nabuco, e Mestre em Direito, justiça e desenvolvimento pelo Instituto de Direito Público – IDP em São Paulo, com carga horária semanal de 40 horas dedicadas à gestão do curso, relação com corpo docente e discente e representatividade nos colegiados superiores

33.4 Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador

O Curso de Bacharelado em Direito da FAG é coordenado pelo Professor Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra, graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Especialização em direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Joaquim Nabuco, e Mestre em Direito, justiça e desenvolvimento pelo Instituto de Direito Público – IDP em São Paulo, com experiência profissional, gestão acadêmica e no magistério superior de 20 (vinte) anos.

33.5 Regime de trabalho do coordenador do curso

O Curso de Bacharelado em Direito da FAG é coordenado pelo Professor Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra, graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, Especialização em direito e Processo do Trabalho pela Faculdade Joaquim Nabuco, e Mestre em Direito, justiça e desenvolvimento pelo Instituto de Direito Público – IDP em São Paulo, com carga horária semanal de 40 horas dedicadas à gestão do curso, relação com corpo docente e discente e representatividade nos colegiados superiores.

33.6 Titulação do corpo docente do curso

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da FAG é constituído por profissionais com titulação acadêmica em cursos de pós-graduação stricto e lato sensu. É selecionado com base na titulação e na experiência no magistério superior e na área profissional em que atuar, mantendo aderência com a disciplina a ser lecionada.

Os professores são selecionados e indicados pela Diretoria da Faculdade e contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas e na forma prevista no Plano de Carreira Docente. O processo seletivo para admissão de professores obedece aos seguintes princípios:

- além da idoneidade moral do candidato, serão considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, assim como experiência docente e profissional, relacionados com a disciplina ou curso;
- constitui requisito básico o diploma de graduação e pós-graduação lato sensu, correspondente a curso que inclua, em nível não inferior de complexidade, matéria idêntica ou afim àquela a ser lecionada;
- publicações e produções relevantes na área em que atua, nos últimos três anos;
- experiência docente e profissional de, no mínimo, três anos.
- A substituição eventual de professores terá a seguinte preferência:
- professor que integre o quadro docente da Faculdade e
- professor com mais de três anos de experiência de magistério e titulaçãoigual ou superior à do professor substituído.

A substituição é feita por prazo determinado, enquanto persistir o impedimento do

professor responsável pela disciplina ou atividade. O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da FAG para os 4 (quatro) primeiros anos é composto por 15 professores, sendo 03 Doutores (20%); 07 Mestres (47%) e 05 Especialistas (33%), conforme quadro abaixo:

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO
Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra(Coordenador)	Mestre
Anderson Cordeiro de Moura	Doutor
Allan Victor Corrêa de Carvalho	Mestre
Ernandes de Queiroz Pereira	Doutor
Hélio Oliveira dos Santos Rodrigues	Doutor
Claúdia Lúcia Ribeiro da Cruz	Mestre
Eloy Moury Fernandes	Mestre
Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior	Mestre
Manuel Francisco de Araújo Lima	Mestre
Raissa Castro Camilo dos Santos	Mestre
Augusto Cesar de Torres Bandeira	Especialista
Marcello Pimentel Mendonça	Especialista
Marcelo Henrique Guedes Chaves	Especialista
Raquel de Melo	Especialista
Paulo Ricardo Silva de Oliveira Coelho	Especialista

33.7 Titulação do corpo docente do curso – Percentual de doutores

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da FAG é composto por 03 Doutores, correspondendo a 20% do total de professores do curso.

33.8 Regime de trabalho do corpo docente do curso

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da FAG apresenta 04 professores contratados Regime de Trabalho Integral (27%); 03 professores contratado como horista (20%) e 08 professores em Regime de Trabalho Parcial (56,0%). Eis a relação docente do Curso de Bacharelado em Direito, em relação ao Regime de Trabalho:

NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Carlos Eduardo Gonçalves Bezerra (Coordenador)	Mestre	TI
Eloy Moury Fernandes	Mestre	TI
Ernandes de Queiroz Pereira	Doutor	TP
Anderson Cordeiro de Moura	Doutor	TP
Hélio Oliveira dos Santos Rodrigues	Doutor	TI
Gilberto Cordeiro de Andrade Júnior	Mestre	TI
Claúdia Lúcia Ribeiro da Cruz	Mestre	TP
Allan Vitor Corrêa de Carvalho	Mestre	TP
Manuel Francisco de Araújo Lima	Mestre	H
Raissa Castro Camilo dos Santos	Mestre	H
Augusto Cesar de Torres Bandeira	Especialista	H
Marcello Pimentel Mendonça	Especialista	TP
Marcelo Henrique Guedes Chaves	Especialista	TP

Raquel de Melo	Especialista	TP
Paulo Ricardo Silva de Oliveira Coelho	Especialista	H

H = Horista; TP= Tempo Parcial; TI = Tempo Integral

RELAÇÃO DOCENTE X DISCIPLINA

COMPONENTE CURRICULAR	DOCENTE
1º PERÍODO	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO E HERMENÊUTICA JURÍDICA	Marcello Mendonca
INTERPRETAÇÃO, PRODUÇÃO DE TEXTO E LINGUAGEM FORENSE	Ernandes Queiroz
CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO DEMOCRÁTICO	Carlos Eduardo Bezerra
ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO E ECONOMIA POLÍTICA	Gilberto Correia
HISTÓRIA DO DIREITO E ESTUDOS SÓCIOANTROPOLÓGICOS	Anderson Moura
METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO	Hélio Rodrigues
INTRODUÇÃO AOS PROJETOS EXTENSIONISTAS	Marcelo Chaves
2º PERÍODO	
DIREITO CIVIL I - TEORIA GERAL E DO DIREITO CIVIL	Augusto Torres
DIREITO PENAL I - TEORIA DO CRIME E DA NORMA PENAL	Eloy Moury
DIREITO CONSTITUCIONAL I - TEORIA DA CONSTITUIÇÃO	Allan Carvalho
TEORIA GERAL DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO	Paulo Coelho
FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO	Ernandes Queiroz
PSICOLOGIA JURÍDICA	Manuel Francisco
3º PERÍODO	
DIREITO PENAL II - TEORIA DA PENA	Raquel Melo
DIREITO CIVIL II - DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	Augusto Torres
DIREITO CONSTITUCIONAL II - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	Paulo Coelho
DIREITOS HUMANOS	Anderson Moura
DIREITO ECONÔMICO E FINANCEIRO	Claudia Cruz
DIREITO EMPRESARIAL I - PARTE GERAL	Gilberto Correia
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS I	Marcelo Chaves
4º PERÍODO	

TUTELAS PROVISÓRIAS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	Paulo Coelho
DIREITO PENAL III - CRIMES EM ESPÉCIE	Eloy Moury
DIREITO CIVIL III - DIREITO DOS CONTRATOS (Geral e em Espécie)	Augusto Torres
DIREITO CONSTITUCIONAL III – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	Marcello Mendonca
DIREITO EMPRESARIAL II – TÍTULOS DE CRÉDITO, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIA	Cláudia Cruz
5º PERÍODO	
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO	Paulo Coelho
DIREITO PENAL IV	Raquel Melo
DIREITO DO CONSUMIDOR	Marcello Mendonca
DIREITO CIVIL IV – DIREITOS REAIS	Augusto Torres
DIREITO PROCESSUAL PENAL I	Eloy Moury
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS II	Marcelo Chaves
6º PERÍODO	
RECURSOS E OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	Paulo Coelho
DIREITO DO TRABALHO I	Raquel Melo
DIREITO ADMINISTRATIVO I	Marcello Mendonca
DIREITO PROCESSUAL PENAL II	Allan Carvalho
DIREITO CIVIL V – FAMÍLIA E SUCESSÕES	Augusto Torres
7º PERÍODO	
PRÁTICA JURÍDICA I - CIVIL	Paulo Coelho
DIREITO DO TRABALHO II	Augusto Torres
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS III	Marcelo Chaves
LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL	Raquel Melo
DIREITO PENAL ECONÔMICO	Claudia Cruz
DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO	Raquel Mello
OPTATIVA	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO I ÁREA CÍVEL	Carlos Eduardo Bezerra
8º PERÍODO	
PRÁTICA JURÍDICA II - PENAL	Eloy Moury
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	Marcello Mendonça
DIREITO TRIBUTÁRIO	Claudia Cruz
LEGISLAÇÃO PROTETIVA (CRIANÇA, IDOSO E DEFICIENTE)	Raquel Melo
BIOÉTICA E DIREITO MÉDICO	Marcelo Chaves
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS IV	Allan Carvalho
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II ÁREA PENAL	Eloy Moury
9º PERÍODO	
PRÁTICA JURÍDICA III - TRABALHISTA E EMPRESARIAL	Raquel Melo
TCC I	Raíssa Castro
PROCEDIMENTO E PROCESSO TRIBUTÁRIO	Claudia Cruz
ÉTICA PROFISSIONAL	Gilberto Cordeiro
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO	Augusto Torres
OPTATIVA	

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS V	Marcelo Chaves
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II ÁREA TRABALHISTA E EMPRESARIAL	Marcello Mendonça
10º PERÍODO	
PRÁTICA JURÍDICA IV - TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA	Marcello Mendonca
TCC II	Gilberto Cordeiro
DIREITO DIGITAL	Allan Carvalho
DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SEGURIDADE SOCIAL	Paulo Coelho
OPTATIVA	
ATIVIDADES EXTENSIONISTAS VI	Marcelo Chaves
ESTÁGIO SUPERVISIONADO II ÁREA TRIBUTÁRIA E ADMINISTRATIVA	Marcello Mendonca

33.9 Experiência profissional do corpo docente

100% dos docentes do Curso de Bacharelado em Direito da FAG tem, no mínimo, 03 (três) anos de experiência profissional, excluídas as atividades no magistério superior.

33.10 Experiência de magistério superior do corpo docente

88% dos docentes do Curso de Bacharelado em Direito da FAG tem, no mínimo, 03 (três) anos de experiência de magistério superior.

33.11 Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente

O funcionamento do Colegiado do Curso de Bacharelado em Direito da FAG está regulamentado pelo Regimento da FAG, atendendo plenamente a representatividade dos segmentos da comunidade acadêmica. De acordo com o Regimento da FAG, o Colegiado do Curso de Direito coordena as atividades do curso e é constituído pelo (Art. 23):

I- Coordenador de Curso, que o presidirá;

II- Três representantes do corpo docente do curso, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos, permitida uma única recondução;

III- Um representante do corpo discente, indicado na forma da legislação em vigor, com mandato de um ano, permitida uma única recondução.

Art. 24. Cada Colegiado de Curso será presidido por um Coordenador designado pelo Diretor Geral, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma vez, por igual período.

Art. 25. Compete a cada Colegiado de Curso:

I- definir o perfil e os objetivos gerais do curso;

II- aprovar os planos de trabalho e projetos de pesquisa e extensão dos professores e pesquisadores nele lotados;

III- incentivar a elaboração de programas de pesquisa e de extensão, naárea de sua competência, coordenar e supervisionar-lhes a execução;

IV- aprovar planos de ensino e programas das disciplinas, ouvidos os professores;

V- sugerir aos demais Colegiados de Cursos providências de ordem didática, científica e administrativa consideradas indispensáveis ao desenvolvimento das atividades da FAG - FACULDADE DE GOIANA;

VI- elaborar o currículo do curso e suas alterações, com indicação das disciplinas que o compõem e a respectiva carga horária, para aprovação dos órgãos competentes;

VII- fixar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do curso e suas respectivas ementas, recomendando modificações dos programas para fins de compatibilização;

VIII- programar, a médio e longo prazo, provisão de seus recursos humanos e responsabilizar-se, em primeira instância, pelo processo de seleção, aperfeiçoamento e sugestão de dispensa de integrantes do respectivo Corpo Docente;

IX- propor providências necessárias à melhoria do ensino ministrado no curso;

X- promover a avaliação do curso, de acordo com este Regimento e com normas complementares do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XI- avaliar o desempenho Docente, Discente e Técnico-Administrativo, vinculado ao Colegiado do Curso;

XII- propor aos órgãos competentes a lotação de docentes em face às suas necessidades, opinando também sobre o afastamento ou relotação dos mesmos;

XIII- decidir sobre os recursos contra atos de professores, interpostos por alunos, relacionados com o ensino e os trabalhos escolares;

XIV- orientar, coordenar e fiscalizar as atividades do curso e, quando do interesse deste, propor a substituição de docentes aos órgãos competentes;

XV- deliberar sobre a organização e administração de laboratórios e outros materiais didáticos, quando estes constituírem parte integrante do ensino e da pesquisa pertinentes a Coordenadoria;

XVI- coordenar a elaboração de lista de títulos bibliográficos e outros materiais necessários ao Curso;

XVII- elaborar calendário das atividades do Curso;

XVIII- deliberar sobre a organização do trabalho docente e discente;

XIX- promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;

XX- acompanhar isoladamente ou em conjunto com outros Colegiados, disciplinas constantes dos currículos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros;

XXI- zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Curso;

XXII- avaliar, permanentemente, o andamento e os resultados dos projetos de pesquisa e de extensão sob a sua responsabilidade;

XXIII- apreciar as recomendações dos docentes e discentes sobre assunto de interesse do curso;

XXIV- propor ao Diretor Geral, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, o afastamento ou destituição do Coordenador;

XXV- decidir sobre aceitação de matrícula de alunos transferidos, dos que solicitem reopção de cursos, ou de portadores de diploma de graduação, de acordo com normas regulamentares;

XXVI- decidir sobre o aproveitamento de estudos e adaptação de disciplinas, mediante requerimento dos interessados transferidos ou diplomados;

XXVII- colaborar com os demais órgãos acadêmicos na sua esfera de atuação;

XXVIII- reunir-se ordinariamente uma vez por bimestre ou, extraordinariamente, quando convocado pelo diretor, por iniciativa própria ou a requerimento de um terço dos membros que o constitui; e

XXIX- exercer as demais funções que lhe são, explícita ou implicitamente, conferidas pelo Regimento.

33.12 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

O Curso de Bacharelado em Direito da FAG estimulará o desenvolvimento de pesquisa, inclusive com a participação dos alunos, através da publicação de artigos em revistas científicas, como também, através do incentivo na participação de congressos científicos locais, regionais e nacionais e demais produções acadêmicas, artísticas, culturais e tecnológicas.

Os docentes do curso de Bacharelado em Direito serão estimulados a se inserirem em programas de Produção Científica, Cultural, Artística e Tecnológica visando fortalecer a relação entre o ensino, pesquisa e extensão, de forma a despertar nos alunos do curso o interesse pela pesquisa científica, pela produção artística, e pelo desenvolvimento tecnológico e de inovação.50 % do corpo docente do Curso te, em média, entre 7 a 9 produções nos últimos anos.

34 DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

34.1 Gabinetes de trabalho para professores tempo integral – TI

O Curso de Direito da FAG disponibiliza 04 (quatro) gabinetes/salas de trabalho para professores em Tempo Integral, todas equipadas com computadores conectados à internet, atendendo muito bem as atividades do curso, considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

34.2 Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos

O Curso de Direito da FAG possui sala de coordenação de curso específica, equipada com computador conectado à internet, impressora, climatizada e bem iluminada, além de sala destinada ao Núcleo Docente Estruturante do Curso, secretaria acadêmica, tesouraria, Núcleo de Apoio ao Discente, Núcleo de pesquisa, extensão e monitoria, ouvidoria e demais dependências acadêmicas pertinentes ao curso.

Todas as instalações atendem muito bem considerando em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários e atendimento aos alunos e professores.

34.3 Sala de professores

O Curso de Direito da FAG possui sala de professores, ampla, climatizada, iluminada, atendendo plenamente as atividades do curso no que se refere aos aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

34.4 Salas de aula

A instituição dispõe de 22 (vinte e dois) salas de aulas dotadas de quadros com revestimento plástico, climatizadas e bem iluminadas, com capacidade para até 50 alunos, atendendo muito bem aos aspectos: quantidade e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas autorizadas, limpeza, iluminação, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

34.5 Acesso dos alunos a equipamentos de informática

Os alunos do Curso de Direito da FAG tem livre acesso aos equipamentos de informática nos laboratórios e biblioteca acompanhados por monitor e/ou professor. O Curso de Direito da FAG possui um laboratório de informática, contendo 25 computadores conectados a internet e equipados em quantidade suficiente para o bom desenvolvimento das atividades do curso.

O laboratório do curso é de acesso direto e terá sempre um monitor à disposição dos alunos para dirimir dúvidas e garantir o uso adequado dos mesmos. No Regulamento de Uso do Laboratório consta descrição de cada um deles com sua utilização dentro das diretrizes curriculares do curso.

34.6 Bibliografia básica

Cada disciplina do Curso de Direito da FAG apresenta três bibliografias básicas, sendo um exemplar para até quatorze vagas solicitadas, e por Unidade Curricular (UC), conforme Norma Técnica do INEP/MEC.

O acervo bibliográfico será atualizado constantemente, por indicação de alunos e professores, por solicitação da coordenação e da equipe da Biblioteca, em razão de novas edições ou para atualização dos temas objeto de estudos, além de publicações destinadas a subsidiar projetos de pesquisa e extensão. Será dado prioridade, na aquisição de livros, àqueles indicados pelos professores como bibliografia básica e complementar de cada disciplina dos cursos ministrados, em todos os níveis, seguindo a Política de Aquisição da Instituição.

O acervo atende apropriadamente às funções de ensino, pesquisa e extensão, em livros, periódicos (assinaturas correntes) e multimídia (CDs, DVDs e vídeos). Além do acervo específico de cada curso, a Biblioteca possui a disposição livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento e biblioteca eletrônica, que são utilizados nos computadores postos à disposição dos alunos, contribuindo para a formação científica, técnica, geral e humanística da comunidade acadêmica.

O planejamento econômico-financeiro reserva cotação orçamentária para atualização e ampliação do acervo. A Biblioteca integra a organização acadêmico-administrativa da Faculdade de Goiana – FAG, diretamente subordinada à Diretoria. Adota-se a Classificação Decimal Universal (CDU) para a classificação do acervo e as Normas do Código Anglo-Americano (AACR2) para catalogação das obras.

As instalações específicas da Biblioteca proporcionam um ambiente próprio para o estudo e a pesquisa bibliográfica, com espaços destinados às leituras individuais e em grupos, terminal de consultas para pesquisa pela Internet, consulta ao acervo, presencial ou remoto, além de prateleiras e móveis próprios para a guarda do acervo. Dispõe de salas para estudo em grupo que pode ser reservada com antecedência, sala de vídeo e sala de pesquisa virtual. Sempre se preocupando em prestar um bom atendimento, a Biblioteca também oferece, além de atendimento presencial, o „Fale Conosco", através de e-mail e/ou telefone.

A Biblioteca ficará aberta para comunidade acadêmica de segunda à sexta-feira, das 8h às 21h30. O acervo é integrado por livros, periódicos, bases de dados e outros contendo títulos clássicos, obras de referência, títulos da área de humanidades e específicos para os cursos e programas de educação superior desenvolvidos pela Faculdade.

34.7 Bibliografia complementar

No que se refere a bibliografia complementar, cada disciplina do Curso de Direito da FAG apresenta quatro títulos, sendo dois exemplares de cada, por Unidade Curricular (UC).

34.8 Periódicos especializados

O Curso de Direito da FAG apresenta assinaturas de 20 (vinte) periódicos especializados na área do curso, na forma virtual:

1 - Athenas - Revista de Direito, Política e Filosofia

https://fdcl.com.br/revista/

2- Revista Direitos Humanos e Democracia

https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia

3- Revista de Direito IMED

https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito

4 - Revista de Direitos Fundamentais & Democracia (UNIBRASIL)

https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd

5 - Revista Jurídica da Presidência

https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj

6- A Revista Direito Público (RDP) https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/

7 - Revista Direito em Debate

https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate

8- Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia

http://www.seer.ufu.br/index.php/revistafadir

9- Revista Direito Ambiental e Sociedade – RDAS

http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental

10- Revista de Direitos e Garantias Fundamentais

https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias

11- Revista Âmbito Jurídico

https://ambitojuridico.com.br/

12 - O caderno Virtual

https://cadernovirtual.com.br/w/

13 - Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo

14- Revista da Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza

15- Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos

16 – Antropologia

https://periodicos.uff.br/antropolitica/index

17 - Brazilian Political Science Review – RPSR

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1981- 3821&lng=pt&nrm=iso

18- Caderno Virtual

https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/index

19 - Cadernos de Ética e filosofia Política

https://www.revistas.usp.br/cefp

20 - Direito & Justiça

https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir

21- Direito, Estado & Sociedade

http://direitoestadosociedade.jur.puc- rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?tpl=home

22 - Direito em Construção

http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=1direitoconstrucao3&page=ind ex

23- Espaço Jurídico Journal of Law [EJJL]

https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/index

24 - Historia constitucional - Revista Electrónica de Historia Constitucional

https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=2064

25 - Interfaces Científicas - Direito

https://periodicos.set.edu.br/direito/issue/view/337

26 - Novos Estudos Jurídicos

https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/index

27 - OAB – Biblioteca Digital

https://www.oab.org.br/biblioteca-digital/publicacoes#

28 - Prisma Jurídico

https://periodicos.uninove.br/prisma/

29 - Revista Pixels

http://fdcl.edu.br/revista/pixels/

30 - Revista Bioética

https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica

31 - Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito

http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD

32 - Revistas Eletrônica de Direito Administrativo Econômico

http://www.direitodoestado.com.br/revista-eletronica-de-direito-administrativo-economico

33 - Revistas Eletrônica de Direito do Estado

http://www.direitodoestado.com.br/revista-eletronica-de-direito-do-estado

34 - Revista Eletrônica de Direito Processual

https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/redp/index

35 - Revista Eletrônica da Reforma do Estado

http://www.direitodoestado.com.br/revista-eletronica-da-reforma-do-estado

36 - Revista Brasileira de Direito Civil em perspectiva

https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil/index

37 - Revista Brasileira de Teoria Constitucional

https://www.indexlaw.org/index.php/teoriaconstitucional/index

38 - Revista da Faculdade de Direito da UFMG

https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/index

39 - Revista da Faculdade de Direito UFPR – Universidade Federal do Paraná

https://revistas.ufpr.br/direito

40 - Revista do Direito

https://online.unisc.br/seer/index.php/direito

41 - Revista de Direito da Universidade Federal de Viçosa

https://periodicos.ufv.br/revistadir/

42 - Revista de Direito Administrativo e Gestão Pública

https://www.indexlaw.org/index.php/rdagp/index

43 - Revista de Direito Ambiental e socioambientalismo

https://www.indexlaw.org/index.php/Socioambientalismo/index

44 - Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal Of Law) – RDB

https://www.indexlaw.org/index.php/rdb

45 - Revista de Direito Econômico e Socioambiental

https://periodicos.pucpr.br/index.php/direitoeconomico

46 - Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição

https://www.indexlaw.org/index.php/direitopenal/index

47 - Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade

https://www.indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/index

48 - Revista de Direito, Governança e Novas Tecnologias

https://www.indexlaw.org/index.php/revistadgnt/index

49 - Revista de Direitos Humanos em Perspectiva

https://www.indexlaw.org/index.php/direitoshumanos/index

50 - Revista de Estudos Histórico-Jurídicos

http://www.rehj.cl/index.php/rehj

51 - Revista Digital de Direito Administrativo

https://www.revistas.usp.br/rdda

52 - Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas

http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direito_e_justica/index

53 - Revista Direito GV

http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/index

54 - Revista Direito Público

https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/search

55 - Revista Direitos Culturais

http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/direitosculturais

56 - Revista Direitos Fundamentais & Democracia

https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd

57 - Revista do Direito Público

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/index

58 - Revista do TJ Militar de Minas Gerais – Revista de Estudos e Informações

http://www.tjmmg.jus.br/rei

59 - Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG

60 - Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

https://revista.trf1.jus.br/trf1

61 - Revista Eletrônica Direito e Política

https://siaiap32.univali.br//seer/index.php/rdp

62 - Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia

http://periodicos.uea.edu.br/index.php/novahileia

63 - Revista Eletrônica de Direito Internacional

http://centrodireitointernacional.com.br/publicacoes/revista-eletronica/ 64 - Revista Eletrônica de Estudo Jurídicos

http://admin.oabpr.org.br/revistaeletronica/

65 - Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM

https://periodicos.ufsm.br/revistadireito

66 - Revista Intertemas

http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/INTERTEMAS/index

67 - Revista Direitos Humanos Fundamentais

https://intranet.unifieo.br/legado/edifieo/index.php/rmd/index

68 - Revista Jurídica UNIJUS http://www.revistas.uniube.br/index.php/unijus/index

69 - Revista Brasileira de Segurança Pública

http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/issue/view/19

70 - Revista Brasileira do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos

http://revista.ibdh.org.br/index.php/ibdh

71 - Revista Brasileira de Direito Constitucional

http://www.esdc.com.br/rbdc-inicio.htm

72 - Revista CESUMAR: Ciências Humanas e Sociais Aplicada

https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar

73 - Revista da Faculdade de Direito da UFG

https://www.revistas.ufg.br/index.php/revfd/issue/archive

74 - Revista Dat@avenia

http://revista.uepb.edu.br/index.php/datavenia/index

75 - Revista do Direito Público

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/issue/archive

77 - Revista de Informação Legislativa

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/22

78 - Revista Jurídica CESUMAR

https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica

79 – Revista de Direito do UNIFOR

https://periodicos.uniformg.edu.br:21011/ojs/index.php/cursodireitouniformg

80 - Scientia Iuris

http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/iuris

81 - Sociedade e Estado

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102- 6992&lng=en&nrm=iso

82 - Universitas: Relações Internacionais

https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais

83 - Revista Vertentes do Direito

https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito

84 - Legislações, Súmulas, Acórdãos, Códigos, Constituição, Leis

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/2

85- Legislação Federal Brasileira

https://legislacao.presidencia.gov.br/

86- Superior Tribunal de Justiça - Revistas

https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Jurisprudencia/Publicacoes-da-Revista

87- 87 - Novo Código de Processo Civil

https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Leis-e-normas/Quadro-comparativo-do-novo- CPC

88 - Constituição Federativa do Brasil

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/576900

89 - Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e Normas Correlatas

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/580894

90 - Lei Maria da Penha e norma correlata

https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/577054 91 - Antropologia

Mana: estudos de antropologia social

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104- 9313&lng=en&nrm=iso

92 – Antropolítica

https://periodicos.uff.br/antropolitica/index

93 - Filosofia

TRANS/FORM/AÇÃO

http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/lng_pt/pid_0101-3173/nrm_iso 94 -

Argumentos - Revista de Filosofia

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15795-argumentos-ufc

95- Artefilosofia

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15648-artefilosofia

96 - Aufklärung: revista de filosofia

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15798-aufklaerung

97 - Revista de Filosofia Aurora

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15326- aurora

98 - Cadernos de História e Filosofia da Ciência

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15799-cadernos-de-historia-e-filosofia-da-ciencia

99 - Cadernos Espinosanos

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15800-cadernos-espinosanos

100 - Ethic@

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15331- ethic

101- Estudos Kantianos [EK]

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15803-estudos-kantianos

102- Filosofia Unisinos

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15812-filosofia-unisinos

103 - Revista Philósophos

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15193-philosophos

104- Sofia / UFES

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15805- sofia-ufes

105- Voluntas: Revista Internacional de Filosofia

http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/ppe/user-items/created/87-ppe2/15808-voluntas

106- Revista Brasileira de ciências sociais

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-6909&tlng=en&lng=en&nrm=iso

107 - Estudos avançados

http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/lng_pt/pid_0103-4014/nrm_iso

108 - Revista de Estudos Feministas

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104- 026X&lng=en&nrm=iso

109 - Revista Perspectivas

https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/perspectivas

110 - História Diálogos

http://www.dialogosuem.com.br/

111 - História, histórias

https://periodicos.unb.br/index.php/hh

112- Afro-Ásia

http://anpocs.com/index.php/afro-asia/user-items/created/11-afroasia/6579- afroasia

113 - Novos Rumos Sociológicos – NORUS

http://anpocs.com/index.php/novos-rumos-sociologicos-norus/user- items/created/30-revnorus/6620-novos-rumos-sociologicos-norus

114 - Fênix: Revista de História e estudos culturais

https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix

115 - Revista de História

http://revhistoria.usp.br/

116 - Revista Eletrônica de História do Brasil (REHB)

https://www.ufjf.br/rehb/

117 - Revista de História Regional

https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr

118 - Revista Antígona

https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/antigona

119 - Sociologia

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar

http://www.periodicos.ufscar.br/periodicos-ufscar/contemporanea-revista-de-sociologia-da-ufscar

120- Política & Sociedade

https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica

121 - Revista de Ciências Sociais (RCS)

http://periodicos.ufc.br/revcienso

122 - Revista de Sociologia Política

https://revistas.ufpr.br/rsp

123 - Estudos de Sociologia

https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/index

34.9 Base de dados

As bases de dados nacionais e internacionais de acesso livre disponíveis para pesquisa podem ser acessadas online através da Biblioteca Universitária. Os estudantes têm à disposição as seguintes bases de dados de acesso livre:

- Arca

A Arca é um Repositório Institucional desenvolvido para disseminar e preservar a produção intelectual da Fiocruz. A Arca tem por objetivo principal reunir e dar visibilidade à produção técnico-científica da instituição e representa parte significativa do esforço da pesquisa pública em saúde no Brasil. Disponível em: http://www.arca.fiocruz.br/

- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)

A BDTD disponibiliza teses e dissertações existentes em meio eletrônico nas instituições de ensino superior brasileiras. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/

- Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

A BVS concentra fontes de informação em saúde disseminando a literatura científica e técnica em: Ciências da Saúde em Geral (LILACS, IBECS, MEDLINE,

Biblioteca Cochrane, SciELO); Portal de Evidências (Revisões Sistemáticas, Ensaios Clínicos, Sumários de Evidência, Avaliações Econômicas em Saúde, Avaliações de Tecnologias em Saúde); Áreas Especializadas (CidSaúde, DESASTRES, HISA, HOMEOINDEX, LEYES, MEDCARIB, REPIDISCA); Organismos Internacionais (PAHO, WHOLIS); LIS- Localizador de Informação em Saúde; DeCS- Terminologia em Saúde; Acesso a Documentos (SCAD, Catálogo Coletivo de Revistas). Disponível em: http://www.bireme.br/php/index.php

- Directory os Open Access Journals (DOAJ)

O DOAJ aumenta a visibilidade e a facilidade de uso do acesso a revistas científicas e acadêmicas abertas, promovendo, assim, a sua maior utilização e impacto. Pretende ser abrangente e cobrir todos os acessos periódicos científicos e acadêmicos abertos que usam um sistema de controle de qualidade para garantir o conteúdo. Disponível em: http://doaj.org/

- Domínio Público

O portal Domínio Público promove amplo acesso a obras científicas (teses, dissertações e livros), obras literárias (literatura portuguesa e brasileira, inclusive histórias infantis), obras artísticas (pinturas, músicas) e vídeos da TV Escola, constituindo-se em uma biblioteca digital significativa para o patrimônio cultural universal. Disponível em:

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do

- Indexação Compartilhada de Periódicos (ICAP)

A ICAP disponibiliza artigos de periódicos das instituições da Rede Pergamum. Disponível em: http://www.pergamum.pucpr.br/icap/index.php?resolution2=1024

- LivRe

LivRe é o portal que facilita a identificação e o acesso a periódicos eletrônicos, publicados em todas as áreas do conhecimento humano, em acesso livre na Internet. Disponível em: https://portalnuclear.cnen.gov.br/livre/Inicial.asp

- OAIster

A OAIster disponibiliza textos completos de artigos, dissertações, teses, imagens, vídeos e arquivos de áudio em várias línguas abrangendo todas as áreas do conhecimento, e recupera dados de pesquisa feita em português. Disponível em:

http://oaister.worldcat.org/

- RepositoriUM

O RepositoriUM é armazena, preserva, divulga e da acesso à produção intelectual da Universidade do Minho (Portugal) em formato digital. Disponibiliza artigos, teses, dissertações, livros, partes de livros, entre outros documentos acadêmicos em texto completo. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/

- Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP)

O RCAAP é o ponto único de consulta, localização e acesso a milhares de documentos científicos e acadêmicos (artigos apresentados em conferências, artigos publicados em revistas científicas, teses e dissertações) distribuídos por inúmeros repositórios portugueses.

Disponível em: http://www.rcaap.pt/

- SciElo

A SciElo é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleçãoo selecionada de periódicos científicos do Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Portugal, Venezuela e Espanha, dando acesso a artigos em texto completo. Disponível em: http://www.scielo.br/

- WorldWideScience

Base de dados que grande parte das informações está disponível gratuitamente e domínio aberto. São cerca de 95 bases de dados e portais de mais de 70 países são pesquisáveis por meio WorldWideScience.org nas áreas de energia, medicina, agricultura, meio ambiente e ciências básicas, incluindo o acesso a fontes de dados científicos. Disponível em: http://worldwidescience.org/

- Orientação na utilização das bases de dados

A biblioteca da FAG oferece aos usuários orientação para o uso dos serviços disponíveis, acesso a bases de dados, publicações digitais e outros. Para tanto, é preciso entrar em contato e marcar data e hora.

34.10 NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS: atividades básicas e arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais

A prática jurídica simulada, prevista no projeto, permite ao aluno vivenciar

experiências virtuais que lhe serão imprescindíveis na atuação profissional. Além disso, o Núcleo de Prática Jurídica projeta intervenção direta na comunidade, com atividades de orientação para o exercício da cidadania e educação para os Direitos Humanos Individuais e Coletivos, além de práticas extrajudiciais de negociação e arbitragem e de juizado especial, nos termos do convênio a ser firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Completando esse ciclo de atividades discentes articuladas ao ensino, há a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso, atividade individual e orientada que favorece o aprofundamento temático e estimula a produção científica discente, bem como desenvolve a capacidade de interpretação crítico- reflexiva da ciência jurídica.

Assim, fácil é perceber a preocupação da ies pelo envolvimento do aluno com o curso, superando a ultrapassada posição passiva de ouvinte para tornar- se sujeito ativo do processo ensino-aprendizagem, sendo-lhe exigidas, inclusive, escolhas e decisões na complementação de sua formação acadêmica, permitindo-lhe, ainda, desenvolver espírito de auto-confiança nas vivências simuladas e reais, preparando-se então, para intervir no processo de transformações sociais no meio social em que estará inserido. A prática jurídica será cursada em quatro disciplinas semestrais:

As aulas sobre as atividades inerentes à Justiça Federal, Magistratura Nacional, Ministério Público, Justiça Militar, Polícia Judiciária, Procuradoria Geral, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e Ética Profissional, serão designadas para cada ano, em forma de conferências, separadas para os 7º/8º e 9º/10º semestres, de acordo com a disponibilidade dos conferencistas.

Em cada uma das disciplinas, os alunos terão atividades exclusivamente práticas, incluída a simulação de situações reais, sempre sob o controle eorientação do Núcleo de PJática jurídica coordenado por professores do curso.

As atividades incluirão obrigatoriamente o comparecimento do aluno a atos processuais e a assistência a audiências e sessões de julgamento de Colegiados Judiciais e Administrativos, e atos assemelhados.

As atividades complementares serão atribuídas pela frequência dos alunos em entidades conveniadas, tais como Defensorias Públicas, Entidades

Públicas Judiciárias, Empresariais, Eomunitárias e Sindicais, que possibilitem a participação do aluno na prestação de serviços de assistência jurídica, inclusive em Juizados Especiais instalados ou não nas dependências físicas da faculdade.

As tarefas a cargo dos estudantes também incluirão obrigatoriamente a redação

de peças judiciais e extrajudiciais, necessárias ao desempenho da atividade, além do aprendizado de rotinas processuais, procedimentos cartorários, conhecimento de técnicas de negociação coletiva, arbitragem e conciliação ou quaisquer outras compatíveis com o conteúdo da disciplina.

As atividades complementares integrantes do currículo, fixadas em 200 horas, devem levar em conta as realidades dos mercados de trabalho local e regional, incluindo a pesquisa, a extensão, e a frequência a disciplinas extracurriculares, que exigem amadurecimento epistemológico e metodológico dos estudantes envolvidos.

A área de pesquisa (iniciação científica) cinge-se tanto às atividades orientadas por docente do curso de graduação em Direito, para o fim de elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso, quanto às desenvolvidas pelos alunos individualmente ou em grupo sem aquele fim específico tal como através de iniciação científica reconhecido ou através da articulação do NPJ. Esta atividade exige capacitação teórica adquirida por meio da disciplina metodologia da pesquisa.

A extensão inclui a participação em seminários, simpósios, congressos, conferências e em outras atividades correlatas, bem como a participação em serviços de consultoria e elaboração de pareceres técnicos, e ainda em programas comunitários desenvolvidos por entidades governamentais ou não.

Os estágios não-obrigatórios, por sua vez, podem ser aproveitados como atividades complementares, desde que respeitadas as normas do curso de graduação. As atividades complementares, enfim, coordenadas pelo Núcleo de Prática Jurídica, buscam, em todas as suas variáveis, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, permeadas todas elas pelo estudo da ética profissional e sua prática.

FINALIDADE E CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

a) Objetivos gerais

Destina-se o Núcleo de Prática Jurídica a coordenar, supervisionar e executar as atividades do Estágio Obrigatório e Não-obrigatório do Curso de Direito, mediante prestação de serviços de consultoria, assessoria e assistência jurídica às pessoas carentes, defesa dos direitos humanos fundamentais e apoio a projetos comunitários.

b) Objetivos específicos

- Proporcionar aos alunos de graduação a visão crítica do Direito, a partir de múltiplas práticas relacionadas à sua área de formação acadêmica, assegurando a abordagem multidisciplinar;

- Qualificar o aluno do Curso de Direito para o exercício profissional,

propiciando-lhe o aprendizado das práticas jurídicas e da ética;

• Desenvolver atividades, junto à comunidade, de orientação para o exercício da cidadania e educação para os Direitos Humanos;

• Exercer a conciliação e a arbitragem como técnicas de resolução de conflitos;

• Atender às demandas coletivas, propiciando o surgimento e fortalecimento dos sujeitos coletivos de direitos; e

• Relacionar-se com entes públicos, privados e profissionais liberais de nível superior, facilitando convênios e parcerias que possam trazer benefício à comunidade em qualquer das perspectivas de atuação do núcleo de prática jurídica.

c) Missão

O Núcleo de Prática Jurídica será responsável pelo gerenciamento e coordenação das atividades e execução dos Estágios Obrigatórios e Não- obrigatorios relativos ao Curso de Direito da Faculdade de Goiana - FAG.

Tem o Núcleo de Prática Jurídica os seguintes propósitos acadêmico- educacionais:

• Oferecer estágios obrigatórios de prática jurídica aos alunos do Curso de Direito;

• Proporcionar oportunidades de treinamento adequado à profissionalização no campo das profissões jurídicas, com realização de trabalhos e participação em atividades essencialmente práticas;

• Manter, supervisionar e controlar as atividades concernentes aos serviços de assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, nos termos da lei, com oferta de advocacia consultiva, forense ou extrajudicial, arbitragem e conciliação;

• Gerenciar a execução de atividades externas aos estágios, a serem cumpridas mediante convênio com entidades públicas e privadas, e com profissionais liberais de nível superior, avaliando o desempenho acadêmico dos alunos, enquanto regularmente inscritos no Núcleo de Prática Jurídica; e

• Constituir um anexo do Juizado Especial Cível, tendo como objetivo oferecer aos grupos mais vulneráveis da população apoio na resolução de seus conflitos, promovendo, de forma rápida, eficaz e gratuita, o direito de cada qual, no intuito de harmonizar os conflitos e favorecer a convivência social pacífica.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

Do Núcleo de Prática Jurídica e Escritório de Estágio Supervisionado

Art. 1° - O Núcleo de Prática Jurídica, instituído pela Faculdade de Goiana – FAG, previsto na Resolução CNE/CES N. 05/2018 e Art. 9°, Parágrafo 1° da Lei Federal N. 8.906 de 04 de Julho de 1994, pelo presente Regimento, pela Lei N. 11.788/2006 e demais normas aplicáveis, constitui-se para o aprimoramento da formação prática do estudante de Direito, tendo por objetivo propiciar o aprendizado profissional inerente ao exercício da Advocacia.

§ 1º O Núcleo de Prática Jurídica – NPJ - é a unidade de ensino encarregada de coordenar e supervisionar as atividades de pesquisa e extensão, além do estágio de prática jurídica supervisionado obrigatório e não-obrigatório dos alunos do Curso de Direito da Faculdade de Goiana - FAG.

§ 2º Todos os professores das disciplinas profissionalizantes integram o NPJos quais escolherão um coordenador que será designado pelo Diretor Geral da Faculdade de Goiana - FAG e por ele nomeado para um mandato de 02 (dois) anos permitindo-se uma recondução.

§ 3º A carga horária administrativa atribuída ao coordenador será definida no Plano de Cargos e Salários, sendo no máximo 40 (quarenta) horas.

§ 4º Junto ao NPJ funcionará o escritório de Estágio Supervisionado que terá a supervisão de um professor também nomeado e com carga horária na forma dos parágrafos anteriores.

DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DO NÚCLEODE PRÁTICA JURÍDICA - NPJ

Art. 2º Compete ao coordenador do Núcleo de Prática Jurídica:I – coordenar o

Núcleo;

II – Implementar as decisões do Colegiado do Curso de Direito referentes aos estágios, práticas, pesquisas e extensão;

III – Atestar frequências, assinar as correspondências, certidões e declarações referentes a pesquisa, extensão, estágios, prática e outros;

IV – Submeter à aprovação dos membros do NPJ os modelos de formulários utilizados e também os temas e objetivos de pesquisas e extensões;

V – Elaborar, semestralmente, proposta de distribuição entre professoresde estágios de diversas atividades referentes ao estágio supervisionado, prática

jurídica, de pesquisa ou extensão, encaminhando-a ao colegiado do curso para aprovação;

VI – Propor ao Colegiado projeto de trabalhos interdisciplinares a serem desenvolvidos conjuntamente com outras congregações;

VII – Decidir sobre a aplicação dos projetos alternativos de estágio sugeridos pelos professores orientadores de estágios;

VIII – Encaminhar à coordenação do Curso de Direito as propostas ou modificações na pauta de visitas e das atividades constantes dos planos de ensino das disciplinas que envolvam a prática jurídica simulada ou real;

IX – Encaminhar aos órgãos competentes da faculdade, na forma da legislação vigente, as propostas de convênios de estágio e prática aprovados pelo NPJ;

X – Autorizar atividade externa de estágio em escritório de advocacia, órgão público, entidades ou empresas, desde que conveniadas com a Faculdade de Goiana - FAG e atendida a legislação vigente.

XI – Autorizar a participação individual ou coletiva em programa de estágio devidamente aprovado;

XII – Aprovar a composição das equipes e escalas de horários dos estagiários de forma a manter uma distribuição equitativa de acadêmicos nos diversos horários de atuação;

XIII – Avaliar, juntamente com os professores - orientadores, o estágio externo, curricular ou extracurricular, desenvolvidos na forma do inciso x;

XIV – Apresentar à coordenação do Curso de Direito, semestralmente, relatórios do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Prática Jurídica;

XV – Elaborar, semestralmente, juntamente com o coordenador do NPJ escala designando professores de estágio para atuar nas audiências dos períodos de férias escolares e no atendimento dos plantões no Escritório de Estágio Supervisionado (EES);

XVI – Tomar, em primeira instância, todas as decisões e medidas necessárias ao cumprimento deste regulamento, no limite das suas atribuições;

XVII - Determinar a extração de cópias xerográficas de processos e avaliações necessários ao desenvolvimento das atividades didáticas por solicitação do professor

- orientador da disciplina respectiva.

Art. 3º são atribuições do coordenador do NPJ, além daquelas que forem definidas oportunamente pelo Colegiado do Curso:

I – Supervisionar os trabalhos da secretaria do EES, controlando equipamentos, materiais e a frequência dos servidores e dos estagiários;

II – Elaborar juntamente com o coordenador do NPJ escala semestral dos professores - orientadores para acompanharem e orientarem os alunos estagiários do EES, inclusive no período de férias e plantões eventuais, encaminhando-a ao coordenador do curso para aprovação;

III – Elaborar o plano de trabalho semestral do EES, encaminhado-o ao coordenador do curso para aprovação do Colegiado do Curso de Direito na primeira reunião do semestre;

IV – Apresentar relatório semestral das atividades desenvolvidas no EES.;

V – Assinar expedientes, certidões, declarações referentes as atividades didáticas e administrativas do EES.

Parágrafo único – o escritório de estágio supervisionado disporá de uma secretaria para desempenhar as tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 4º a secretaria do NPJ funcionará em harmonia com a secretaria da coordenação do curso, competindo-lhe:

I – Manter arquivos de toda correspondência recebida e expedida, bem como de toda documentação e legislação referentes ao estágio;

II – Expedir todas as declarações e certidões pertinentes ao estágio e a prática, respeitadas as competências específicas da coordenação do curso de direito;

III – Ter arquivo de controle de todos os convênios que a instituição mantém para estágios na área de direito, bem como cópias dos termos de compromisso de todos os alunos que estiverem realizando estágios não-obrigatórios;

IV – Divulgar as ofertas de estágio não-obrigatório;

V - Distribuir as tarefas aos bolsistas de pesquisa, extensão e treinamento;

VI – Manter em arquivo cópia de todos os processos findos, ajuizados através do EES e outros fotocopiados também para fins didáticos.

DA PRÁTICA JURÍDICA E DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE PRÁTICA JURÍDICA

Art. 5º o estágio supervisionado de prática jurídica tem por objetivo desenvolver o aprendizado, com permanente acompanhamento de professor - orientador, preparando o aluno para exercer sua atividade profissional, obedecendo ao disposto na legislação em vigor sobre estágios e ao previsto neste regulamento e incluem a prática jurídica simulada em sala própria do NPJ e real a ser desenvolvida no Escritório do Estágio Supervisionado ou em unidades conveniadas envolvendo, dentre outras, as seguintes atividades:

I – Visitas a órgãos, escritórios e repartições públicas que desempenham tarefas relacionadas com a aplicação do direito; e

II – Práticas jurídicas simuladas e reais a partir da apresentação da questão litigiosa ou não com acompanhamento de orientador.

Art. 6º os professores-orientadores da disciplina prática jurídica integram o NPJ e podem ser professores orientadores com exercício no EES, portadores de carteira da OAB sem incompatibilidade ou impedimento ao exercício da Advocacia, competindo-lhes:

I - Orientar, supervisionar e avaliar as visitas e atividades simuladas ereais das equipes de estagiários sob sua responsabilidade, devendo avaliá-los.

II – Efetuar o controle de frequência dos estagiários pertencentes às equipes pelas quais for responsável;

III – Acompanhar a elaboração e corrigir as peças processuais assinando, caso não haja incompatibilidade ou impedimento, juntamente com os estagiários as petições encaminhadas ao poder judiciário ou a qualquer órgão público ou entidade privada, se for o caso;

IV – Avaliar a participação das equipes de estagiários pelas quais for responsável nas audiências dos processos encaminhados, principalmente ao poder judiciário;

V – Apresentar para análise propostas de alterações da pauta de visitas e atividades simuladas ou reais, constantes dos planos de curso das disciplinas que envolvam a prática jurídica e que devam seguir a tramitação prevista neste regulamento e na legislação vigente;

VI – Fiscalizar a aplicação, por parte das equipes, dos critérios constantes do roteiro de atendimento de clientes;

VII - Escolher e providenciar junto ao NPJ cópias xerografadas de processos necessários a pesquisa e desenvolvimento dos trabalhos;

VIII – Exigir das equipes relatórios das audiências realizadas;

IX – Proceder a correição bimestral, examinando todos os registros de atendimento dos clientes pelas equipes;

X – Desempenhar todas as demais atividades decorrentes da sua função.

§ 1º todas as atividades de orientação, supervisão, coordenação, acompanhamento, avaliação, planejamento e afins, relacionadas com as disciplinas de prática jurídica e ao estágio supervisionado de prática jurídica são consideradas atividades docentes, sendo seu exercício privativo dos membros do corpo docente vinculados ao NPJ, ou aqueles indicados pelo coordenador do curso.

§ 2º a escala de trabalho dos professores de estágio junto ao NPJ e ao EES será feita pelo coordenador do NPJ e aprovada pelo coordenador do Curso de Direito.

§ 3º as equipes de estagiários serão formadas conforme for estabelecido pelo coordenador do NPJ e aprovado pelo coordenador do curso.

§ 4º a metodologia, as formas de avaliação, as tarefas a serem desenvolvidas em função dos respectivos conteúdos programáticos da disciplina estágio e prática integrarão o processo do curso.

Art. 7º a secretaria do EES funcionará em sala apropriada instalada no Fórum desta cidade e terá, dentre outros a atribuição de prestara assistência judiciária aos carentes, cujos trabalhos serão acompanhados por orientador que exerça a advocacia regulamente.

DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 8º – são considerados estagiários para fins deste regulamento todos os alunos matriculados e frequentadores das disciplinas de prática jurídica previstas na grade curricular do Curso de Direito, competindo-lhes:

I – Realizar as visitas e as atividades de acordo com os conteúdos da disciplina prática jurídica, bem como as atividades de prática jurídica simuladae real de acordo com a programação do NPJ e do EES, inclusive os plantões, com acompanhamento de, no mínimo um professor – orientador;

II – Preencher as fichas de atendimento dos clientes que atender no EES, providenciando seu arquivamento;

III – Entregar, bimestralmente ao professor orientador de estágio, responsável pela equipe que integrar, relatório detalhado das atividades desenvolvidas durante o período;

IV – Redigir ou acompanhar a elaboração das petições dos processos nos quais participe ou venha a participar ativamente;

V – Comparecer a todos os atos processuais decorrentes dos processos sob sua responsabilidade, computando-se as faltas nos termos do estatuto acadêmico;

VI – Acompanhar as publicações oficiais, juntamente com a secretaria, visando manter atualizada a agenda de audiências e demais atos processuais;

VII – Informar à secretaria do EES, com antecedência mínima de 03(três) dias as data, horários e locais das audiências de suas equipes;

VIII – Cumprir juntamente com o professor orientador as intimações que forem efetuadas nos processos sob sua responsabilidade;

IX – Agir de acordo com a ética profissional e velar pelo bom nome do EES, do NPJ, da coordenação do Curso de Direito e demais unidades que integram a Faculdade de Goiana - FAG, sujeitando-se as sanções disciplinares pertinentes;

X – Comparecer as audiências devidamente trajados, cumprindo as regras dos respectivos órgãos;

XI – Restaurar os processos sob sua responsabilidade na eventualidade de perda ou extravia, sujeitando-se as regras dispostas no Código de Organização Judiciária, do Código de Processo Civil e do Estatuto da OAB;

XII – Manter cópias de todas as peças processuais produzidas nos processos encaminhados ao Poder Judiciário por intermédio do EES;

XIII – Cumprir este regulamento e as demais normas pertinentes referentesao estágio supervisionado.

Parágrafo único: a prática de qualquer ato atribuído ao estagiário somente poderá ocorrer sob a orientação do professor - orientador responsável pelo respectivo estágio

DAS MONITORIAS

Art. 9º – Durante o a estágio supervisionado e a prática jurídica e eventualmente em disciplinas cujo conteúdo programático assim contemple, os professores poderão contar com monitores os quais terão a tarefa de assessorar os professores-

orientadores em sala de aula, bem como auxiliar e orientar os estagiários no desempenho de suas atividades, sendo vedado substituir professores e orientadores.

§ 1º os acadêmicos-monitores serão selecionados na forma da legislação vigente e preferencialmente dentre alunos que já tiverem cursado pelo menos 50% (cinquenta por cento) da disciplina estágio e prática ou que demonstrarem ter exercido atividade auxiliar compatível, durante pelo menos dois anos, em escritório de advocacia ou outro órgão afim de atividade jurídica ou prestação jurisdicional.

§ 2º o exercício da monitoria não conferirá remuneração alguma, entretanto será objeto de apreciação do Colegiado do Curso de direito para fins de

avaliação de desempenho, redução ou compensação da carga horária da respectiva disciplina, além de outras benesses que poderão ser decididas por órgão superior, mediante sugestão do colegiado

DAS VISITAS E ATIVIDADES SIMULADAS

Art. 10 Um terço da carga horária destinada ao estágio de prática jurídica, poderá ser utilizada para efetivação de atividades simuladas e das visitas aos órgãos que forem necessários.

§ 1º as atividades estabelecidas no parágrafo anterior devem receber orientação e acompanhamento do professor orientador da disciplina, procurando abranger as diversas unidades que integram o Poder Judiciário, Ministério Público Federal e Estadual, Procuradorias de Estado, Defensoria Pública e outras instituições públicas ou privadas que envolvam atividades jurídicas (judiciais ou extrajudiciais), o Sistema Penitenciário, bem como a assistência a audiência e sessões reais.

§ 2º das visitas e atividades orientadas podem ser redigidos relatórios circunstanciados por cada participante ou equipe na conformidade com que definir o respectivo orientador.

§ 3º as atividades simuladas incluem necessariamente a atuação oral. A análise de autos findos, as técnicas de conciliação, mediação, arbitragem, etc., com aplicação nas áreas Penal, Civil e Trabalhista.

§ 4º de acordo com os tipos de atividades simuladas do estágio os acadêmicos serão divididos em, grupo de no mínimo 04 (quatro) e no máximo 18 (dezoito) alunos.

§ 5º serão contadas horas de atividade do NPJ ou do EES, de no mínimo 02(duas) horas conforme quadro anexo com correspondência ato ou atividade/hora, de qualquer atividade prática simulada que o estagiário participar, dentro ou fora da classe, como elaboração de peças processuais, montagem de processos, júris

simulados, etc., desde que a matéria ou ato praticado não conste no programa do currículo mínimo.

DO ESCRITÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO (EES)

Art. 11 - dois terços da carga horária destinada ao estágio supervisionado de prática jurídica extrajudicial e do estágio supervisionado de prática jurídica judicial será utilizada para atendimento de partes, pesquisa, elaboração de peças processuais, projeto de extensão etc.

§ 1º o trabalho junto ao EES será obrigatoriamente desenvolvido pelos acadêmicos matriculados nas disciplinas que envolvam a prática judiciária.

§ 2º o atendimento abrange as áreas Cível, Criminal, Administrativa e Trabalhista, podendo, a critério da coordenação do Curso de Direito, envolver outras áreas, mas se destina exclusivamente à população carente.

§ 3º para atender os objetivos de que tratam o parágrafo anterior o Núcleo de Prática Jurídica poderá estabelecer convênios com entidades públicas ou privadas, notadamente com a Defensoria Pública e a OAB, Justiça Estadual, Federal, Ministério Público Estadual, Federal, entre outras, bem como com profissionais liberais de nível superior inscritos no ente de fiscalização profissional competente.

§ 4º para fins de atendimento as partes os alunos formarão equipes de no mínimo 04(quatro) e no máximo de 06(seis) componentes, permanecendo um professor de plantão que orientará no máximo 05(cinco) grupos, cuja escala será elaborada e aprovada pelo coordenador do NPJ.

§ 5º o serviço de assistência judiciária integra os serviços do EES, nos termos do presente regulamento.

§ 6º na aplicação do § 3º o total de horas computadas a cada aluno não poderá exceder de 100 (cem) horas durante o estágio supervisionado.

Art. 12 – o EES funcionará durante o ano letivo, adequando-se ao horário de funcionamento dos órgãos judiciários.

§ 1º nos períodos de férias forenses, escolares, feriados e finais de semana poderá permanecer o plantão na forma fixada pelo coordenador do NPJj, com a finalidade de prestar assistência de urgência e acompanhar os processos em andamento, tomando as medidas urgentes para não perecer o direito da parte.

§ 2º no caso do parágrafo anterior permanecerá de plantão apenas um professor como orientador das equipes escaladas, podendo ser aumentadopara 02(dois) a

critério do coordenador do NPJ.

§ 3º ainda no caso do § 1º não aparecendo professor voluntário, o coordenador do NPJ procederá ao sorteio entre os integrantes do NPJ com inscrição na oab com impedimento ou sem incompatibilidade ao exercício da profissão, com antecedência mínima de 60(sessenta) dias, o qual terá contada em dobro a hora aula.

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 13 – a avaliação das atividades do estágio supervisionado e da prática jurídica acompanha a legislação vigente, em especial as normas fixadas pelaFaculdade de Goiana - FAG.

§ 1º as visitas orientadas, participações em audiências reais, atividades simuladas, bem como outras atividades elencadas no conteúdo programático das disciplinas de prática jurídica terão indicadores e instrumentos de avaliação que constem do planejamento ou do plano de curso.

§ 2º os estagiários deverão apresentar relatório ao NPJ a cada seis meses para receber a avaliação dos professores que acompanharam ou orientaram as atividades desenvolvidas no NPJ ou no escritório de estágio.

§ 3º no caso da parte final do § 1º do art. 9º deste regulamento, o aluno também estará sujeito a avaliação.

Art. 14º – a presença mínima a todas as atividades de estágio será de 75% (setenta e cinco por cento) nos termos do Regimento Acadêmico.

DOS ESTÁGIOS NÃO-OBRIGATÓRIOS

Art. 15 – para fins de cumprimento das atividades complementares exigidas pelo MEC, nos limites fixados no currículo do Curso de Graduação em Direito pode o aluno, a seu critério, realizar estágio não-obrigatório, na forma da legislação vigente e sem ônus para a Faculdade de Goiana - FAG:

I – em escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa pública ou privada, desde que credenciado junto a coordenação do Curso de Direito, cujo coordenador assinará o respectivo termo;

II – através do desenvolvimento de projeto alternativo de estágio aprovado na forma prevista neste regulamento

§ 1º o estágio não-obrigatório remunerado não confere crédito algum ao aluno estagiário.

§ 2º o credenciamento para fins de estágio não-obrigatório, obedecidos aos critérios e condições estabelecidos pela coordenação do Curso de Direito, observada a legislação e normas que regem a matéria.

§ 3º os projetos alternativos de estágio funcionam sob a forma de atividades de extensão ou conjuntamente de extensão e pesquisa e terá pelo menos um

professor responsável pela execução e consecução dos seus objetivos e, sendo gratuito, poderá ser reconhecido como atividade complementar a critério do Colegiado.

DO ESTÁGIO PROFISSIONAL DE ADVOCACIA

Art. 16 – o estágio profissional, de caráter não-obrigatório de Advocacia previsto na legislação em vigor, para os graduados, pode ser oferecido pela coordenação do Curso de Direito em convênio com a OAB, complementando- se a carga horária efetivamente cumprida na disciplina estágio e prática e no estágio supervisionado.

Parágrafo único - o estágio não-obrigatório, em atendimento à legislação vigente, deverá integrar atividades práticas típicas de advogado definidas no Estatuto da OAB, além do conhecimento do conteúdo teórico e prático do Código de Ética e Disciplina, cujas ementas e conteúdos deverão oportunamente serem fixados pelo colegiado do Curso de Direito, mediante proposta do respectivo Presidente.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17 – a coordenação do Curso de Direito, depois de aprovada pelo Colegiado do Curso de Direito, indicará o Diretor Acadêmico a lotação de pessoal, material, equipamentos, veículos, etc., necessários ao funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica, incluindo o Escritório de Estágio Supervisionado.

Art. 18 – os casos omissos no presente regimento serão resolvidos pelo coordenador do Curso de Direito.

Art. 19 – este regimento entrará em vigor na data de sua publicação.